

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: POLO DE APOIO PRESENCIAL NO  
MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR**

**EDILSON CARLOS BALZZAN**

**CASCADEL, PR  
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: POLO DE APOIO PRESENCIAL NO  
MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação - PPGE área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, pelo mestrando Edilson Carlos Balzzan, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

**CASCADEL, PR  
2012**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste**  
**Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362**

B158u Balzzan, Edilson Carlos  
Universidade Aberta do Brasil: Polo de Apoio Presencial no Município  
de Foz do Iguaçu, PR / Edilson Carlos Balzzan.— Cascavel, PR:  
UNIOESTE, 2012.  
191 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná.  
Bibliografia.

1. Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2. Polo de Apoio Presencial  
no Município de Foz do Iguaçu. 3. Educação a distância. 4. Ensino  
superior. I. Fiuza, Alexandre Felipe. II. Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná. III. Título.

CDD 21.ed. 371.334

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: POLO DE APOIO PRESENCIAL NO  
MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR**

Autor: Edilson Carlos Balzzan

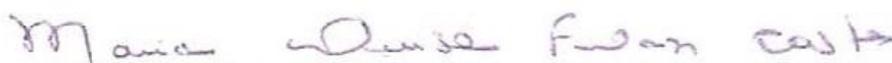
Orientador: Alexandre Felipe Fiuza

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Edilson Carlos Balzzan aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação. Cascavel, 04 de Abril de 2012.

COMISSÃO JULGADORA:



Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza ( Presidente da Banca)



Profa. Dra. Maria Luisa Furlan Costa( Membro efetivo - UEM)



Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos ( Membro efetivo - UNIOESTE)

## **AGRADECIMENTOS**

Dois anos de empenho, estudos, dedicação e um sonho realizado. Período de crescimento pessoal e intelectual e para que essa conquista pudesse se tornar realidade, o apoio e a colaboração de várias pessoas têm sido fundamental.

À Deus, que me deu o dom da vida;

Aos meus pais e irmãos, pessoas a quem tenho profundo sentimento de gratidão;

À minha esposa e filhas, sempre pacientes e compreensíveis durante minha ausência, devido às horas dedicadas à Dissertação;

Ao meu orientador Professor Alexandre Felipe Fiuza, por que tenho grande apreço, sempre presente durante a caminhada, auxiliando, conduzindo e apontando as fragilidades a serem superadas;

Em especial, Neuza Maria Barbosa Antunes, colega de trabalho sempre presente com seu apoio e companheirismo;

Ao Diretor Superintendente da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, Juan Carlos Sotuyo, que juntamente com toda sua equipe propiciaram condições favoráveis para que a pesquisa fosse realizada.

Aos meus colegas de trabalho, que cotidianamente acompanharam a trajetória no desenvolvimento da Dissertação.

## RESUMO

A Universidade Aberta do Brasil - UAB é uma ação de âmbito federal, executada por iniciativa do Ministério da Educação, trabalhando em rede colaborativa por meio da participação de Universidades Públicas e Polos de Apoio Presencial espalhados pelas várias regiões do país. Atuando no ensino superior, além de ampliar a oferta de vagas, tem como vocação prioritária dedicar esforços na formação de professores do ensino básico. Por ser um programa relativamente novo, está em fase de adaptação e institucionalização, fato que demanda estudos, reflexões e pesquisas. Nessa perspectiva, esta Dissertação tem por objetivo compreender o Sistema Universidade Aberta do Brasil a partir do trabalho realizado no Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. Para tanto é realizado um resgate das principais experiências construídas no Brasil na modalidade a distância a partir de 1889 e também das principais legislações referentes a Educação a Distância, tendo como ponto de partida a LDB 9394/1996. A partir do objetivo proposto, foi possível verificar a presença de três aspectos que sintetizam os desafios a serem superados pelos Polos de Apoio Presencial: Sustentabilidade financeira, elaboração de um modelo de gestão e a caracterização do Polo perante a comunidade como um espaço pedagógico em nível superior.

Palavras-chave: Universidade Aberta do Brasil, Polo de Apoio Presencial no Município de Foz do Iguaçu, Educação a Distância; Ensino Superior.

## **ABSTRACT**

The Open University of Brazil - UAB is a federal action, executed on the initiative of the Ministry of Education, working in collaborative network through the participation of Universities and Public Support Face Poles scattered in various regions of the country. Acting in higher education, and expand the supply of vacancies, has priority as a vocation to devote efforts in training primary school teachers. Being a relatively new program is being adapted and institutionalization, a fact that demands study, reflection and research. From this perspective, this thesis aims to understand the Open University of Brazil from the work done at the Polo Support Face of Foz do Iguaçu, Paraná State. For this purpose we conducted a rescue of the main experiences built in Brazil in the distance from 1889 and also the main laws relating to distance education, taking as its starting point the LDB 9394/1996. From the proposed objective, it was possible to verify the presence of three points that summarize the challenges to be overcome by the centers to Face Support: Financial sustainability, developing a management model and characterization of the Polo to the community as an educational space in higher education.

Keywords: Open University of Brazil, Polo Support Face of Foz do Iguacu, Distance Education, Higher Education.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Matrículas dos alunos no projeto SACI.....	67
TABELA 02 - Localização das escolas atendidas pelo projeto SACI.....	68
TABELA 03 - Síntese evolutiva da legislação para a Educação a Distância.....	99
TABELA 04 - Universidades participantes do projeto Piloto UAB.....	111
TABELA 05 - Organograma da CAPES.....	116
TABELA 06 - Organograma da Diretoria de Educação a Distância – DED.....	117
TABELA 07 - Resumo dos cursos ofertados pelo sistema UAB.....	130
TABELA 08 - Mobiliários, equipamentos e recursos humanos do Polo UAB.....	143

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Distribuição geográfica dos Polos UAB 1.....	121
FIGURA 02 - Distribuição geográfica dos Polos UAB 2.....	123
FIGURA 03 - Distribuição geográfica dos Polos UAB 3.....	125
FIGURA 04 - Distribuição geográfica dos Polos UAB 4.....	126
FIGURA 05 - Organograma do relacionamento entre Polos e Instituições no Sistema UAB.....	129
FIGURA 06 - Página de entrada do Ambiente de Trabalho da UAB - ATUAB.....	138
FIGURA 07 - Página entrada do Sistema de dados da UAB - SISUAB.....	139
FIGURA 08 - Vista Frontal do modelo sugerido à construção dos Polos UAB.....	145
FIGURA 09 - Planta baixa do modelo sugerido à construção dos Polos UAB.....	146
FIGURA 10 - Vista aérea do Parque Tecnológico Itaipu e Universidade Aberta do Brasil.....	151
FIGURA 11 - Sala de aula do Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	152
FIGURA 12 - Laboratório de Informática do Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	154
FIGURA 13 - Laboratório de idiomas do Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	155
FIGURA 14 - Sala de tutores do Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	156
FIGURA 15 - Sala coordenação do Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	158
FIGURA 16 - Secretaria acadêmica do Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	159
FIGURA 17 - Biblioteca utilizada pelo Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	160
FIGURA 18 - Auditório utilizado pelo Polo UAB de Foz do Iguaçu.....	162

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Distribuição geral dos Polos UAB.....	128
GRÁFICO 02 - Classificação das graduações ofertadas no sistema UAB.....	131
GRÁFICO 03 - Perfil socioeconômico da população de Foz do Iguaçu - 2011.....	148
GRÁFICO 04 - Síntese dos cursos ofertados no Polo 2007-2011.....	164
GRÁFICO 05 - Distribuição dos cursos ofertados no Polo de Foz do Iguaçu, por área de formação 2007-2011 .....	165
GRÁFICO 06 - Perfil dos alunos vinculados ao Polo UAB Foz do Iguaçu de 2007-2011.....	167
GRÁFICO 07 – Perfil dos alunos vinculados ao Polo UAB Foz do Iguaçu de 2007-2011.....	168

## LISTA DE SIGLAS

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância  
ADUFAL - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas  
AFUAB - Fundação de Apoio à Universidade Aberta do Brasil  
AI - Ato Institucional  
AIB - Ação Integralista Brasileira  
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
ANL - Aliança Nacional Libertadora  
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
ATUAB - Ambiente de Trabalho da Universidade Aberta do Brasil  
AUD - Auditoria Interna  
BASA - Banco da Amazônia S/A  
BB - Banco do Brasil S/A  
BM - Banco Mundial  
BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A  
BNDS - Banco Desenvolvimento Econômico e Social  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEDERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro  
CEASB - Centro de Estudos Avançados em Segurança de Barragens  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica  
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CIH - Centro Internacional de Hidroinformática  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
COBRA - Cobra Tecnologia S/A  
CONAES - Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
CPC - Centro Popular de Cultura  
CTC-EB - Conselho Técnico-científico da Educação Básica

CTC-ES - Conselho Técnico-científico da Educação Superior  
DAV - Diretoria de Avaliação  
DEB - Diretoria de Educação Básica  
DED - Diretoria de Educação a Distância  
DGES - Diretoria de Gestão  
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda  
DPB - Diretoria de Programa de Bolsas  
DRI - Diretoria de Relações Internacionais  
DVD - Disco Digital Versátil  
EaD - Educação a Distância  
EAPES - Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A  
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A  
ELETROSUL - Centrais Elétricas S/A  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMC - Educação Moral e Cívica  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
ESUD - Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FPTI - Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco  
FURNAS - Furnas Centrais Elétricas S/A  
GAB - Gabinete  
GRTU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBC - Instituto Benjamin Constant  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos  
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
IPES - Instituições Públicas de Ensino Superior  
ITAIPU BINACIONAL - Usina Hidrelétrica de Itaipu  
IMPA - Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada  
IUB - Instituto Universal Brasileiro  
JK - Juscelino Kubitschek  
LASSE - Laboratório de Automação e Simulação de Sistemas Elétricos  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MCP - Movimento de Cultura Popular  
MEB - Movimento de Educação de Base  
MEC - Ministério da Educação  
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização  
NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A  
OI - Organismos Internacionais  
ONU - Organizações das Nações Unidas  
OSPB - Organização Social e Política do Brasil  
PAR - Plano de Ações Articuladas  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A  
PF - Procuradoria Federal  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PROFMAT - Mestrado Profissional em Matemática  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTI - Parque Tecnológico Itaipu  
SACI - Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares  
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SASE - Sistema de Articulação com os Sistemas de Ensino  
SBM - Sociedade Brasileira de Matemática  
SEB - Secretaria de Educação Básica  
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SECOL - Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados  
SEED - Secretaria de Educação a Distância

SEESP - Secretaria de Educação Especial  
SENAC - Serviço Nacional de Apoio ao Comércio  
SENAI - Serviço Nacional de Apoio à Indústria  
SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior  
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados  
SESU - Secretaria de Educação Superior  
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SISUAB - Sistema Informação da Universidade Aberta do Brasil  
SNI - Serviço Nacional de Informação  
TELEBRÁS - Empresa Brasileira de Telecomunicações  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação  
TV - Aparelho de televisão  
UAB - Universidade Aberta do Brasil  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UNB - Universidade de Brasília  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
USAID - United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. CAPÍTULO I - O CAMINHO PERCORRIDO PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
1.1 Contexto educacional durante a Primeira República (1889-1930) .....	27
1.2 Contexto educacional durante o Governo de Vargas (1930-1945) .....	33
1.3 Contexto educacional durante a Segunda República (1945-1964) .....	42
1.4 Contexto educacional durante a Ditadura Militar (1964-1985).....	53
<b>2. CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FUNDAMENTAÇÃO LEGISLACIONAL.....</b>	<b>75</b>
2.1 O papel do Ministério da Educação na promoção da Educação a Distância.....	84
2.2 A LDB 9394/96 e a Educação a Distância .....	92
<b>3. CAPÍTULO III – PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.....</b>	<b>103</b>
3.1 Polos de Apoio Presencial.....	140
3.2 Polo de Apoio Presencial no Município de Foz do Iguaçu.....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

O artigo 205 da Constituição Federal do Brasil (1998) preconiza que a Educação é um direito de todos, deve ser promovida com o apoio do Estado e da Família, buscando o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade, inclusive preparando-o para o trabalho, portanto a Educação é um direito que assiste a toda pessoa.

Mészáros (2008) evidencia que a aprendizagem é uma atividade constante em nossas vidas, buscando tornar as pessoas realizadas e emancipadas. Assim, os conhecimentos que foram acumulados ao longo do tempo, pelas várias gerações, povos e nações, podem auxiliar o homem a compreender melhor a sociedade em que está inserido e organizar de forma mais eficiente, racional e funcional os procedimentos utilizados no trabalho, na ciência, na cultura, na medicina, na economia, entre outros. Por meio do trabalho educativo o homem pode orientar, direcionar e planejar a formação nos aspectos cognitivos, afetivos e físicos dos seus semelhantes. Mais do que isso, o ato educativo pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna, respeitando sempre a dignidade do ser humano e o meio ambiente, objetivando a compreensão da realidade de maneira mais abrangente e crítica possível, para que seja possível contribuir em sua transformação. Para isso, a Educação precisa, na medida do possível, ser pensada e estruturada de maneira desvinculada dos interesses particulares de grupos ou organizações que detêm o poder político, ideológico e financeiro de maneira a contemplar com prioridade as necessidades coletivas e sociais. Entretanto, vale salientar que sendo o Estado o promotor das políticas públicas na área educacional, as ações propostas sempre serão influenciadas por interesses dos que estão no governo e dos setores aos quais estão ligados, bem como o processo social em jogo que perpassa um conjunto de interesses das classes sociais que integram a formação social.

No Brasil, a Educação dificilmente esteve ou está disponível a todas as pessoas. Ao olhar para o passado pode-se observar que o número de analfabetos sempre apresentou índices altos e preocupantes. No ensino superior, a realidade não foi diferente, as Instituições geralmente foram instaladas nos grandes centros, atendendo de maneira mais abrangente os filhos das classes mais altas e privilegiadas. De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP<sup>1</sup> publicado em 2010 e tendo como referência o ano de 2009, o número de Instituições de ensino superior é de 2.314, sendo que destas, 245 são públicas e 2.069 privadas, revelando o alto índice de Instituições particulares que atuam no nível superior: 89,4%. Quanto aos cursos de graduação, foram disponibilizados 28.671 cursos, sendo 20.043 na iniciativa privada. Com relação ao número de vagas ofertadas o montante foi de 4.726.394 das quais as Instituições públicas disponibilizaram somente 461.694. Se levarmos em consideração o fato que 6.889.269 se inscreveram para participar do processo seletivo, dos quais somente 2.065.082 ingressaram, isso dá uma ligeira ideia da demanda que se forma e aumenta a cada ano. Em síntese, os dados revelam que no Brasil apenas 13% dos jovens estão inseridos no ensino superior. Vale lembrar que não está inserido no cálculo o grande número de pessoas que sequer participaram do processo de seleção. Uma parcela considerável de jovens não têm condições favoráveis para dedicar esforços para a formação superior, sendo os motivos mais conhecidos: a demanda maior que a oferta de vagas, a ausência de Instituições públicas em algumas regiões mais afastadas dos grandes centros, o alto custo das mensalidades das Instituições privadas e as necessidades materiais que impulsionam os jovens a ingressarem rapidamente no mercado de trabalho para poderem garantir sua sobrevivência e de seus familiares, entre outros.

Diante dessa realidade de anseio por formação, de maneira geral, a modalidade de Educação a Distância foi e vem sendo apresentada como solução a partir de alguns projetos implantados ao longo das últimas décadas visando a alfabetização, o ensino profissional e superior. Exemplo disto foi o Instituto Universal Brasileiro<sup>2</sup> - IUB, que iniciou suas atividades em 1941 utilizando o ensino por correspondência, que inserido num contexto de expansão da indústria e do comércio, buscou suprir a demanda por mão de obra qualificada através dos cursos profissionalizantes. Outra ação ocorreu por meio do Movimento de Educação de Base<sup>3</sup> - MEB, fundado em 1961 e ligado à Conferência Nacional dos Bispos da

---

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, sendo esta responsável por realizar estudos e coleta de dados sobre a educação brasileira, desde a educação básica até o nível superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 28 de Fevereiro de 2011.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.institutouniversal.com.br/historia.asp>>. Acesso em 28 de Fevereiro de 2011.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://forumeja.org.br/meb>>. Acesso em 06 de Janeiro de 2012.

Igreja Católica do Brasil - CNBB<sup>4</sup>. O objetivo desse Movimento estava voltado para a alfabetização, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, tendo em vista o alto índice de analfabetos. Escobar (2007) evidencia que o Movimento, além de buscar minimizar o analfabetismo também caminhava rumo a politização das camadas populares. A metodologia utilizada estava apoiada na Pedagogia de Paulo Freire<sup>5</sup>, sendo o rádio o instrumento utilizado para auxiliar a prática pedagógica.

Por meio de várias experiências que foram sendo implantadas nas últimas décadas com a utilização das práticas da Educação a Distância, foram verificadas manifestações positivas e contrárias. Vimos surgir, de maneira mais expressiva, estudiosos que se posicionaram a favor, defendendo e evidenciando os fatores relevantes, como por exemplo, Arnaldo Niskier, José Manuel Moran e Oreste Preti. Por sua vez, outros educadores se manifestaram contrários apontando inclusive os fundamentos de suas críticas, a exemplo de Cesar Augusto Minto, Kátia Regina de Souza Lima e Catarina de Almeida Santos. De maneira geral os que defendem se apóiam no discurso da democratização do acesso ao ensino, no atendimento da demanda reprimida por vagas, na utilização das tecnologias de informação como recurso pedagógico e na necessidade de se fomentar a formação continuada. Outro fator também apontado como positivo a essa modalidade de ensino está relacionado com a flexibilidade relativa aos horários e planejamentos para os estudos, possibilitando que muitas pessoas consigam adequar sua rotina diária com os compromissos acadêmicos. Os que rejeitam justificam sua posição alertando para a inserção de interesses comerciais no meio educacional, tanto no sentido de ampliar a venda de produtos tecnológicos: computadores, serviços de internet, quanto na formatação de cursos para serem vendidos como produtos comerciais.

No contexto atual do capitalismo, sobretudo com o sucesso incontestável dos sistemas midiáticos de vocação mundial (televisão e internet), o campo educacional aparece como uma nova fatia de mercado extremamente promissora, na qual o avanço técnico em telecomunicações permite uma expansão globalizada e altas taxas de retorno para investimentos privados transnacionais. (BELLONI, 2002, p.120)

---

<sup>4</sup> CNBB é uma Instituição permanente que tem a missão de discutir assuntos sociais a partir de um olhar embasado nos preceitos cristãos na qual participam desse grupo os Bispos da Igreja Católica do Brasil. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/cnbb/quem-somos>>. Acesso em 01 de Março de 2011.

<sup>5</sup> Educador nascido em Recife em 1921. Seu trabalho voltou-se para a educação popular, preocupando-se com a formação da consciência e do conhecimento.

Belloni (2002) chama a atenção para os malefícios da lógica de mercado que pretende conquistar espaço no sistema educacional. O alerta está justamente no fato da subordinação dos aspectos pedagógicos diante dos interesses empresariais. Outra crítica que vem sendo fortalecida está relacionada ao aligeiramento da formação docente, fato já alertado na 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED realizada no ano 2000<sup>6</sup>, na qual, após seis dias de atividades e discussões referentes às políticas educacionais, o aligeiramento na formação, especificamente na formação de professores, foi apresentado como preocupante por visar basicamente a certificação destes, relegando ao segundo plano a busca pela formação acadêmica com qualidade. No contexto dos cursos superiores executados na modalidade de Educação a Distância fato importante está relacionado à dificuldade ocasionada pelo distanciamento geográfico do aluno com o campus universitário, na participação em eventos científicos, atividades estudantis, esportivas e culturais.

Com relação ao processo de democratização anunciada como uma das vantagens fornecida pela modalidade a distância, é importante estar atento na maneira como essa democratização acontece, pois a ampliação numérica da oferta deve vir seguida de condições estruturais, financeiras e humanas para que a qualidade também seja preservada.

Mesmo diante das incertezas e precauções que relacionadas às questões educacionais, a modalidade é uma realidade presente em nosso meio e que após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996<sup>7</sup> passou a ter seu reconhecimento do ponto de vista jurídico. O artigo 80 da LDB menciona que o poder público deverá incentivar, apoiar e fomentar o Ensino a Distância nos vários níveis e modalidades. A partir dessa premissa legal e do aumento na oferta de cursos superiores por Instituições públicas e também privadas<sup>8</sup>, torna-se importante e fundamental provocar estudos de maneira a analisar e entender como acontecem as ações promovidas pelo Estado no sentido de democratizar o acesso ao ensino superior por meio da modalidade de Educação a Distância.

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é importante também chamar a atenção para as questões de caráter pedagógico, pois estudar sozinho, distante

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/carta.htm>>. Acesso em 12 de Junho de 2011.

<sup>7</sup> Lei vigente que estabelece as diretrizes e bases para a Educação no País.

<sup>8</sup> O Censo de 2009 pelo INEP relata que de 2001 até 2009 o percentual de cursos nesta modalidade passou de 0,2% para 14,1%.

fisicamente e geograficamente do professor que é o principal responsável por planejar, orientar e avaliar o processo pedagógico não se constitui numa tarefa fácil. Por outro lado, a produção acadêmica e a construção do conhecimento dependem muito do esforço pessoal, da disciplina interior, da maturidade, da capacidade de busca e pesquisa, do acesso às tecnologias, sendo o aluno o protagonista fundamental no processo de construção do conhecimento. É uma questão difícil e complexa de ser analisada, pois nesse contexto também estão inseridos os hábitos culturais, sendo que nossa formação escolar está fortemente ligada à presença física do professor.

Dentre as várias tarefas educativas, a formação de professores é uma atividade que utiliza de maneira considerável a modalidade a distância para ofertar os mais variados cursos aos docentes. De acordo com dados publicados e apresentados por Andre e Candau (1984) no II Seminário Regional de Pesquisa em Educação de 1983, o Brasil possuía em 1978 58% dos professores que atuavam de primeira a quarta série sem formação, sendo que do total destes leigos 59% não possuíam o primeiro grau completo. Para minimizar essa deficiência, no passado, uma das opções se deu com o projeto LOGOS<sup>9</sup>, implantado com o objetivo de formar para o magistério, em nível de segundo grau, esses professores para atuarem nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Com base nos dados da Sinopse da Educação Básica divulgados pelo INEP<sup>10</sup> e tendo como referência o ano de 2009, ainda temos 39% de professores atuando no ensino fundamental - séries iniciais, sem formação superior.

Interessante notar que o Resumo Técnico da Educação Superior do INEP com base no ano de 2009 mostrou que 14,1% dos cursos de graduação pertencem a modalidade a distância e 85,9% à modalidade presencial. Administração e Direito são os dois cursos que mais possuem alunos matriculados no ensino presencial e na modalidade a distância 50% dos cursos são licenciaturas, sendo a Pedagogia o curso que oferta 34% das vagas, mostrando que a formação de professores está sendo fortemente direcionada para esta modalidade na qual seria interessante estudar de maneira mais detalhada as intenções implícitas nesse processo.

---

<sup>9</sup> Projeto de iniciativa do Ministério da Educação com o objetivo de formar professores que atuavam sem formação. LOGOS é uma palavra de origem grega e significado está ligado à palavra escrita ou falada.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 03 de Março de 2011.

Entretanto, uma hipótese para essa constatação poderia ser a intenção de oferecer a formação utilizando essa modalidade para ir aos poucos cativando a classe docente e, por sua vez, a médio e longo prazo essa mesma categoria atuaria como promotores da modalidade junto aos discentes.

A formação continuada é outra ação que está diretamente ligada a esta modalidade. Na sociedade contemporânea o conhecimento está em ritmo acelerado de construção e reconstrução. As tecnologias disponíveis, o avanço da ciência e a informática interligada por meio da rede mundial de internet atuam como catalisadores do processo, na qual as descobertas e redescobertas estão cada vez mais rápidas, paralelamente a velocidade e rapidez na veiculação das informações através das tecnologias de comunicação. Esse fato provoca nas pessoas, em especial nos docentes, uma busca acelerada por atualização do conhecimento.

Um elemento fundamental para esta modalidade é o uso das tecnologias de informação e comunicação - TICs. A partir do final do século XX, intensifica-se a relação entre Educação a Distância e computador, internet, email, vídeo conferência, web conferência, Disco Digital Versátil - DVD, chat, fóruns, blogs, entre outros. Todas essas ferramentas e tecnologias são válidas para auxiliarem no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Belloni (2002, p. 123), essa inserção das tecnologias de comunicação nas práticas pedagógicas pode ser uma estratégia valiosa, desde que sejam consideradas como meios para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem. É chamada atenção para o risco de focarmos o centro da metodologia nos aspectos técnicos e instrumentais, deixando em segundo plano os aspectos pedagógicos, pois na medida em que for fomentada e evidenciada pela utilização de equipamentos e tecnologias, estará sendo caracterizada pelos aspectos tecnocráticos, na qual a máquina e os instrumentos passam a ser considerados como o centro do processo pedagógico.

Desde que esse programa iniciou suas atividades em 2007, as políticas públicas voltadas para a Educação a Distância no tocante à formação superior e continuada, principalmente aos cursos ligados às licenciaturas foram direcionadas para o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Apesar dessa nomenclatura já ter sido utilizada anteriormente, este projeto foi delineado a partir do Fórum das

Estatais pela Educação<sup>11</sup>, instituído em 2004, não esquecendo, é claro, das influências oriundas das experiências anteriores. O Fórum discutiu as deficiências e anseios no âmbito da Educação Superior, sendo uma das ações propostas a criação do Sistema UAB. Refletindo um pouco sobre a nomenclatura UAB, é interessante notar que a expressão “Universidade” não indica necessariamente uma nova Instituição com caracterização de pessoa jurídica. O termo “aberta” pode estar se referindo ao ato de estar receptiva aos sujeitos que por um motivo ou outro estão fora do ensino superior ou na questão metodológica permitindo ao aluno construir seu próprio planejamento de estudos.

O projeto UAB foi antecipado por um curso piloto criado em 2005 ofertando uma graduação em Administração na qual uma parcela das vagas foi direcionada aos funcionários do Banco do Brasil. Posteriormente editais foram lançados realizando chamada pública para que Municípios, Estados e Instituições públicas de ensino superior manifestassem interesse em ingressar no sistema. Fato que nos chama a atenção é que projeto UAB que pretende prioritariamente oferecer formação inicial com cursos de Licenciaturas, e continuada aos professores, aplica o projeto piloto num curso de Bacharelado em Administração. A escolha deste curso é até compreensível, pois parte das despesas foram custeadas pelo Banco do Brasil, entretanto, seria mais interessante que o projeto piloto fosse executado também por meio de uma Licenciatura.

O projeto Universidade Aberta do Brasil é delineado em regime de parceria entre o Ministério da Educação, Instituições públicas de ensino superior - IPES, e governos estaduais e ou municipais, na qual cada um tem seu papel e responsabilidades definidas. Em 2007 a Universidade Aberta do Brasil inicia oficialmente suas atividades atendendo aproximadamente 40 mil alunos. No primeiro semestre de 2012 o sistema atende aproximadamente 200 mil alunos, contando com 94<sup>12</sup> Instituições públicas de ensino superior conveniadas, atuando em 644<sup>13</sup> Polos de Apoio Presencial.

---

<sup>11</sup> Fórum das Estatais pela Educação é um espaço formado por Empresas Estatais, Ministro da Casa Civil, Ministro da Educação e ANDIFES com o objetivo de discutir os desafios do sistema educacional brasileiro.

<sup>12</sup> Disponível em:

<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=10](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=10)>. Acesso em 05 de Janeiro de 2012.

<sup>13</sup> Disponível em:

<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=11](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=11)>. Acesso em 05 de Janeiro de 2012.

Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é o de investigar o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB a partir da realidade vivenciada no Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná.

Para que o objetivo geral fosse alcançado, foi realizado um resgate das principais experiências da Educação a Distância no Brasil a partir de 1889, reunido o arcabouço com as principais legislações referentes à modalidade a partir do seu reconhecimento legal através da LDB 9394/1996, verificadas as bases, metas, intenções, objetivos e público alvo do projeto UAB e, por fim, o diagnóstico da configuração referente à estrutura predial, recursos humanos, organização administrativa e equipamentos necessários ao Polo de Apoio Presencial.

O interesse por esse assunto teve início no final de 2006, momento em que o autor dessa dissertação ingressou no projeto UAB como Coordenador do Polo em Foz do Iguaçu. Ao iniciar os trabalhos, o projeto Universidade Aberta do Brasil ainda estava em fase de estruturação e planejamento e a maioria dos integrantes não tinham clareza de quais seriam as atribuições a serem executadas.

Ao assumir as atividades no Polo de Apoio Presencial, várias reflexões e estudos foram sendo realizados entre os integrantes do sistema UAB a partir de textos e artigos fornecidos nos cursos de formação promovidos pelas Universidades públicas de ensino superior participantes do sistema. Esse contexto propiciou relacionar e confrontar a prática vivenciada com estudos que debatem as ações e intenções da modalidade, despertando a intenção e o interesse em estudar a atuação, estruturação, objetivos e ações da Universidade Aberta do Brasil tendo como centro das atenções o Polo presencial do referido município.

Este trabalho se justifica pela necessidade de se estudar o Polo de Apoio Presencial por ser um elemento importante para as ações pedagógicas desenvolvidas pelas Instituições de ensino superior na modalidade de Educação a Distância. Em consulta ao banco de Dissertações e Teses da Capes<sup>14</sup> e tomando por base somente as publicações direcionados ao contexto da Universidade Aberta do Brasil, verificou-se que a maior quantidade de pesquisas estavam voltadas para a formação de professores com 17,9%, metodologia para Educação a Distância - EaD com 17,8%, ambientes virtuais de aprendizagem com 15,5 % e produção de materiais didáticos para EaD com 15,5%. Em contrapartida os assuntos que

---

<sup>14</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em 06 de Janeiro de 2012.

demonstraram menor quantidade de publicações são tecnologias de informação e comunicação na educação com 5% e Polos de Apoio Presencial também com 5%. O pequeno percentual dedicado ao Polo presencial sinaliza para um vasto campo ainda a ser explorado. Cada Polo, por estar situado em regiões distintas e com peculiaridades específicas, caracteriza-se como uma fonte de estudos em potencial, lembrando que não há a pretensão de se esgotar as possibilidades de reflexão e análise sobre o assunto.

Para que seja possível debruçar-se sobre as questões relacionadas a esta modalidade, atingir os objetivos do trabalho e compreender melhor esse movimento que é histórico, social, acadêmico, político e econômico, realizou-se consultas na produção acadêmica já produzida sobre o assunto, documentos dos organismos internacionais: Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Planos Decenal e Nacional da Educação, Legislações, artigos e dados oficiais do governo brasileiro.

Na primeira parte desta Dissertação tornou-se necessário conhecer as principais experiências, contribuições e estudos já realizados sobre o tema. Esta etapa da construção do conhecimento, a leitura e análise do material serão realizadas por meio da pesquisa bibliográfica.

Na segunda parte do estudo, se faz necessário explorar os vários documentos institucionais, regulamentatórios e governamentais existentes e que são de suma importância para se possa ampliar o entendimento sobre as ações que norteiam as políticas referentes a modalidade, caracterizando-se como uma pesquisa documental.

Pensar em políticas públicas educacionais remete a necessidade de entendê-las inseridas num contexto social ao qual estão vinculadas, por isso, a análise dos documentos pesquisados levará em consideração os interesses políticos e econômicos defendidos pela sociedade de classe.

Na última etapa, também foi realizada a descrição e coleta de dados inerentes ao Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu para servirem de suporte adicional na tarefa de entender melhor, a partir deste contexto local, a implantação do programa denominado Universidade Aberta do Brasil. Para tanto trabalhou-se nesta etapa com a pesquisa descritiva que permite ao pesquisador observar e registrar o objeto de estudo de maneira a conhecê-lo melhor.

Para além das pesquisas realizadas, também foram aproveitadas reflexões construídas coletivamente em seminários, fóruns e encontros realizados com a participação de pesquisadores, professores e coordenadores envolvidos com Educação a Distância.

Para que os objetivos propostos fossem atingidos, este trabalho foi planejado e estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo a ênfase está pautada no levantamento histórico sobre as ações da Educação a Distância e para que o leitor possa contextualizá-la, a pesquisa apoiou-se em fatos históricos, econômicos e políticos do país juntamente com ações e iniciativas referentes à modalidade, às vezes fomentada pelo governo e outras por movimentos religiosos ou sociais. Concordando com Ribeiro (1992) a Educação é fruto das necessidades humanas, construída historicamente, por isso compreendê-la implica em conhecer a realidade brasileira nos aspectos políticos, sociais e econômicos, pois as políticas para a Educação a Distância não aconteceram de maneira isolada. Este capítulo terá como ponto de partida as primeiras manifestações que datam a época da Primeira República (1889) até o final da Ditadura Militar (1985), período em que ocorre a transição para o regime democrático, juntamente com a elaboração da Constituição Federal promulgada em 1988, que por sua vez, abre espaço para a nova LDB 9394/96, documento que estabelece oficialmente a Educação a Distância como modalidade formal de ensino.

O segundo capítulo trata da coleta de dados relacionados à legislação que regulamenta, normatiza e direciona os procedimentos administrativos, organizacionais, financeiros e metodológicos para a EaD. O estudo teve como ponto de partida a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996, momento em que se abrem totalmente as portas para a modalidade entrar na legalidade, sendo importante ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/1971 abria espaço para a utilização deste tipo de ensino somente para o supletivo. Portanto, estudar a legislação significa conhecer as possibilidades, limitações e direcionamentos das políticas públicas para a Educação a distância.

Na terceira etapa, alvo principal deste trabalho, o estudo está voltado para a Universidade Aberta do Brasil, sendo o foco direcionado para as ações realizadas no Polo de Apoio Presencial do Município de Foz do Iguaçu. A intenção é ampliar o entendimento do Sistema UAB a partir das rotinas de trabalho realizadas no Polo. Nesse contexto serão analisadas as bases que sustentaram o surgimento do

projeto, a experiência do projeto piloto, a estrutura organizacional e administrativa, os objetivos, as metas, os cursos ofertados, público atendido, Universidades participantes, formatação dos Polos, a estrutura do Polo presencial em Foz do Iguaçu e também os limites, contradições e embates discutidos a partir da modalidade. O ponto inicial será a partir do Decreto 5800, de 08 de Junho de 2006 que oficializa a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Nas considerações finais é apresentada uma síntese do assunto abordado, juntamente com reflexões sobre os limites, contradições e desafios que permeiam o contexto do Polo de apoio presencial, na intenção de contribuir para processo de consolidação da Universidade Aberta do Brasil.

## 1. O CAMINHO PERCORRIDO PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

O atual panorama no cenário da Educação a Distância no Brasil referente ao nível superior, especialmente na formação inicial e continuada de professores e que se torna visível à sociedade em virtude das políticas implantadas pelo poder público no período de 2007 a 2012, está direcionado para as ações da Universidade Aberta do Brasil. Desde as primeiras informações e relatos de experiências no campo da Educação a Distância no Brasil, muitos programas foram executados e cada um recebeu uma configuração própria. Cada projeto, com suas intenções, objetivos, estratégias e metodologias sempre esteve ligado às necessidades e anseios de cada época e os direcionamentos dados estiveram pautados nos aspectos políticos, econômicos, ideológicos e sociais de cada momento histórico.

Tendo em vista a intenção desse trabalho em entender a atuação do Sistema Universidade Aberta do Brasil no nível superior, torna-se relevante iniciar por uma revisão histórica, estando atento aos vários estágios e elementos que estiveram presentes nas ações e configurações dos vários programas voltados à modalidade, sendo fundamental entender os vários momentos pelo qual foi influenciada, analisando-a de forma contextualizada e crítica. Nesse sentido, Ribeiro (1992, p. 13) defende que “[...] é necessário ter a visão da totalidade e para se chegar a uma compreensão do fenômeno social - organização escolar brasileira - há que se ter uma visão do contexto social - sociedade brasileira - do qual é parte e com o qual estabelece uma relação permanente”. Santos (2008, p. 49) justifica que a análise do atual processo de expansão da EaD no Brasil “[...] requer uma compreensão das ações implementadas ao longo do século XX e das condições históricas em que essas ações foram desenvolvidas”.

Neste capítulo serão apresentados os principais fatos políticos, econômicos, sociais e educacionais dos seguintes períodos históricos: Primeira República (1889-1930), Governo de Vargas (1930-1945), Segunda República (1945-1964) e a Ditadura Militar (1964-1985). O recorte foi feito a partir da verificação dos primeiros registros da atuação da modalidade de Educação a Distância até o final da ditadura militar, momento que presenciamos a mudança para um regime democrático com a posterior promulgação de uma nova Constituição em 1988 e na sequência o processo de construção da LDB 9394/1996.

Não há a intenção de reescrever a história do país nos aspectos educacionais, políticos, econômicos e sociais, mas de reunir os principais fatos que podem servir de sustentação para ampliar o entendimento sobre os caminhos percorridos pela Educação a Distância, pois se sabe que a história é o resultado complexo das ações, das tensões, ideologias, intenções e das relações de poder ligados aos vários personagens. A partir da observação dos fatos históricos é possível perceber o grau de importância que os assuntos educacionais representavam para a sociedade. Também é importante salientar que mesmo havendo esforço no sentido de apresentar uma coleta de dados abrangentes e coerentes, é muito difícil de abordar todos os inúmeros fatores que estiveram presentes contribuindo e influenciando as decisões e os rumos na história do país.

Realizar um levantamento de dados a respeito do histórico da EaD não se efetiva como uma tarefa fácil, pois os registros em alguns momentos não são muito claros e às vezes limitados.

### **1.1 Contexto educacional durante a Primeira República (1889-1930)**

No Brasil, de acordo com Catapan (2008, p. 46), o primeiro registro de atividades relacionadas à Educação a Distância - EaD foi através de anúncios no Jornal do Brasil, em 1891, na qual era ofertada profissionalização via curso de datilógrafo por correspondência. Almeida (2008, p. 39) nos relata que a EaD no princípio esteve fortemente voltada para o ensino de profissões, geralmente atendendo a um público que residia longe dos centros, distante das escolas, com pouco acesso ao ensino regular, direcionando os trabalhos à demanda de formação de mão de obra para atender a uma necessidade produtiva. Nessa época os materiais didáticos para os cursos por correspondência eram transportados pelas ferrovias. Segundo Formiga e Litto (2009, p. 9) o ensino era, naturalmente, por correspondência, remetendo os materiais pelos correios usando transporte ferroviário, sendo essa prática adotada por aproximadamente vinte anos. Naquele momento o Brasil passava do regime da Monarquia para a República (1889 até 1930). No início deste período a presidência foi assumida por militares e posteriormente pelos latifundiários, ou representantes dos denominados coronéis, época também conhecida pela política do café com leite. De acordo com Caldeira (1997, p. 228) no início da Primeira República a maioria das pessoas residia na zona

rural ou em pequenas comunidades de base agrícola, sendo que o número de habitantes já ultrapassava os 14 milhões de pessoas. Nessa época apenas seis em cada cem brasileiros residiam na zona urbana. No final do século XIX a sociedade brasileira passava por uma transformação muito notável e abrangente, pois ocorria o fim do regime escravista, a imigração advinda de vários países da Europa, como por exemplo, italianos, alemães, portugueses, espanhóis, entre outros. O modelo agrícola sustentado na mão de obra escrava começa a sofrer transformações para o regime comercial com mão de obra assalariada, que somado ao aumento da população via imigração e fortalecimento do comércio, provoca nas cidades o aumento considerável de pessoas, o que, por sua vez demandou investimentos na estrutura urbana, porém não contemplados. A imensa quantidade de escravos que migrou para a periferia do Rio de Janeiro também ocasionou problemas de ordem estrutural e social, tendo em vista a falta de recursos e a potencialização da pobreza. Segundo Caldeira (1997, p. 229) “[...] o centro nervoso da economia transferia-se da agricultura para a indústria e comércio”.

Concordando com Ribeiro (1992) a virada do século foi marcada por profundas mudanças com a transição do período monárquico para o modelo republicano, trabalho escravo para o assalariado, altíssima taxa de analfabetismo, transição do modelo agrícola para o comércio e indústria, tensões sobre a configuração do novo regime republicano, na qual havia duas correntes principais: uma formada pelos militares que embasados nos ideais positivistas acreditavam na construção de um país forte, progressista e científico e de outro lado tínhamos os influenciados pelos ideais liberais clássicos que defendiam a divisão dos poderes a nível executivo, legislativo e judiciário e no sistema eleitoral para ocupação dos cargos públicos.

Deve ser lembrado, mais uma vez, que tal modernização da sociedade brasileira era uma exigência de fato, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passa para urbano-comercial. (RIBEIRO, 1992, p. 62)

Nesse sentido estamos diante de uma realidade de mudança, de novas necessidades e rearranjos econômicos e sociais. A monarquia já não atendia aos anseios de um novo Brasil, ou de uma elite política e econômica, que vinha se configurando e buscando a modernização no aspecto da administração, da

industrialização e da participação social. Tomando por base Ghiraldelli (2001, p. 16) a participação popular no novo regime não significava o fim de um governo elitista, entretanto possibilitou de certa forma a abertura para uma relativa participação popular. Com uma sociedade que vinha crescendo em bases urbanas e comerciais, a insatisfação ao modelo educacional herdado do império foi acentuada, pois a necessidade de dominar a prática da leitura e da escrita configurava-se como instrumentos mínimos e necessários ao novo momento.

Mesmo havendo reflexões, intenções de melhoria e o reconhecimento que o sistema educativo herdado do Brasil Colônia e do Brasil Império era ineficiente, incoerente e excludente, a situação não foi tratada com muita solidez na Constituição da República de 1891:

Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional  
Inciso 30: Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o governo da União.  
Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente.  
Inciso 3: Criar Instituições de ensino superior e secundários nos Estados.  
Inciso 4: Prover a instrução secundária no Distrito Federal  
Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:  
§ 6º: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.  
(BRASIL, 1891)

Na Constituição de 1891 a Educação não se apresenta como um direito de todos, não trata da obrigatoriedade, não aborda a questão da gratuidade, não se responsabiliza diretamente pela educação primária, não trata dos índices a serem investidos na Educação, e nos poucos momentos que se refere ao tema, aborda a questão da laicidade e da responsabilidade, de maneira pouco detalhada, com as escolas secundárias e de nível superior nos Estados e no Distrito Federal.

Pode-se resumir que a herança deixada pelo Império à República foi bastante negativa. A educação secundária e superior eram elitizadas para uma minoria e a educação primária e profissional destinadas para uma ínfima parcela da população. O ensino secundário tinha a principal função de preparar os alunos para o ensino superior e o ensino primário e profissional era caracterizado pela baixa qualidade, poucos profissionais atuando e sem estrutura para atender a toda

demanda. Diante dessa realidade, torna-se importante mencionar o Ato Adicional de 1834<sup>15</sup>, apontado por alguns estudiosos da área educacional, como responsável pela desorganização e desestruturação do sistema educativo. A exemplo, Fernando de Azevedo entende que o ensino público passava por uma fase difícil pela ausência de organização e articulação provocando certa paralisação no centro diretor nacional, departamento responsável pela promoção da política educacional (AZEVEDO, 1996, p. 556). Acrescentam-se também as considerações de Maria José Garcia Werebe que interpreta o Ato Adicional de 1834 como uma ação prejudicial para o sistema educacional, na medida em que incumbiu às Assembleias Provinciais responsabilidades para normatizar sobre o ensino elementar e médio (WEREBE, 1985, p. 376). Mesmo havendo consenso por um grupo de estudiosos na área, de que o Ato Adicional foi um elemento prejudicial ao setor educacional da época, Castanha (2006) chama a atenção para que sejamos cautelosos ao apontar a este documento toda culpabilidade pela desestruturação do sistema escolar.

Ao Fazer a crítica à historiografia não estou afirmando que havia um amplo acesso à educação no Brasil do século XIX. Sei que as crianças que recebiam instrução eram pouquíssimas, que o ensino era muito deficitário, que os professores não tinham a formação adequada e, principalmente, que eram mal remunerados. (CASTANHA, 2006, p. 191)

Fato interessante é que Castanha (2006) reconhece a ausência de uma organização escolar eficiente, coerente, responsável e planejada, entretanto para concluir esta discussão, vejamos algumas considerações.

No Brasil do século XIX não havia condições históricas para resolver o problema da escola pública. Não havia condições econômicas, políticas, sociais, materiais e humanas para difundir escolas por todo o território habitado. Além disso, o interesse da população pela instituição escolar era muito pequeno, uma vez que o Brasil da época era basicamente rural, a população estava dispersa, com difíceis recursos da comunicação e transporte e tinha como base de organização a escravidão. A Escola era uma instituição em processo de constituição e, por isso, disputava espaço com outras entidades e outros interesses da população. (CASTANHA, 2006, p. 191)

---

<sup>15</sup> Documento proclamado no dia doze de Agosto de 1834 e que traz uma série de alterações na Constituição de 1824. Basicamente as alterações autorizavam as Províncias a criarem as Assembleias Legislativas, conferindo espaço para atuarem com relativa autonomia regional, em relação ao poder central, nos campos político, legislativo e administrativo.

Tendo em vista a ineficiência da estrutura educacional, várias tentativas para reformar o sistema educativo foram executadas. No ensino primário, as reformas foram efetuadas pelos governos estaduais, entre elas, mencionemos a Reforma Sampaio Dória (São Paulo em 1920), Reforma Lourenço Filho (Ceará em 1923), Reforma Anísio Teixeira (Bahia em 1925), Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta (Minas Gerais em 1927) e a Reforma Fernando Azevedo (Distrito Federal em 1928). No ensino secundário, várias foram as reformas promovidas: Reforma Benjamin Constant em 1890, Reforma Epitácio Pessoa em 1901, Reforma Rivadávia Correia em 1911, Reforma Carlos Maximiliano em 1915 e a Reforma João Luis Alves em 1925. Ghiraldelli (2001, p. 29) relata que mesmo o Estado de São Paulo apresentando uma organização escolar considerada razoável, o nível de analfabetismo era de aproximadamente 28%. Ribeiro (1992, p. 74) complementa chamando a atenção para a situação alarmante do problema do analfabetismo que em 1920 a parcela da população do país que não sabia ler e escrever era de 65%. Quanto ao ensino superior, o mesmo se manteve sem mudanças significativas, com escolas superiores isoladas, que somado ao dado fornecido por Ribeiro (1992, p. 83) em que o número de matriculados representava 0,05% da população total do país dá uma ideia do caráter excludente do nível de ensino. Tobias (1986, p. 287) reforça a crítica ao informar que “[...] até 1912, ano da fundação da Universidade do Paraná, só existiam algumas dezenas de Faculdades Isoladas em todo o território nacional”.

Mesmo com todas as intenções em reformar o sistema educativo, ao final da Primeira República a situação não apresentou mudanças significativas. Monteiro Lobato ao escrever um artigo intitulado: O pólipos das leis de ensino, para o jornal: A Manhã, de 06 de Fevereiro de 1927, fornece uma síntese da situação educacional da época no estado do Rio de Janeiro - Capital do Brasil - que serve para dar uma ideia da situação nos outros estados.

O que há a fazer na instrução do Rio, é não diremos reorganizá-la, pois nunca foi organizada. Há que fazer tudo, principiando por prédios escolares. Basta dizer que das 200 escolas que existem, mais de 140 funcionam em prédios de aluguel, e as restantes ainda em pardieiros que a prefeitura comprou e adaptou. Sessenta e cinco por cento das crianças em idade escolar da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, não recebem instrução. O conselho, máquina de fazer leis com vista única no favoritismo, foi criando, com o tempo, um pólipos de hoje ou é extirpado, ou dará cabo da instrução de uma vez para sempre. Em São Paulo, único Estado onde existe realmente instrução, as leis do

ensino se compendiam em um folheto de 50 páginas, e sob o regime destas leis simples e pouco numerosas tudo marcha a contento. (MONTEIRO LOBATO apud XAVIER e FREIRE 2002 p. 11)

Quanto a São Paulo, sua terra natal, ele a defende relativamente como único ente federado em que a instrução era efetivada ao mesmo tempo em que aponta duras críticas ao sistema educacional do Rio de Janeiro, apontando inclusive suas deficiências. Escobar (2007) mostra que em 1872 o índice do analfabetismo chegava a 84,5% da população total do país e mesmo havendo a divulgação de ideias que defendiam tal enfrentamento ao problema educacional, pouquíssimo foi realizado. A fermentação e o entusiasmo pela melhoria do sistema educativo estão relativamente ligados, de acordo com Paiva (1987), aos ideais liberais que buscavam a instrução elementar, universal e gratuita como forma de alavancar o desenvolvimento do país.

Além da falta de recursos financeiros, a busca pela melhoria educacional também encontrava a sua frente o obstáculo da falta de professores preparados e dispostos a encarar tal desafio. “Havia aspectos problemáticos vinculados ao ato de ensinar, referentes à falta de atração pela carreira do magistério, em conjunto com a precariedade do estabelecimento escolar, além da instabilidade dos professores em se manterem nos cargos [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 16).

Durante a Primeira República a Educação a Distância além de ensaiar os primeiros passos na qualificação de mão de obra para o processo produtivo, por meio de um curso de datilógrafo por correspondência, também foi utilizada como modalidade informal para promover a educação junto à população do país. A criação em 1923, da Fundação Rádio Sociedade do Rio de Janeiro<sup>16</sup>, por um grupo de cientistas e intelectuais com destaque especial a Edgard Roquete Pinto, foi a ação que marcou esta modalidade por promover educação e cultura utilizando a tecnologia do rádio. Para Alves (1994) a criação do rádio é um marco importante na história da Educação a Distância. Roquete Pinto foi um grande pesquisador e visualizou no rádio um grande potencial educativo a serviço da população, por isso a programação era puramente de caráter educativa rejeitando anúncios com finalidades comerciais. A determinação e os ideais de Roquete Pinto na luta contra a

---

<sup>16</sup> Em Abril de 1923 nasceu a primeira rádio brasileira. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>>. Acesso em 10 de Março de 2011.

ignorância transformaram o rádio num meio de comunicação de caráter pedagógico. Segundo Formiga e Litto (2009, p. 9) “a principal função da emissora era possibilitar a educação popular, por meio de um então moderno sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo”. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a partir da inserção de trechos da programação dedicados a radiodifusão da cultura, tinha a finalidade de ampliar o acesso a Educação num País marcado por altos índices de analfabetismo representando importante ferramenta de apoio à promoção da cultura e da educação tendo em vista a facilidade comunicativa que o rádio estabelecia principalmente com os que não sabiam ler, mas que podiam ouvir. De acordo com Soares (2004), em 1922 temos a primeira transmissão oficial do rádio num discurso feito por Epiácio Pessoa. De acordo com esse mesmo texto, a primeira legislação direcionada a atividade desse meio de comunicação se deu no governo de Getúlio Vargas, em 1931 por meio do Decreto 20047/1931. Com base em Tavares (1999) mais tarde a emissora foi doada para o Ministério da Educação e Saúde, sendo que Roquete Pinto pediu que o Ministro da Educação assumisse o compromisso de continuar mantendo a rádio a serviço da educação. Levando em consideração as inquietações populares do regime da época, essa Fundação também foi alvo de desconfianças devido à possibilidade de divulgação de informações que fossem contrárias ao governo.

Outro fato encontrado na educação republicana que merece ser destacado, em 1911, foi a possibilidade de tornar facultativa a presença na escola através da Lei Orgânica Rivadávia Correia que mais tarde foi neutralizada pela Reforma Carlos Maximiniano, em 1915. A não obrigatoriedade da presença pode lembrar uma das características da Educação a Distância praticada na primeira década do século XXI.

## **1.2 Contexto educacional durante o Governo de Vargas (1930-1945)**

O momento histórico é marcado pela revolução de 1930, sendo a pessoa de Vargas a figura que representa o processo que durou até 1945, lembrando que este governo foi marcado pelo caráter repressivo e controlador, anulando na medida do possível as tentativas de discussão e da participação social nas questões ligadas aos rumos do país. Esta revolução está relacionada a uma tendência de superar a fase de um país de economia sustentada unicamente na agricultura direcionada à exportação, como por exemplo, a cultura do café, que por sua vez já não conseguia

sustentar as expectativas de crescimento esperado, paralelo ao descontentamento da classe empresarial que crescia paulatinamente buscando espaço na economia e na política. Para termos uma ideia da situação, Sodré (1973, p. 310) assevera que no ano de 1907 havia no Brasil o registro de 3258 estabelecimentos industriais, 150 mil operários e um capital no montante de 666 mil contos de réis, sendo que 13 anos depois estes números haviam aumentado para 13.336, 276.000 e 1.816.000 respectivamente. Essa nova classe da burguesia industrial que ganhou forma e volume começou a buscar um lugar de reconhecimento nos setores responsáveis pelas decisões no país. Essa busca, segundo Ribeiro (1992), resultou num choque de interesses. Outro vetor de pressão social está relacionado à classe operária e à classe média, formada por profissionais liberais, funcionários públicos, entre outros, que também desejavam ser visualizados e conquistar seu espaço na sociedade.

O operariado - está no fato de representar a existência, a partir daí, do povo enquanto expressão política. As manifestações urbanas organizadas retratavam de forma mais objetiva a insatisfação dos setores da classe dominada. (RIBEIRO, 1992, p. 87)

O setor educacional, que por sua vez não estava desarticulado com as demais esferas da sociedade, também demonstrou sua insatisfação. Convém lembrar as várias reformas executadas na década de 1920 para o ensino primário e secundário. A presença e a postura dos agentes no setor educacional podem ser sintetizadas nas palavras de Ribeiro (1992, p. 91) que destaca “[...] a atuação de tais educadores defendendo a ideia de que não só era preciso difundir a educação e a cultura, como também era necessário reestruturá-las”.

Com o fim da Primeira República, o Governo de Vargas iniciou com a Revolução de 1930, marcada principalmente por fatores políticos e econômicos, pois neste momento ocorre a crise de 1929<sup>17</sup>. Vargas permaneceu no governo durante 15 anos, sendo que nos últimos oito anos se manteve através de um regime expressivamente ditatorial. Este governo “[...] teve um caráter autoritário, principalmente quando havia alguma tentativa de expor determinadas questões relevantes do domínio da sociedade que questionasse um aprofundamento das ações políticas do governo” (ESCOBAR, 2007, p. 20). Considera-se que além do

---

<sup>17</sup> Momento de grande crise econômica a nível mundial, causando recessão, desemprego, queda na bolsa de valores com aumento considerável da inflação, desemprego e queda na produção industrial.

controle resultante da ditadura, foi uma época de conquista de direitos sociais, fato que pode se apresentar inicialmente como contraditório.

Durante o governo de Getúlio Vargas temos a criação do Ministério da Educação, além do Ministério da Saúde Pública, do Trabalho e da Indústria e Comércio. Salienta-se também a criação do salário mínimo, assistência e previdência social, leis trabalhistas e o aparecimento de grupos políticos organizados: Aliança Nacional Libertadora - ANL de influência socialista, liderada por Luis Carlos Prestes e a Ação Integralista Brasileira - AIB de influência Fascista, liderada por Plínio Salgado. A Era Vargas também é caracterizada pela criação do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP que estabeleceu a rígida censura em todo o país, a segunda guerra mundial, o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a formação de novos partidos políticos e investimentos na industrialização do país.

No campo social é interessante salientar que a imigração estrangeira começa a diminuir e crescem as migrações internas, que sofreram diferentes sentidos conforme a região. Fausto (2007, p. 390) relata que a partir de 1933 a migração para São Paulo começa a ser acentuada devido ao crescimento industrial. Devido à crise de 1929 o processo de industrialização interna começa a ganhar maior impulso devido às dificuldades na importação.

No campo educacional, a herança deixada foi um sistema educacional bastante falho, na qual, Zamlutti (2006, p. 111) expõe que “embora a década de 1920 tenha sido, até então, o período em que mais se discutiu a educação no Brasil, nada de concreto foi realizado, a não ser em seus últimos anos com o surgimento das propostas da Escola Nova e o empenho dos seus defensores”. O grande problema educacional estava fortemente ligado ao analfabetismo que por sua vez era considerado uma vergonha para o país, além de ser considerado causa para os problemas nacionais.

O novo momento histórico estava ligado ao desejo por mudança. Zamlutti (2006) expõe que com a Revolução de 1930, os educadores que já vinham lutando por reformas na estrutura do ensino no país desde a década anterior, assumiram importantes cargos na administração escolar e tentaram levar a cabo suas ideias. A partir do momento que pessoas interessadas e unidas num mesmo propósito encontraram espaço nos órgãos governamentais, projetos de intervenção, reformas ou melhorias tiveram grandes chances de serem executados. A partir dessas

intenções o sistema educacional sofreu interferências que foram consideradas positivas. A exemplo, a criação do Ministério da Educação e também das Secretarias Estaduais de Educação. Esse novo momento de empenho nas questões educacionais propiciou a tentativa de estabelecer a organização para todos os integrantes do sistema educativo através deste ministério específico, juntamente com suas respectivas secretarias. Importante abrir um parêntese para lembrar que “[...] a preocupação de Vargas era a de promover a expansão do ensino atrelado à visão ideológica disciplinada no campo da moral e do patriotismo” (ESCOBAR, 2007, p. 21).

Um exemplo da ação desse grupo interessado nas questões educacionais resultou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na qual, em 1932, vinte e seis estudiosos lançaram o Manifesto objetivando a reconstrução educacional no Brasil, apresentando propostas, ideias, reflexões, direcionamentos e soluções. Vejamos alguns trechos que retratam a preocupação de um grupo interessado em promover melhorias e contribuições no sistema educativo.

- Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação.
- Nunca chegamos a possuir uma "cultura própria", nem mesmo uma "cultura geral" que nos convencesse da "existência de um problema sobre objetivos e fins da educação".
- Mas, com essa campanha, de que tivemos a iniciativa e assumimos a responsabilidade, e com a qual se inculcava, por todas as formas, no magistério, o espírito novo, o gosto da crítica e do debate e a consciência da necessidade de um aperfeiçoamento constante, ainda não se podia considerar inteiramente aberto o caminho às grandes reformas educacionais.
- Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento público, as bases e diretrizes do movimento que souberam provocar, definindo, perante o público e o governo, a posição que conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional. (BRASIL, 1932)

Nas expressões contidas no Manifesto, que por sua vez foi assinado e firmado pelo grupo de estudiosos preocupados com o panorama educacional, está muito evidente o empenho destes quanto aos vários desafios que envolvem o setor. Dentre as reflexões, destacam-se a necessidade urgente de reformas e investimentos e a carência de um planejamento que respeite as diferenças regionais através das autonomias locais, observando, entretanto, planejamentos comuns a

todos. Para esse grupo a Educação Nova pretende combater a subordinação aos interesses de grupos ou na destinação de privilégios voltada para a formação do indivíduo entrelaçando escola e meio social. A defesa da escola pública como direito de todos, a laicidade que liberta o ambiente escolar das questões de crença, a gratuidade, a obrigatoriedade é tratada com posicionamento firme e “consciente” na defesa dessas características consideradas essenciais ao desenvolvimento de um sistema educacional que promova a construção e a formação do indivíduo.

O Movimento discute a organização do ensino desde a educação infantil até o ensino superior, ressaltando a necessidade de integração entre os vários níveis. Nesse contexto a formação de professores também se constitui em objeto de atenção, na qual a qualidade da formação docente é elemento indispensável para o aspecto qualitativo do processo pedagógico. O documento é finalizado ressaltando a importância da função social da escola e de suas importantes relações com a comunidade.

Apesar da seriedade e profundidade das reflexões a respeito do sistema educativo do país demonstrado através do Manifesto, é possível perceber que o setor educativo não estava na pauta das prioridades do governo.

Durante os primeiros anos do governo provisório, Getúlio Vargas não demonstrou qualquer interesse pela área da educação do país, mas não querendo desagradar nem aos defensores de uma nova educação, nem aos defensores da antiga educação, os conservadores católicos, Vargas procurou agraciar a ambos. (ZAMLUTTI, 2006, p. 115)

Paralelo ao movimento de discussão, debates referentes à necessidade de reestruturação do ensino, passam a fazer parte do cenário de conflitos entre a Educação tradicional representada pelos católicos que defendiam que a escola deveria estar subordinada aos princípios religiosos e a Escola Nova representada por um grupo de pessoas que a defendiam, através dos princípios da laicidade, comprometimento, organização, obrigatoriedade e financiamento do Estado. Ao observarmos a Constituição de 1934, nos parece que houve a intenção de contemplar vários dos anseios defendidos pelos dois grupos que se dedicavam as questões educacionais.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Art. 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Art. 158 - É vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento. (BRASIL, 1934)

Se compararmos esta Constituição de 1934 com a anterior, fica visível que nesta, a Educação foi tratada com mais acuidade. De início, percebemos a declaração que a Educação é direito de todos atribuindo ao poder público o compromisso em promovê-la. Foi abordada a questão da organização e das competências dos entes federados, lembrando que este tópico foi objeto de discussão exposto no Manifesto de 1932. O ensino religioso, objeto de atenção especial pelos conservadores católicos encontrou abertura no artigo 153. Outro fato muito positivo está no financiamento e na obrigatoriedade dos vários níveis governamentais em investir na Educação, embora seja questionável a densidade na aplicação e destinação dos recursos no setor educativo.

Tendo em vista que os primeiros anos da Era Vargas foram caracterizados parcialmente no campo educacional por conquistas impulsionadas por um grupo de intelectuais que se preocuparam e defenderam posicionamentos visando melhorias e avanços e que por sua vez foram expressas na constituição de 1934, contudo no Estado Novo de Vargas através da Constituição de 1937 verifica-se um momento de enfraquecimento e de retrocesso.

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurarem pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937)

Se na Constituição de 1934 estavam contemplados alguns aspectos defendidos pelos interessados em colaborar na organização e estruturação de um sistema escolar que atendesse a comunidade observando a premissa da Educação como direito fundamental, nesta nova Constituição a Educação é tratada com alguns recuos. Com relação à gratuidade, o poder público não a nega, mas mostra a intenção de repartir essa responsabilidade com outros setores sociais. Os investimentos foram suprimidos e não há definições sobre os gastos ou o índice a ser aplicado. Sobre a organização e planejamento, o poder público não se exime totalmente, mas também não esclarece muito as responsabilidades de cada governo nos níveis Municipais, Estaduais e Federal.

Na comparação entre as duas Constituições, os recuos até são compreensíveis, pois neste período vivenciou-se uma ditadura, sendo este regime marcado por controle e perda de alguns direitos. Zamlutti (2006, p. 119) relata que “[...] as ideias renovadoras que deram as bases da Constituição anterior não foram totalmente suprimidas, foram notadamente reduzidas e que as novas determinações tendiam a fortalecer o papel centralizador do Estado [...]”.

Fato relevante e que começa a se aproximar do núcleo de interesse deste trabalho, está no artigo 129 da Constituição de 1937 que aponta o ensino profissional para as camadas mais pobres e relega ao setor privado a responsabilidade de criar escolas de aprendizes para os filhos dos operários. Paralelo a preocupação com o analfabetismo, “[...] o Governo do Estado Novo, priorizava a instrução agrícola e rural para a população do interior e do campo, estimulava o ensino técnico-profissionalizante aos habitantes da cidade e a educação universitária às elites [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 22). Nesse sentido, em 1942 é elaborada a regulamentação do ensino industrial através do Decreto

4073/1942, do ensino comercial por meio do Decreto 6141/1943, do ensino agrícola<sup>18</sup> via Decreto 9613/1946, a criação do SENAI<sup>19</sup> pelo Decreto 4048/1942, e do SENAC<sup>20</sup> por meio Decreto 8621/1946.

Esta dualidade que estabelece para as elites uma educação e para a classe operária o ensino profissionalizante também está visível no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - 1932, na qual defende a necessidade de escolas destinadas à formação das profissões de caráter industrial e mercantil, pois o momento histórico está caracterizado do ponto de vista econômico ao desenvolvimento industrial e com isso verifica-se uma grande demanda por mão de obra técnica para suprir as necessidades da indústria e do comércio. A demanda se constitui pelo fato de não haver pessoas preparadas para atuarem no novo modelo de produção que começa a se instalar. Até então, a necessidade de mão de obra estava muito direcionada ao cultivo agrário, pequenas manufaturas e atividades que não exigiam conhecimentos técnicos aprimorados. Com o advento dos investimentos no setor industrial, do indireto crescimento do setor comercial e das demandas da zona urbana que começa a ganhar volume, novas profissões começam a surgir, fato que demanda mão de obra que por sua vez, seguindo a lógica capitalista, precisa ser formada e neste contexto as escolas profissionalizantes encontram lugar para atuarem.

Neste governo de Vargas, a Educação a Distância estava direcionada para a formação de mão de obra especializada, fato que também marcou a educação formal, pois o país estava diante de uma importante fase de reestruturação do setor produtivo. Sendo assim, a Educação a Distância também seguiu tal tendência. Tem-se então em 1939 a criação do Instituto Monitor<sup>21</sup>, na qual o Húngaro Nicolás Goldberger, conhecedor na área de eletrônica resolveu apresentar um curso composto de apostilas e um conjunto de ferramentas na qual o aluno conseguia construir um rádio caseiro. A ideia de formar conhecimento para a tecnologia do rádio se justificou por ser este um meio muito propício para promover a comunicação

---

<sup>18</sup> Ensino destinado a preparação de profissionais para atuarem na agricultura. Decreto 9613/46 disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>>. Acesso em 14 de Abril de 2011.

<sup>19</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. A missão da organização é promover a formação profissional e tecnológica direcionado ao setor industrial. Disponível em: <[http://www.senai.br/br/institucional/snai\\_mis.aspx](http://www.senai.br/br/institucional/snai_mis.aspx)>. Acesso em 10 de Abril de 2011.

<sup>20</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. A missão é educar para o trabalho, prestação de serviços, comércio e turismo. Disponível em: <<http://www.senac.br/institucional/osenac.html>>. Acesso em 12 de Abril de 2011.

<sup>21</sup> Instituto Monitor foi pioneira em promover estudos através da modalidade a distância. Disponível em: <<http://www.institutomonitor.com.br/Quem-somos.aspx>>. Acesso em 16 de Abril de 2011.

no país, dada suas grandes dimensões. Naquele momento a introdução do rádio no país estava em expansão, fato que direcionou para a demanda na formação de mão de obra específica na manutenção de tais aparelhos. Os rádios estavam inseridos nas casas dos que residiam na zona urbana e também nas residências rurais e distantes. O Instituto também acabou contribuindo no desenvolvimento econômico, na medida em que estimulou o comércio de peças eletrônicas e na abertura de pequenas oficinas de conserto. O aluno recebia os materiais via correspondência e estudava em casa. Em 2012 o Instituto ainda está ativo atuando no ensino técnico, educação de jovens e adultos - EJA e no ensino profissionalizante.

Outro projeto de formação utilizando da Educação a Distância refere-se ao Instituto Universal Brasileiro<sup>22</sup> que iniciou suas atividades em 1941 oferecendo cursos profissionalizantes por correspondência. Segundo Zamlutti (2006, p. 65) “[...] o Instituto iniciou suas atividades oferecendo cursos de datilografia, taquigrafia e estenografia, visando atender as demandas da época”. Os cursos oferecidos à comunidade estavam voltados às demandas do mercado, fato relatado por Zamlutti (2006) que por volta de 1950 o Instituto lançou o curso ensinando a manusear os aparelhos de televisão - TV, tendo em vista que na época esses aparelhos estavam sendo introduzidos nos lares do país. Após setenta e dois anos de atividade, o Instituto continua oferecendo vários cursos profissionalizantes, técnicos e também ensino supletivo para os níveis fundamental e médio.

Devido às necessidades econômicas e sociais, a Educação a Distância enfatizou a formação profissionalizante e percebe-se que a justificativa apresentada para a utilização desta modalidade está atrelada as dificuldades das pessoas frequentarem os cursos na modalidade presencial devido às distâncias do país continental. Quanto a sua regulamentação, não foram encontrados documentos e legislações que disciplinassem ou reconhecessem esta modalidade no ensino formal, sendo que o próprio Manifesto de 1932 recomenda a utilização do rádio para fins educativos.

---

<sup>22</sup> Instituto Universal Brasileiro foi também um dos pioneiros na modalidade e tem a intenção básica atuar na formação profissionalizante. Disponível em: <[http://www.institutouniversal.com.br/index.asp?gclid=CLWq9bn12qcCFYTr7QodBnEe\\_A](http://www.institutouniversal.com.br/index.asp?gclid=CLWq9bn12qcCFYTr7QodBnEe_A)>. Acesso em 17 de Abril de 2011.

A escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio, com que a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra de educação e cultura e que assumem, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital. (BRASIL, 1932, p. 1)

A intenção apresentada nas proposições contidas no Manifesto de 1932 referente à utilização do rádio era a de apoiar sua utilização como também dos demais instrumentos comunicativos, no desenvolvimento das ações pedagógicas do sistema escolar, sendo provável que esse incentivo à utilização do rádio como ferramenta educativa esteja ligado diretamente a Roquete Pinto que por sua vez era signatário deste Manifesto.

### **1.3 Contexto educacional durante a Segunda República (1945-1964)**

O governo de Vargas chega ao fim basicamente pelas pressões exercidas por setores sociais interessados na instalação de um regime democrático, que segundo Paiva (1987) possibilitou a abertura política e principalmente o debate de ideias. O regime ditatorial também perdeu força tendo em vista que este governo, durante a Segunda Guerra Mundial, aliou-se ao eixo liderado pelos Estados Unidos que por sua vez lutavam em nome da democracia. Esse fato resultou num mal estar, pois havia uma contradição ideológica instalada, argumento que foi utilizado pelos opositores ao regime. Com o fim do regime de Vargas, a partir de 1946 instala-se a democracia que dura até 1964. Do ponto de vista político a queda de Vargas não está ligada em sua essência ao anseio por um governo democrático, pois os que participaram do golpe eram em grande parte os que já atuavam junto ao regime ditatorial. De acordo com Ghiraldelli (2001, p. 105) o golpe aconteceu não por “[...] interesses democráticos, mas sim pela aproximação de Vargas das teses defendidas pela esquerda”. A intenção de Vargas era se manter no poder e para isso demonstrou simpatia ao movimento de esquerda, não por concordar, mas para obter vantagens e apoio.

Durante o período considerado democrático o Brasil foi governado por Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Mesmo Getúlio Vargas estando fora do Executivo Federal, indiretamente ainda participava do poder, pois de

acordo com Silva (1992, p. 265) Eurico Dutra venceu a eleição com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, comandado por Vargas, paralelo ao fato de ter se candidatado a Deputado por cinco Estados e Senador por dois e ganhara em todos. Uma das características que marcou o Governo Dutra foi o achatamento dos salários dos trabalhadores, abertura do país às importações, adesão à política econômica liberal, fechamento e cassação dos políticos do Partido Comunista Brasileiro - PCB e diminuição do movimento populista construído anteriormente. Dados fornecidos por Caldeira (1997) mostram que a atuação do governo na economia incentivou a produção e o mercado interno, ocasionando, como exemplo, o fato das indústrias dobrarem de número até 1960, passando de 41 mil para 109 mil. O número de operários industriais também aumentou de 670 mil para 1,5 milhão.

Getúlio Vargas volta ao Executivo, eleito em 1951, desta vez eleito com o apoio das massas populares. Silva (1992) relata que Vargas obteve quase a metade dos votos chegando a 48,7%, sendo importante frisar que durante sua campanha apresentou-se como “pai dos pobres”. Durante seu governo assumiu posicionamento em favor do nacionalismo econômico, porém não conseguiu romper com o capital internacional devido a sua dependência. Não perdendo de vista a ação de conciliar a receptividade dos investimentos externos com a defesa dos interesses nacionais, a industrialização foi bastante estimulada, sendo que de 1946 a 1955 a taxa média de crescimento anual, segundo Silva (1992), foi de 8,5 %. Os momentos finais do seu governo foram marcados por tensões com as empresas de capital internacional, pressões internas, descontentamento da classe operária que buscava a correção dos salários, acusações de corrupção contra as pessoas que compunham seu governo, pressões da classe militar, entre outros que desejavam o afastamento de Vargas do poder. Nas palavras de Ribeiro (1992) “Getúlio Vargas foi levado ao isolacionismo político”, sendo que o desfecho foi o seu suicídio no dia 24 de Agosto de 1954.

Ao assumir o governo em 1956 via eleição, o presidente Juscelino Kubitschek - JK conseguiu se manter no poder mesmo passando por várias situações delicadas. O momento ainda era instável e precisou usar de muito jogo político para lidar com os diferentes grupos e intenções. Seu governo ficou conhecido pela máxima “cinquenta anos em cinco” devido à política de promoção à indústria e de fornecimento de crédito financeiro. Com a classe operária JK tentou aos poucos

repor as perdas salariais e mesmo assim enfrentou algumas manifestações e greves por melhores salários. O crescimento econômico foi um dos pontos fortes do governo, que de acordo com Silva (1992) foi um dos maiores índices com taxa média anual de 11%. A sustentação para essa economia estava nos investimentos do capital internacional e nos investimentos do governo em infraestrutura financiados por empréstimos. Ainda tomando por base Silva (1992) o crescimento econômico beneficiou basicamente os empresários e a classe alta. Os reflexos dessa concentração de riqueza foram sentidos no êxodo rural, a exemplo dos migrantes da região Nordeste que vinham para os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro em busca de trabalho. A consequência desse deslocamento de pessoas em grande escala provocou também problemas com o desemprego, habitação, saneamento, educação, saúde, entre outros.

Na sequência desse clima de euforia do desenvolvimento econômico, a sucessão de JK foi um momento de crise devido aos problemas escondidos e camuflados e que começaram a aparecer, pois as contas contraídas nos financiamentos teriam que ser pagas mais cedo ou mais tarde, paralelas ao aumento da inflação e as crises políticas.

Os governos posteriores a JK - Jânio Quadros e João Goulart - foram de relativa turbulência, tendo em vista a agitação interna e externa. O empolgante crescimento econômico do governo JK provocou sintomas um pouco amargos para Jânio Quadros, pois tinha que cumprir a agenda de pagamento das dívidas contraídas, continuar e estimular o crescimento interno em paralelo às pressões e manifestações de descontentamento da classe operária que sofria com a inflação, baixos salários e a proliferação de favelas. No campo internacional sofreu pressões e desgastes ao demonstrar aproximação com países de base socialista. O país vivia um momento de conturbação, protestos, interesses do capital internacional, interferência do governo norte americano, pressões sociais, inflação, empobrecimento da classe operária, paralelo ao interesse de grupos opositores que esperavam a partir dos desarranjos a oportunidade assumirem o poder na esfera governamental. O presidente Jânio Quadros não resistiu e renunciou. O presidente João Goulart assumiu o governo sob o regime parlamentarista sendo mais tarde através de plebiscito, o presidencialismo restituído.

O momento era delicado, pois o Brasil passava por sérias turbulências.

João Goulart tomou posse num momento em que crescia assustadoramente o déficit governamental, declinavam substancialmente as receitas totais das exportações, aumentava sensivelmente a taxa de inflação e reduziam-se sobremaneira os empréstimos externos e internos. (SILVA, 1992, p. 285)

Encontrar uma solução que contemplasse os vários anseios dos mais variados setores se tornara tarefa muito complexa. Para termos uma ideia da gravidade da situação, Silva (1992) evidencia que ao final do ano de 1963 o país se encontrava perto do caos e para a grande maioria não havia muito que comemorar. O ano que se encerrava foi difícil e o novo ano não trazia boas expectativas.

[...] 1964 amanhece nublado. Os fortes ventos das conspirações a céu aberto prenunciam a tempestade. Todo mundo conspira: direita e esquerda; civis e militares; moderados e radicais; operários e camponeses. (SILVA, 1992, p. 287)

O desfecho foi a queda do presidente João Goulart em Abril de 1964. O golpe foi encabeçado pelos militares, não havendo grande resistência.

Durante o período considerado democrático (1945-1964), observamos um crescimento dos movimentos em busca de conquistas sociais. Mesmo com as limitações, a agitação ideológica pela defesa da democracia conquistou espaço nas quais vários comitês populares aliados ao Partido Comunista se espalharam pelas cidades, conquistando simpatia de uma parcela da camada dos trabalhadores, parte da classe média e intelectuais. As bandeiras defendidas pelos comitês estavam ligadas às questões políticas, educacionais e também às questões sociais, como por exemplo, a reivindicação de investimentos em saneamento, moradias, estradas, praças e hospitais.

Na Educação foi fomentado o combate ao analfabetismo, a implantação de cursos técnicos e a defesa da escola pública, por entendê-la como primordial para o processo de democratização e crescimento econômico do país. “Portanto, o problema do analfabetismo foi traduzido, tratado e inserido no contexto da cultura popular na forma de caráter de luta, objetivando a integração do povo no processo de libertação político-cultural” (ESCOBAR, 2007, p. 25). A participação do Partido Comunista no Legislativo também contribuiu na elaboração, com a participação do professor Paschoal Lemme, de uma lista de necessidades que deveriam ser providenciadas visando a melhoria do sistema educacional. Essa lista foi construída

com base no sistema educacional do Rio de Janeiro, entretanto, o panorama era similar ao restante do país. Entre as principais observações destaca-se a reivindicação por melhores salários aos professores, contratação de professores por meio de concurso público e melhorias nas questões prediais.

Na Constituição de 1946 percebem-se alguns avanços para o setor educacional que haviam sido perdidos na Constituição de 1937.

Art. 5 - Compete à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

Art. 169 - Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1946)

Quanto à gratuidade, anteriormente era de forma parcial, pois aos que possuíam condições financeiras favoráveis, deveriam colaborar mensalmente. A gratuidade era sutil. Neste momento a gratuidade é anunciada a todos para o ensino primário e aos níveis superiores será também financiada aos que necessitarem. O diferencial está na ausência da contribuição mensal. A conquista não é extraordinária, mas significativa. Outro fato importante está nas fontes para o financiamento. Na Constituição anterior não havia menção ao quantitativo nos investimentos para a Educação. Nesta a conquista foi positiva, pois determinava aos Municípios, Estados e a União os valores mínimos a serem aplicados. Ribeiro (1992) nos informa que nas décadas de 1955 e 1965 a Educação representava o quarto lugar nas prioridades em investimento. Em nível Estadual na década de 1955 os gastos representavam o terceiro lugar e em 1964 representou o segundo lugar em investimentos.

Mesmo com a possibilidade de bons investimentos na estrutura educacional os resultados ainda deixavam a desejar, pois as demandas também aumentavam consideravelmente tendo em vista que os grandes centros eram alvo de grande migração, principalmente para São Paulo.

O aumento percentual nos recursos financeiros dedicados à educação pela União e pelos Estados possibilitou apenas uma significativa ampliação da rede escolar. Como vem ocorrendo, não chegou a ser suficiente para a superação da seletividade ainda intensa que caracteriza a escola brasileira. (RIBEIRO, 1992, p. 144)

Por isso, mesmo com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, com os movimentos em defesa e melhorias do sistema educacional, com as obrigações orçamentárias e investimentos previstos na Constituição, ao final do governo de João Goulart, “a metade da população continuava analfabeta, somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à quarta série; o ensino secundário acolhia apenas 14% daqueles que a procuravam; somente 1% dos estudantes alcançava o ensino superior” (GHIRALDELLI, 2001, p. 133).

A elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024 em 1961 foi discutida durante treze anos no Congresso e durante esse tempo sofreu várias críticas, foi arquivada a pedido do ex-ministro Gustavo Capanema, extraviada e novamente reconstruída. Cunha (1991) esclarece que foi uma longa discussão ocorrida referente à construção da referida Lei, sendo possível que sua aprovação tardia tenha resultado numa lei já parcialmente defasada. O principal ponto de discordância durante a discussão estava na tensão entre os que defendiam o ensino público e os que defendiam os interesses do ensino privado. Vejamos os principais pontos:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Art. 3º O direito à educação é assegurado

Art. 6º O Ministério da Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação.

Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei.

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

a) industrial; b) agrícola; c) comercial.

Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo. (BRASIL, 1961)

Com a aprovação da referida Lei, o resultado foi a tentativa de conciliar as diretrizes do grupo que defendia o ensino como responsabilidade pública com as solicitações dos que defendiam o ensino privado como alternativa amigável ao contexto educacional. Os que defendiam a escola pública aglutinavam-se junto ao grupo oriundo dos debates educacionais da década de 1920 e 1930, na qual o ponto forte do movimento foi o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados - 1959. O outro grupo que representava os interesses das escolas privadas aproximou-se dos representantes das instituições educacionais católicas, formando outro bloco.

O grupo privado representado pela Igreja Católica defendia a educação do indivíduo nos aspectos cognitivos e também do caráter, denunciando que o ensino público não visava esta última formação. Um segundo ponto de debate está na absorção do Estado em responsabilizar-se pela educação dos indivíduos, na qual a Igreja Católica argumentava que a família seria o primeiro órgão incumbido dessa tarefa, tendo liberdade de direcionar a educação dos seus filhos. O terceiro ponto refere-se ao financiamento, pois os representantes das escolas particulares defendiam a ideia que o governo deveria financiar as Instituições privadas e assim cada pessoa poderia escolher a de sua preferência e ao mesmo tempo seria gratuita ao aluno devido ao financiamento.

Para o grupo que defendia as escolas públicas a aprovação da lei foi negativa, o que pode ser verificado nas palavras de Florestan Fernandes num artigo escrito em 1961.

Não Constitui surpresa a maneira pela qual o Sr. João Goulart encarou suas responsabilidades perante a Nação, ao sancionar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a

assessoria do ministro da Educação do Governo, Sr. Oliveira Brito. (FERNANDES apud GHIRALDELLI, 2001, p. 116)

Quanto à estrutura curricular, observa-se a manutenção do ensino primário com duração de quatro anos; ensino ginásial de quatro anos possibilitando subdivisões para o secundário, comercial, industrial, agrícola e normal; ensino colegial de três anos subdividido em secundário, comercial, industrial, agrícola e normal e o último sendo o ensino superior.

No contexto dos debates, discussões e reflexões referente aos rumos, estrutura, anseios, objetivos e finalidades educativas ocorridas durante a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 4024/1961 convém trazer para o estudo os Movimentos de Educação Popular. As raízes destes movimentos são oriundas desse momento de luta.

Saídos da atuação concreta nos movimentos educativos, que começam a se multiplicar, ou provenientes de setores influídos pelo pensamento social cristão, mais recente e preocupados com questões educativas. (PAIVA, 1973, p. 250)

Os movimentos mais conhecidos são: Movimento de Educação de Base - MEB, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Centro Popular de Cultura - CPC e Movimento de Cultura Popular - MCP. De acordo com Paiva, o objetivo era contribuir para o processo de formação da sociedade de maneira a construir uma consciência crítica a respeito dos temas sociais paralelos a intenção fundamental de alfabetizar a população.

Tomando como base a ideia que a educação deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo. Esta transformação, no Brasil, era necessária e urgente, e, por isso mesmo, a educação deveria ser também um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas. A partir de então se defendia o MEB como um movimento engajado com o povo nesse trabalho de mudança social, comprometido com esse povo. (PAIVA, 1973, p. 241)

A atuação desses educadores pode ser interpretada como uma ação arrojada de forte comprometimento social, pois era preciso extrapolar o ambiente da sala de aula, perceber o contexto, trazer os problemas sociais para o ambiente escolar.

Era preciso espiar o que se passava no campo social como um todo e voltar à sala de aula com a visão da realidade do processo que estava sendo vivido. Nos anos 20 e 30, Pascoal Leme fora o pioneiro desta prática. Esta preocupação, todavia, ficou soterrada pela repressão do Estado Novo. Com a crise dos anos 50-60, maior número de educadores começou a botar a cabeça para fora da sala de aula para olhar e estudar o mundo. (CUNHA, 1991, p. 11)

O Movimento de Educação de Base - MEB ligado à CNBB foi um movimento fundado em 1961, no governo de Jânio Quadros, atuando e desenvolvendo suas atividades em parceria com o Governo Federal, assinada em forma de convênio. Este Movimento foi liderado pela esquerda católica com o entendimento que a Educação e o Catolicismo deveriam objetivar a alfabetização agregando a intenção de promover a libertação e a conscientização do homem. Os projetos educacionais foram desenvolvidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por serem considerados locais com maior índice de analfabetismo.

De acordo com Fávero (2004) o projeto teria duração de cinco anos com a pretensão de instalar aproximadamente 15 mil “escolas radiofônicas” tendo como apoio a estrutura da rede nacional de emissoras católicas fornecida pela CNBB e o aproveitamento técnico e pedagógico das experiências adquiridas através da educação via rádio desenvolvida pelas dioceses de Aracaju e Natal.

A educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta os problemas da coletividade, e promovendo a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas, através de métodos ativos. (FÁVERO, 2004, p. 2)

A utilização do rádio como veículo de comunicação se justificou por ser uma tecnologia relativamente acessível, pela sua expressiva expansão nas várias regiões do país, possibilitando que a informação chegasse às regiões mais distantes e afastadas.

Paralelo às informações e conteúdos recebidos via rádio, também existiam os postos de atendimento organizados nas comunidades denominadas de “escolas radiofônicas” na qual uma equipe local conduzia as atividades pedagógicas. Os trabalhos educacionais geralmente ocorriam numa área pertencente a igreja católica ou espaços comunitários sob a coordenação do pelo Bispo Diocesano. Os monitores eram de preferência pessoas da própria comunidade, com espírito de liderança, que

recebiam treinamento para exercerem atividades junto aos alunos que frequentavam o curso, realizando matrículas, controlando a frequência, aplicando avaliações, auxiliando na execução dos exercícios e enviando relatórios mensais aos coordenadores. A estrutura das “escolas radiofônicas” era rústica e simples, os alunos se reuniam no início da noite, sob a orientação dos monitores, com o auxílio de lampiões à querosene, quadro negro, cartilhas e um rádio que funcionava a pilha pré sintonizado para a estação que transmitia as aulas. A expectativa era que os alunos aprendessem a ler, escrever e também adquirissem noções básicas de higiene, organização para o trabalho visando a superação dos problemas locais.

Outra iniciativa se deu através do projeto de educação popular do Centro Popular de Cultura<sup>23</sup> - CPC ligado à União Nacional dos Estudantes - UNE, sendo a intenção deste grupo levar teatro, cultura, cinema, artes e literatura à população. A apresentação poderia ser realizada nas Universidades, nos Sindicatos, nas Igrejas ou até nas praças públicas. Além do Movimento ter sido construído por universitários, também recebeu influência da esquerda Católica. De acordo com Ribeiro (1992) além de ter colaborado com projetos de alfabetização a intenção era promover a desalienação do povo, através de reflexões sobre temas de forte relevância social. As reflexões dos temas sociais eram realizadas por meio da arte ao assumir caráter revolucionário Tendo em vista a perseguição sofrida pela UNE com o golpe militar de 1964, os vários CPCs foram sendo fechados.

Outro importante projeto foi o movimento de alfabetização liderado por Paulo Freire<sup>24</sup> nascido no contexto das ações sociais em busca de participação no mundo político.

Tal concepção afirmava ter o homem vocação para “sujeito da história” e não para objeto, mas que no caso brasileiro esta vocação não se explicitava, pois o povo teria sido vítima do autoritarismo e do paternalismo correspondente à sociedade herdeira de uma tradição colonial e escravista. (GHIRALDELLI, 2001, p. 122)

---

<sup>23</sup> Centros Popular de Cultura – CPC. O movimento reúne artistas de várias áreas, sendo a ideia principal formar uma cultura nacional, popular e democrática procurando conscientizar as classes populares. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_ic/index.cfm?fuseaction=marcos\\_texto&cd\\_verbete=3752](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3752)>. Acesso em 20 de Abril de 2011.

<sup>24</sup> Paulo Reglus Neves Freire, nascido em Recife no dia 19 de Setembro de 1921 e falecido em 2 de Maio de 1997. Educador e filósofo dedicou grande parte de sua vida à promoção da Educação Popular.

Talvez, sem ter a intenção de ser simplista, este seja o centro da pedagogia libertadora resultante das reflexões e do comprometimento de Paulo Freire com as causas sociais fermentadas pela efervescência dos movimentos sociais. A intenção era provocar no homem uma nova consciência de maneira que ele saísse da condição de ignorância e ingenuidade. Ele deveria ser capaz de observar os problemas sociais ao seu redor e engajar-se na ação política.

Segundo Aranha (1996) é preciso estar atento as diferenças culturais encontradas nas várias regiões do país, por isso o método leva em consideração as situações do cotidiano e das experiências vivenciadas que a partir de temas e palavras retiradas deste meio, eram utilizados nos processo de alfabetização. “Inicialmente, Paulo Freire recomenda fazer o levantamento do universo vocabular os grupos, a fim de escolher as palavras geradoras, que variam conforme o lugar. Por exemplo, em uma região de Pernambuco as palavras escolhidas foram: tijolo, voto, siri, palha, biscate, cinza, doença, emprego, mangue [...]”, entre outras (ARANHA, 1996, p. 208).

É possível sintetizar as atividades desses Movimentos, tendo claro que existiam diferenças entre si e estabelecendo uma linha mestre que era comum a eles: tinham a intenção de atingir as massas sociais, promovendo a educação, atuando na alfabetização e na disseminação da cultura. O eixo transversal era promover a politização dos indivíduos a fim de que participassem como sujeitos ativos no processo histórico, entretanto com o período ditatorial pós 1964 os programas de cunho popular que propunham atuar na educação da população foram reprimidos e anulados, relatando Escobar (2007) a preocupação com as ideias de esquerda marxista incorporadas nos movimentos de educação popular.

Trazendo para o debate a Educação a Distância, é possível perceber que no decorrer dessa República - 1945 até 1964 - a modalidade foi utilizada expressivamente pelo Movimento de Educação de Base - MEB e pelos Institutos Monitor e Universal Brasileiro.

O Movimento de Educação de Base tinha o olhar voltado para o problema do analfabetismo e por isso procurou estabelecer um canal pedagógico de comunicação com as variadas regiões distanciadas geograficamente utilizando o rádio como ferramenta de apoio ao processo educativo, havendo as “escolas radiofônicas” e o apoio de equipes pedagógicas presenciais. Este é um modelo que do ponto de vista organizacional se assemelha com a Educação a Distância

praticada no sistema UAB, na qual também está presente o uso das tecnologias de comunicação (anteriormente o rádio e hoje mais expressivamente o computador e a internet), a presença dos Polos de Apoio Presencial que tem funções parecidas com as “escolas radiofônicas” e as equipes regionais do MEB que lembram o sistema de tutoria.

A utilização do rádio nesse momento histórico se justifica por ser talvez o único meio de comunicação de massa, pois o jornal escrito limitava-se as regiões urbanas nos centros maiores, os computadores ainda não faziam parte realidade, ferramenta de comunicação síncrona via internet era uma tecnologia não disponível à sociedade e a televisão ainda estava iniciando sua trajetória. Somam-se a isso as experiências dos projetos anteriores, como por exemplo, o Instituto Monitor e a própria experiência da Igreja Católica em projetos desenvolvidos anteriormente.

Os Institutos Monitor e Universal Brasileiro tinham o foco de atuação para a formação profissional ofertando vários cursos na modalidade a distância. Por exemplo, na década de 1950 e 1960, em virtude da introdução e início da popularização dos aparelhos de tv, foram oferecidos vários cursos que ensinavam as pessoas a manusearem esses aparelhos, haja vista a necessidade de formação de mão de obra especializada na manutenção deste suporte tecnológico.

#### **1.4 Contexto educacional durante a Ditadura Militar (1964-1985)**

Considerando os estudos de Fausto (2007, p. 465), o movimento que instalou o golpe militar de 31 de Março de 1964 tentou se justificar perante a sociedade como uma solução para livrar o país da corrupção, do comunismo a fim de restaurar a democracia. Entretanto, o momento foi marcado por repressão aos movimentos sociais, ao proletariado, aos políticos simpatizantes com os movimentos de esquerda, controle e censura às informações divulgadas pela imprensa através de leis e ou agências reguladoras e fiscalizadoras, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informação - SNI<sup>25</sup>, achatamento dos salários pela insuficiente reposição das perdas, proibição de greves, aumento de impostos, agravamento do endividamento do país através dos vários empréstimos solicitados, ampliação da concentração de renda nas mãos dos que detinham o controle do capital e das

---

<sup>25</sup> SNI – Serviço Nacional de Informação: Organismo criado pelo Governo com o intuito de investigar qualquer pessoa que pudesse ser classificada como subversiva.

políticas econômicas, privatização do ensino através do incentivo às empresas educacionais via sistema de bolsas, sucateamento do sistema público, apoio generoso às grandes empresas mediante aporte legislativo e subsídios financeiros, desrespeito ao direito civil e político através dos Atos Institucionais - AI<sup>26</sup>. Na verdade o regime ditatorial não foi somente exercido pelos militares, mas também por representantes da burguesia nacional e por empresários do capital multinacional. Foi uma combinação de interesses por parte dos militares em garantir a participação no poder governamental e ao mesmo tempo lutar contra todas as ações que pudessem teoricamente estar associadas ao comunismo.

A participação das Forças Armadas, notadamente do Exército, na vida política do Brasil começa a tornar-se significativa a partir da segunda metade do século XIX com a guerra do Paraguai (1865-1870), projeta-se na abolição da escravatura (1888), na proclamação da República (1889) e culmina como golpe de Estado em 1964. (GERMANO, 1994, p. 39)

Aos representantes da burguesia nacional e internacional interessava garantir a qualquer custo a manutenção do sistema econômico vigente, cancelando qualquer forma de atuação e reivindicação social que objetivasse a participação nas conquistas e riquezas oriundas do modelo aplicado. A ideia básica era manter o modelo econômico que por sua vez privilegiava o capital internacional, preservar os privilégios da burguesia e conter os avanços e lutas sociais.

Ghiraldelli (2001, p. 164) evidencia que “[...] o Golpe de 1964 não provocou mudança efetiva no modelo econômico adotado pelo país. Foi produzido no sentido de provocar uma mudança política de maneira a preservar o regime econômico”. De um lado tínhamos a ideologia para uma política “nacional desenvolvimentista”, posição esta apoiada por segmentos do governo, pelos partidos de esquerda, sindicatos e por organizações sociais. Do outro lado tínhamos a ideologia do “crescimento com segurança”. A tensão foi fermentada quando começou a haver pressões por “Reformas de Base”, principalmente quando o governo de João Goulart demonstrou intenção em promovê-la num comício realizado para 150 mil

---

<sup>26</sup> Ato Institucional – AI. Imposição de regras estipuladas pelo Governo a fim de controlar o processo eleitoral na sucessão governamental, interferir na organização e constituição dos regimes partidários, cassar direitos políticos e civis, interferir no poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outras ações, sempre com objetivos de controlar e reprimir. Ao todo foram 17 Atos Institucionais. Um dos mais conhecidos e comentados pela literatura foi o AI-5 que por sua vez dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias Constitucionais.

peças. Estas tinham o objetivo de promover maior participação popular nas decisões da política brasileira, reformas sociais, reivindicações salariais, entre outros. É um momento de marcante organização e participação popular. Para Ghiraldelli (2001, p. 165) o golpe de 1964 queria ajustar e reforçar a ideologia da lógica do capital ao modelo econômico que vinha sendo construído nos últimos anos no Estado Brasileiro. “Tal ajuste se deu pela repressão à ideologia nacional-desenvolvimentista substituindo-a pelo desenvolvimento com segurança”.

O golpe tratou de afastar do governo a parcela de pessoas que apoiavam o nacionalismo, o populismo e que participavam das organizações sociais. Ao iniciar o novo governo, houve corte de despesas, aumento na arrecadação de impostos, fato que ocasionou a redução do déficit público acompanhado da queda da inflação, proporcionando a sinalização rumo ao crescimento econômico, pois convém lembrar que no início do regime ditatorial a situação econômica do país era instável e crítica, como atesta Germano (1994, p. 49) “[...] o início dos anos 1960 foi problemático para as elites brasileiras, pois o país enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções”.

O regime militar provocou muitos descontentamentos, ocasionando muitas iniciativas de resistência. Para combater os movimentos que brotavam da sociedade, os governos usaram fortemente dos Atos Institucionais - AI. Um exemplo muito terrível e rígido foi através do AI-14 que por sua vez mudou o artigo 150 da Constituição estabelecendo a pena de morte para os casos extremos. Através desse Ato as repressões a qualquer organização contrária ao regime foram acentuadas.

De um lado havia a instabilidade política alicerçada na truculência da ditadura, mas do ponto de vista econômico, algumas melhoras eram percebidas no início da década de 1970 considerado um período de “milagre econômico”. Interessante lembrar que este “milagre” estava embasado em empréstimos utilizados na promoção da economia, na criação de Empresas Estatais, como por exemplo, a Empresa Brasileira de Telecomunicações - TELEBRÁS<sup>27</sup>, nos investimentos na infra-estrutura, como por exemplo, a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu<sup>28</sup> e também através dos investimentos estrangeiros, fato que provocou a

---

<sup>27</sup> Atualmente é Sociedade Anônima Aberta, economia mista, constituída em 09 de Novembro de 1972, vinculada ao Ministério das Comunicações. Disponível em: <<http://www.telebras.com.br/>>. Acesso em 27 de Abril de 2011.

<sup>28</sup> ITAIPU- Na língua Guarani significa Pedra que Canta. Realizada mediante convênio entre Brasil e Paraguai localizada no rio Paraná. Construção iniciada em 1975 e concluída em 1982.

desnacionalização da economia. O chamado “milagre econômico” foi um momento parcialmente positivo do ponto de vista da economia do país que Germano (1994, p. 72) a caracteriza pela forte intervenção do Estado na economia. Somente nos anos de 1966 e 1967 foram criadas aproximadamente 210 Empresas Estatais. Esta intervenção também estava presente no controle da política salarial, em investimentos para infraestrutura e apoio através de linhas de crédito. Importante frisar que esta fase promissora vivenciada pelo país, não estava disponível a todos os brasileiros, pois o aparelho do Estado guiado pela postura forte e repressora das forças militares atuava de maneira a contribuir para que a ampliação da acumulação do capital se concentrasse nas mãos da burguesia.

Dados fornecidos por Singer (1986) revelam que no início da década de 1960 os 10% mais ricos controlavam 39,6% da renda total e nas vésperas do fim do regime ditatorial os 10% mais ricos absorviam 47,9% das riquezas produzidas, enquanto aos 60% mais pobres restavam somente 17,7%.

Este momento “mágico” não durou muito. Por volta de 1974, os efeitos colaterais começavam a aparecer, efeitos esses agravados pela crise econômica mundial. Fato importante nesse cenário foi a crise do petróleo ocorrida nessa época na qual um barril chegou a triplicar seu valor e sendo o Brasil um grande importador desse produto, as medidas tomadas para enfrentar tal crise geraram consequências amargas.

A opção dos que estavam no poder, no entanto, foi pelo endividamento externo, uma vez que havia grande interesse dos países industrializados em exportarem e, ao mesmo tempo, existia ampla disponibilidade de petrodólares as mãos dos bancos para financiar essas exportações. (GERMANO, 1994, p. 81)

Entre as sérias consequências está o empobrecimento do país, o alto déficit público, inflação alta, desemprego, endividamento externo além da subordinação do país às receitas do Fundo Monetário Internacional - FMI<sup>29</sup>, como atesta Alves (1984, p. 289) “[...] a maior parte da dívida externa fora contraída a juros flutuantes, o Brasil tornava-se cada vez mais dependente das decisões internacionais [...]”. O endividamento, nos relata Germano (1994), passou dos 3,2 bilhões de dólares em

---

<sup>29</sup> Fundo Monetário Internacional – FMI. É uma organização internacional de 187 países criada em 1945 com o objetivo de cuidar do sistema monetário internacional. Disponível em: <<http://www.imf.org/>>. Acesso em 28 de Abril de 2011.

1970 para 44 bilhões em 1981 e a taxa de desemprego, contabilizados os desempregados e subempregados, segundo Silva (1992) chegou a 30,3% da população em idade produtiva.

Durante esse regime que durou 21 anos, a presidência do Brasil foi controlada por dois Marechais e três Generais: Marechal Castelo Branco (1964-1967), Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), General Ernesto Geisel (1974-1979) e por último o General João Baptista Figueiredo (1979-1985).

A partir do governo Geisel iniciado em 1974 iniciam os primeiros sintomas do processo de reabertura política. De acordo com Germano (1994, p. 94-95), “[...] as raízes de tal processo podem ser buscadas, em primeiro lugar, na própria crise do modelo de desenvolvimento capitalista adotado a partir de 1964”. No contexto econômico o modelo cai no descrédito, pois a economia do país está sendo corroída pela alta inflação, déficit público e endividamento externo. No campo social, grupos vão se organizando e se mobilizando contra a ditadura e o governo aos poucos vai percebendo que o caminho para a abertura política era uma estrada sem volta. No campo político, o poder vigente começa a sofrer rachaduras internas somado às críticas recebidas pela maneira como a ditadura conduzia as políticas e interferências na economia e também pelas pressões do Fundo Monetário Internacional para que concentrasse esforços no pagamento da dívida externa.

Diante do panorama, brevemente exposto, o sistema educacional se expressa como um segmento inserido neste contexto, na qual as políticas educacionais estão influenciadas e subordinadas aos encaminhamentos fundantes da lógica do regime em vigor.

Em síntese, a política educacional se desenvolveu em torno dos seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis.
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização.
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação do capital.
- 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. (GERMANO, 1994, p. 105-106)

As ações tomadas pelos representantes do regime deixavam clara a intenção de anular qualquer forma de manifestação contrária ao planejamento idealizado pela elite formada pelos representantes do capital e da força militar. Na Educação esse ataque vinha de várias frentes, seja pelo convencimento ideológico, pela violência ou pela privatização. Nesse sentido, Cunha (1991, p. 37) relata que “[...] os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado, com os militares empenhados na repressão às atividades por eles julgadas subversivas”.

Para auxiliar na tarefa de ampliar o entendimento sobre a atuação do regime no setor educacional, vamos recorrer aos principais direcionamentos expostos na Constituição de 1967.

Art. 8º - Compete à União:

XIV - estabelecer planos Nacionais de educação e de saúde;

Art. 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.

II - o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;

III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior;

Art. 169 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e, a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, o qual terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais. (BRASIL, 1967)

A princípio, esta Constituição revela-se no aspecto geral ser de caráter centralizador, direcionando para a responsabilidade da União as questões mais fundamentais e compartilhando com os Estados e Municípios os assuntos de escala secundária. Encontramos algumas aparentes contradições na questão do direito à liberdade de expressão, pois ao mesmo tempo em que garante tal direito, constrói mecanismos de controle. Quanto aos direitos sociais, não percebemos a brutalidade do rigor militar, até porque as ferramentas mais repressivas que legitimavam tais atitudes foram instituídas através dos Atos Institucionais - AI.

Com relação à Educação, o ponto que nos chama a atenção é a ausência do compromisso com o financiamento. Nesta Constituição não estão fixados os valores a serem aplicados pelos vários entes federados. Além dessa ausência, o caráter privatista aparece de maneira bastante acentuada através de repasse de verbas para a iniciativa privada, o que na prática, segundo Cunha (1991), um dos vieses será o sistema de bolsas. Quanto à liberdade de ensino é importante observar que o princípio desta está atrelado aos interesses da unidade nacional.

Durante a ditadura militar a educação foi replanejada no nível superior por meio da Reforma Universitária pela Lei 5510/1968 e no primeiro e segundo graus pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/1971. A Reforma Universitária que apesar de ter sido buscada desde o final da década de 1940 por parte da classe docente, discente e administradores foi muito criticada e encontrou resistência pelas posturas autoritárias do regime militar e pelas divergências contidas na reforma.

Há muitos anos os mais lúcidos pedagogos exigem que a estrutura do ensino primário, médio e superior seja no Brasil transformada de alto a baixo, para que atenda a duas exigências nacionais: oferecimento de possibilidades educacionais às grandes massas e adaptação do que se ensina às necessidades do desenvolvimento do país (ALVES, 1968, p. 22)

Nesse contexto exerceram forte influência a United States Agency for International Development - USAID, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GRTU e a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior - EAPES. Importante também lembrar que esta Reforma foi efetuada no momento de forte repressão militar e convém citar que o Ato Institucional nº 5 foi instituído neste período dando poderes ao executivo para agir com brutalidade e truculência frente aos que manifestavam ser contrários às ações do governo. No caso do ambiente universitário o Decreto 477/1969 foi a ferramenta construída nos moldes do AI-5 para reprimir qualquer reação considerada "indisciplinar e subversiva". De acordo com Germano (1994) a União Nacional dos Estudantes - UNE manifestou grande resistência e mesmo após ser colocada na ilegalidade ainda continuou realizando seus congressos de maneira oculta.

Além da repressão contra a classe estudantil, Cunha (1991) também adverte sobre as interferências e repressões nas Universidades, como por exemplo, na Universidade de Brasília. De maneira geral a Reforma Universitária provocou a

departamentalização por áreas do conhecimento em substituição pela Cátedra; o regime de créditos na qual cada aluno cursava as disciplinas e acumulava os créditos necessários ao curso, sendo importante observar, segundo Cunha (1991, p. 84) que “onde o regime de créditos foi efetivamente implantado, as turmas se desorganizaram, inviabilizando a antiga solidariedade entre os estudantes, força viva do movimento estudantil”. Outra alteração foi a instituição do vestibular classificatório, na qual a aprovação era sempre proporcional ao número de vagas ofertadas, eliminando assim a lista de excedentes que por sua vez geravam protestos pelo aumento de vagas. Por fim convém ainda mencionar o atrelamento entre os fins educacionais ligados aos interesses do mercado, como confirma Ghiraldelli (2001, p. 176), ao lembrar do slogan “vista a camisa de sua empresa” que ao ser transportado para a Universidade pode ser interpretado como “vista a camisa de seu departamento”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/1971 tratou especificamente do primeiro e segundo grau foi instituída num clima diferente ao presenciado durante ao da Lei da Reforma Universitária, pois presenciávamos a euforia do “milagre econômico” que se apresentava como um grande benefício para o país.

O país vivia um clima de euforia em decorrência do “crescimento econômico” e o Regime em elevada popularidade, que foi atestada pelas eleições parlamentares de 1970, quando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido ligado ao governo, venceu em quase a totalidade do país.

Neste contexto, o projeto foi recebido com entusiasmo, tanto pelos educadores, como pelos parlamentares, inclusive os do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, tendo sido aprovado por unanimidade e a Lei promulgada em 11 de Agosto de 1971. (PERES, 2009, p. 65)

Essa fase de empolgação, somada a propaganda do governo com base no desenvolvimento e na geração de empregos acabou agradando parte da sociedade, principalmente aos empresários da Educação que foram beneficiados por generosos incentivos, como por exemplo, a destinação de verbas por meio de bolsas de estudo. De maneira geral esta Lei não significou grandes alterações com relação à Lei 4024/1961, pois o próprio regime não procurava ruptura, mas sim garantir a continuidade e o aprimoramento do modelo de industrialização a partir da governabilidade da elite defensora da atuação do capital internacional. O fato mais

marcante nesta Lei está no caráter que enfatiza a racionalização da Educação em direção à implantação do ensino técnico em nível de segundo grau, enfatizando a preparação para o trabalho. Esta intenção tinha por finalidade preparar as pessoas para o mercado de trabalho e ao mesmo tempo diminuir a demanda por vagas no ensino superior. Para Peres, o segundo grau tinha a função de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, de maneira que não houvesse a necessidade de buscar a continuidade formativa nos estudos. O próprio segundo grau se encarregaria de formá-lo para atuar no mercado de trabalho, assim a educação está subordinada à produção (PERES, 2009, p. 66).

No primeiro grau a Lei condensou o antigo curso primário e o ginasial, com a intenção de formar o estudante de maneira geral. Mais tarde, já quase no final da ditadura, a Lei 5692/1971 foi avaliada de maneira negativa e essa “ousadia” começou a ficar aparente porque a ditadura começou a dar sinais de enfraquecimento. A ideia de formatar o segundo grau todo para a profissionalização a princípio foi aceita pelos trabalhadores que buscavam conquistar espaço no mercado de trabalho e também pelas empresas que necessitavam de mão de obra qualificada, entretanto acabou por não suprir as expectativas anunciadas e esperadas. Uma das críticas fortes à profissionalização do segundo grau foi o baixo nível na formação, seja pela falta de recursos financeiros ou pela falta de recursos humanos para atuar no processo formativo. Com a profissionalização a intenção era de investir forte na qualificação do trabalhador, mas os resultados não foram tão bons, pois tanto a indústria quanto as empresas de base tecnológica demonstravam também a necessidade de contratar trabalhadores com formação mais ampla e não somente técnica. Com isso, os alunos ao saírem para o mercado de trabalho encontravam dificuldades de inserção nos ambientes produtivos. Outra crítica está relacionada com a ausência na formação humanística, filosófica e cultural que além de deixar um vazio na formação acadêmica, não os preparavam para o vestibular.

Para Ribeiro (1992, p. 170) “[...] revela-se assim a ênfase na quantidade e não na qualidade, nos métodos (técnicas) e não nos fins (ideais), na adaptação e não na autonomia, nas necessidades sociais e não nas aspirações individuais, na formação profissional em detrimento da cultura geral”, e foi nesse contexto que o presidente Figueiredo em 1982 reconheceu publicamente o equívoco cometido revogando a obrigatoriedade das Instituições ofertarem somente o ensino profissionalizante através da Lei 7.044/1982.

Quanto aos investimentos na Educação, Cunha (1991) informa que a Constituição de 1967 não estabeleceu percentuais a serem aplicados. Nesse sentido os dados apresentados mostram que a participação da União oscilou entre 8,5% e 10,6% no período de 1960 e 1965, e sendo reduzido drasticamente em 1975 para 4,3%. Em específico na educação superior, o corte de verbas também foi muito prejudicial e para termos uma ideia da redução, de 1980 até 1984 os valores repassados para as Universidades diminuíram aproximadamente 65%. Na questão salarial dos professores fato semelhante também acabou ocorrendo, pois de Janeiro de 1979 até Abril de 1984 as perdas salariais chegaram a 103%. Com relação à transferência de verbas educacionais para a iniciativa privada via bolsas de estudo, as orientações contidas no Plano Nacional de Educação revisado em 1965 ampliam de 3% para 5% no ensino primário, de 14,5% para 20% para o segundo grau e de 0% para 5% no nível superior. Estes dados revelam o descaso com a escola pública e a tendência privatizante.

Com relação às matrículas efetuadas no sistema de ensino, Romanelli (2007, p. 64) relata que em 1970 o sistema escolar atendia no primeiro grau somente 39% dos jovens de 5 a 19 anos e no segundo grau o atendimento era menor ainda, 14%, revelando o grave caráter seletivo. Para termos uma ideia do tamanho da excludência, por volta de 1967, de cada 100 alunos que iniciaram a primeira série no ensino fundamental, somente 16 chegavam ao segundo grau e destes somente 7 ingressavam no terceiro grau. Uma das faces dessa situação caótica é a alta taxa de analfabetismo que em 1970 foi de 33,01%.

Com relação a Educação a Distância, Por volta de 1970, esta modalidade continuou sendo utilizada como proposta metodológica para formação profissional, como por exemplo, nos cursos ofertados pelo Instituto Monitor e Instituto Universal Brasileiro e com finalidades de alfabetização e formação humana através de vários projetos, a exemplo: MEB, MOBREAL, SACI, MINERVA e LOGOS.

Neste ponto é necessário chamar a atenção para o fato de que os Movimentos de Educação Popular foram anulados a partir da ditadura militar, entretanto o MEB foi uma exceção, tendo em vista sua forte vinculação com a CNBB, mas essa aparente proteção não livrou o Movimento de ter que alterar sua proposta metodológica e ideológica, enquadrando-se nas regras e diretrizes da repressão ditatorial, ou seja, a essência do projeto no sentido de promover a politização do sujeito foi anulada.

Importante salientar também que a partir de 1970 a Educação a Distância começa a ser encarada como modalidade oficial de educação formal. Pela primeira vez percebemos em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/1971 no artigo 25 a sua utilização como ferramenta pedagógica reconhecida. Zamlutti (2006, p. 34) relata que “[...] alguns autores acreditam que a utilização da Educação a Distância, no Brasil na década de 1970 representou, na verdade, uma alternativa encontrada pelo Governo Federal para tentar diminuir o analfabetismo no país [...]”.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/1971 no artigo 25, parágrafo 2, consta que os cursos supletivos serão ministrados em classe ou através de tecnologias de comunicação, como por exemplo, o rádio, televisão, correspondência e outros. No artigo 51, aparece novamente o incentivo ao uso do rádio e da televisão para fins educacionais no contexto da responsabilidade das empresas com as questões educacionais dos funcionários, portanto, a partir desse momento, a Educação a Distância começa a ser visualizada de maneira oficial.

Nesse contexto, um elemento importante a ser mencionado é a simpatia do Ministro da Educação, no período de 1970, Jarbas Passarinho, com a referida modalidade que pode ser percebida em entrevista concedida a Zamlutti (2006).

“Acho que o aluno a distância é até mais motivado. Tem uma motivação especial, primeiro porque o interesse dele é, de fato, aprender e depende da chance que a Educação a Distância lhe proporciona. Será naturalmente respeitoso e grato ao seu tutor. É diferente daquele que vai para a sala de aula por causa da tradição”.  
(JARBAS PASSARINHO apud ZAMLUTTI, 2006, p. 43-44)

Por fim, convém tratar da popularização dos meios de comunicação. O rádio começou a ser introduzido no início do século e aos poucos foi ganhando espaço nos lares do país, tanto na zona urbana quanto na zona rural. A televisão, por sua vez, no Brasil tem seu marco inicial na década de 1950 com a inauguração da TV Tupi através dos televisores em preto e branco. Na década de 1960 já havia aproximadamente 200 mil aparelhos espalhados pelo país. No final da década de 1960 já tínhamos o início da comercialização de espaços nas programações para fins comerciais e aproximadamente 27% dos lares já possuíam aparelhos de TV. Por volta da década de 1980 o Censo já revela que mais de 55% dos lares já possuíam aparelhos de televisão. Nesse sentido, Formiga e Litto (2009, p. 10) relatam que em 1967 o Código Brasileiro de Televisão já determinava que as empresas de

comunicação de TV e de Rádio deveriam inserir em suas programações, horários destinados para a oferta de programas educativos, na qual em 1969, o Ministério das Comunicações normatizou o tempo que deveria ser destinado a esses programas.

Realizadas as considerações acima, voltam-se as atenções para a Lei 5379/1967 que cria a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL de duração indeterminada, com sede e fôro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e fôro para Brasília. (BRASIL, 1967b)

De acordo com tal Lei, esta fundação atuaria em dois programas, sendo um destinado ao Plano de Alfabetização Funcional e o segundo Plano de Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. A ideia era alfabetizar as pessoas e na sequência proporcionar a continuidade na formação, caracterizando-se em dois programas na qual um complementava o outro.

A justificativa, segundo Corrêa (1979, p. 63), para a aplicação do referido Movimento de Alfabetização é o fato do expressivo número de pessoas analfabetas ser considerado como um grande obstáculo que dificulta consideravelmente o desenvolvimento do país, nesse sentido o acesso à Educação é uma estratégia apresentada para ampliar as oportunidades de trabalho. Devido ao fato do Governo ditatorial ter paralisado os movimentos que buscavam alfabetizar a população, era preciso criar outros programas que assumissem a tarefa, pois além do analfabetismo ser considerado um empecilho ao desenvolvimento da nação, o país também tinha que elevar sua imagem no exterior demonstrando preocupação e ação na área educacional tendo em vista que “[...] a UNESCO voltava a declarar para os países considerados aliados - especialmente as nações do Terceiro Mundo - a necessidade de que cumprissem as determinações no combate ao analfabetismo” (ESCOBAR, 2007, p. 26).

A administração da Fundação<sup>30</sup> MOBRAL era de caráter descentralizador e subdividido em quatro níveis: Secretaria Executiva, Coordenação Regional, Coordenação Estadual e Comissões Municipais.

Outra característica foi a execução em caráter de cooperação entre os vários setores, sociais, governamentais, civis e militares.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação. (BRASIL, 1967b).

O artigo 2 da referida Lei nos revela o caráter descentralizador e mobilizador no sentido de convocar os vários segmentos sociais de maneira que se sintam também responsáveis pelo bom êxito do programa. Segundo Rocha (2005), a descentralização se constituía na estruturação física, administrativa e pedagógica que seria montada em cada posto de atendimento espalhados pelas várias regiões do país. Cada núcleo municipal, ao assinar convênio com o MOBRAL, assumia a responsabilidade de realizar os procedimentos necessários para o funcionamento do projeto. Além de providenciar as necessidades estruturais, cada localidade também tinha a responsabilidade de convocar os alunos e formar as turmas. As pessoas localizadas no município e integrantes do projeto recebiam treinamento para poderem atuar como alfabetizadores, na qual o trabalho era monitorado e acompanhado por uma equipe de supervisão. O treinamento da equipe era realizado com o auxílio de materiais impressos e também com o rádio.

A metodologia utilizada pelo programa de alfabetização era muito parecida com a utilizada pelo método Paulo Freire no Movimento de Alfabetização Comunitária. Nos dois casos tínhamos a escolha dos “temas geradores” na qual a partir desses o trabalho de alfabetização era desenvolvido. Os “temas geradores” eram retirados de contextos importantes para a comunidade, como por exemplo, palavras relacionadas à saúde, moradia, educação, trabalho, família, entre outros. A diferença substancial da pedagogia utilizada por Paulo Freire está na intencionalidade do processo alfabetizador. Paulo Freire tinha a intenção de

---

<sup>30</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em 30 de Abril de 2011.

alfabetizar ao mesmo tempo em que pretendia construir uma consciência crítica de maneira que cada um percebesse sua importância como sujeito ativo da história. A alfabetização proposta pelo MOBRAL pretendia além de alfabetizar, construir uma consciência de valorização e validação da política desenvolvida pelo governo autoritário. De acordo com Freitag (1986, p. 90), a característica marcante da educação oferecida apontava para uma espécie de "culto de obediência às leis". Com relação ainda à metodologia convém mencionar a importância dos meios de comunicação enfatizada nesse projeto de alfabetização. Vejamos que o artigo 11 da Lei que cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização incentiva e aprova a utilização do rádio, televisão e cinema.

Art. 11. Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado no Plano a que se refere o art. 3º. (BRASIL, 1967b)

Considera-se esta Lei, em específico o artigo citado, como uma forte ação oficial de reconhecimento da modalidade de Educação a Distância, sendo o rádio era utilizado como ferramenta de apoio no processo de alfabetização e formação continuada através de programas educativos. Em 1978, o projeto chega ao seu fim, tendo atendido aproximadamente dois milhões de pessoas. Mesmo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostrando que no período de 1970 até 1976 haver tido uma redução de 10,8% na população analfabeta, a eficiência pedagógica e a qualidade deste programa frente à sociedade é questionável, pois há uma frase que ficou marcada no meio popular indicando uma credibilidade irônica: "Até parece que fez MOBRAL". Este slogan é utilizado em tom de escárnio no intuito de caracterizar uma pessoa que teve uma formação escolar deficiente.

Outra iniciativa do governo em relação à promoção da Educação a Distância foi o Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares – SACI, ação desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, sendo este ligado a Presidência da República. A intenção era desenvolver pesquisas e ações em torno da construção de um sistema de educação baseado na utilização de um satélite específico para fins educacionais, na qual os programas seriam transmitidos através do rádio e da televisão.

As primeiras ações foram iniciadas em 1967 e previa ofertar programas voltados para as quatro primeiras séries do primeiro grau, com auxílio de materiais impressos e também prover programas voltados para a formação de professores leigos. De acordo com artigo publicado por Saraiva (1995) o projeto foi desenvolvido em três etapas: A primeira foi através de uma aproximação do INPE com a Universidade de Stanford com o objetivo de estudar e pesquisar a viabilidade técnica das conexões através do satélite. A segunda fase previa o desenvolvimento experimental nas escolas do Rio Grande do Norte, atingindo a formação de alunos e professores. A intenção desta fase era acompanhar as etapas desenvolvidas de maneira a perceber sua aceitação, visualizando necessidades de melhorias, replanejamentos, adaptação e aceitação. A terceira fase se constituiria no lançamento de um satélite doméstico para que o programa fosse implantado, fato que não foi efetivado.

O projeto piloto no Rio Grande do Norte iniciou-se em 1972 e encerrou-se em 1975. O projeto utilizou um canal de TV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e também transmissões via rádio para desenvolver seus programas educativos. Segundo Andrade (2005) a influência na escolha do Rio Grande do Norte deve-se provavelmente ao fato de ter sido o Estado onde nasceu o Movimento de Educação de Base - MEB, a execução do projeto De Pé no Chão Também se Aprende a Ler e as primeiras experiências do sistema de alfabetização de Paulo Freire. Vejamos no quadro abaixo a evolução das matrículas nos quatro anos do projeto piloto desenvolvido no referido Estado.

Tabela 01. Matrículas atendidas pelo projeto SACI

Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI)		
Estado: Rio Grande do Norte		
ANO	MATRÍCULAS 1ª SÉRIE	MATRÍCULAS 2ª SÉRIE
1973	9137	4327
1974	6152	5431
1975	7427	6389
1976	7636	6953

Fonte: Saraiva (1995, p. 5)

Tabela 02. Localização das escolas atendidas pelo projeto SACI

Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI)	
Estado: Rio Grande do Norte	
ESCOLAR RURAIS	493
ESCOLAR URBANAS	188
ESCOLAS ESTADUAIS	282
ESCOLAS MUNICIPAIS	399

Fonte: Saraiva (1995, p. 5)

O projeto chegou ao fim no ano de 1976, registrando aproveitamento de 61% de aprovação dos alunos, atendendo em nível de formação 1116 professores na qual 790 permaneceram até o fim do processo formativo.

Outra marcante ação no campo educacional de iniciativa do Governo Federal do período da ditadura foi o Projeto Minerva, nome dado em referência à deusa da sabedoria. O referido projeto iniciou suas atividades em Setembro de 1970, com base no Código Brasileiro de Telecomunicações, num Decreto Presidencial, na Portaria Interministerial 408/1970 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/1971. Segundo Castro (2007), a ideia era utilizar o sistema de rádio disponível no país para desenvolver um projeto educacional que atingisse a grande massa populacional buscando promover a oferta de programas culturais e suprir as deficiências educacionais que a educação tradicional não conseguia dar conta, principalmente nas regiões mais afastadas e interiorizadas. Esta intenção para o projeto foi confirmada por Jarbas Passarinho, Ministro da Educação na época, que ao conceder a entrevista para Zamlutti, (2006) divulga dados de uma pesquisa relatando o grande número de analfabetos, aproximadamente 16 milhões, e a necessidade de se promover a educação continuada. Com isso o então Ministro pediu para que fossem organizados o projeto Mobral e na sequência o Minerva.

De acordo com Castro (2007) o projeto previa atender a alunos maiores de 16 anos com escolaridade correspondentes a da quarta série e objetivava atendê-los através do curso supletivo de primeiro e segundo graus.

Os programas eram produzidos com base em disciplinas que eram obrigatórias: Português, Matemática, História, Geografia, Organização Social Política Brasileira e Educação Moral e Cívica - OSPB/EMC, Ciências Físicas e Biológicas, e

disciplinas complementares de Artes, Esportes, Saúde e Trabalho. O curso tinha duração de 64 semanas e os estudos eram realizadas no período noturno das 19:30 hs até as 22:00 hs. Durante os encontros, os primeiros trinta minutos eram destinados a leitura do material de apoio e discussão dos temas. Na sequência os alunos ouviam 30 minutos de aula através do rádio, após isso realizavam as atividades e trocavam ideias por mais uma hora e meia. O curso utilizava o rádio como ferramenta de comunicação entre os alunos e os professores, materiais impressos e apoio de monitoria presencial. De acordo com Monteiro (2011) o rádio foi utilizado como meio de comunicação de massa para fins educativos e culturais, e o projeto Minerva visava atingir a pessoa onde ela estivesse para desenvolver suas potencialidades, orientação educacional, pedagógica e profissional além de valorizar e promover o modelo adotado pelo regime militar, aliás, é válido abrir outro parênteses nesse momento para frisar que o regime ditatorial militar utilizava sempre que possível o sistema educacional para validar sua ideologia governamental.

A recepção e a organização dos programas veiculados através do rádio eram formatados a partir de quatro formas distintas:

- a) Recepção organizada, na qual eram montados postos de estudos com acompanhamento de um orientador. Os alunos se inscreviam no curso e se reuniam de segunda a sexta-feira no período noturno, acompanhavam as aulas via rádio, utilizavam material de apoio impresso e realizavam as atividades propostas.
- b) Recepção Controlada: Os alunos se inscreviam no curso e ouviam as aulas através do rádio na própria casa. Sempre que necessário, ou previamente agendado, os alunos e o orientador se reuniam para realizar as atividades propostas e esclarecer dúvidas.
- c) Recepção isolada: O aluno se matriculava no curso e ouvia as aulas em casa na qual não tinha o compromisso de frequentar os encontros para realizar atividades, entretanto tinha a seu dispor o assessoramento pelo Núcleo de Ensino por Correspondência.
- d) Recepção livre: Não havia a necessidade de inscrição e a pessoa ouvia as aulas via rádio em casa na qual não havia nenhum tipo de acompanhamento e sendo assim o aluno assumia a total responsabilidade pela aprendizagem.

De acordo com Castro (2007) o sistema possuía um coordenador responsável pelo projeto em cada Estado, um supervisor responsável por cada dez postos de rádio e um orientador da aprendizagem responsável por cada trinta alunos. Com relação à verificação e avaliação das disciplinas, eram elaboradas por uma equipe nacional três testes que seriam aplicados aos alunos. Ao final do curso, e após a realização dos testes, caso fosse aprovado, receberia o certificado de conclusão que seria fornecido pelas Secretarias Estaduais de Educação.

De acordo com Alonso (1996) o projeto Minerva atendeu aproximadamente 300 mil pessoas, na qual somente 60 mil realizaram o exame de “Madureza” - Exame avaliativo para continuação dos estudos, sendo que destes, somente 33% foram aprovados. O projeto chegou ao fim no ano de 1991, após vinte anos de atividade, na qual Castro (2007) nos relata que o mesmo não agradou muito a população, e foi batizado pela crítica com a frase: “Me Enerva”, traduzindo a insatisfação das pessoas.

A partir de 1974 foi lançado o projeto LOGOS voltado ao ensino supletivo através da modalidade de Educação a Distância e com apoio de módulos instrucionais visando formar professores para atuarem na docência de primeira até quarta série sendo que, segundo dados informados por Catapan (2008, p. 57), “[...] o projeto atendeu perto de 50 mil pessoas, diplomando 70% destes”. De acordo com dados apresentados por André e Candau (1984) percebe-se que, em 1975, 58% dos professores de primeira a quarta série eram leigos, sendo que desse total 59% não possuíam o primeiro grau completo. De acordo com outra pesquisa, o Ministério da Educação - MEC revela que em 1980 a maioria dos cursistas era do sexo feminino, numa faixa etária de 26 a 35 anos, casadas, atuando como professoras há pelo menos oito anos no primeiro grau na rede pública municipal, e a evasão girava em torno dos 37%. O projeto era de âmbito nacional e foi executado via supletivo por meio de módulos na qual os alunos se reuniam nos finais de semana para estudar e também para realizarem avaliações. Os módulos eram construídos por uma equipe específica na qual o aluno estudava durante todo o curso, cerca de 204 módulos, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Sociologia Educacional, História da Educação e Didática. O curso também previa certa carga horária para estágios e ao ser aprovado recebia a habilitação em nível de segundo grau para lecionar da primeira até a quarta série.

Como forma de colaborar na compreensão deste projeto, será relatada partes da entrevista realizada com uma pessoa que atua como professora na rede municipal de educação na cidade de Foz do Iguaçu e que obteve seu diploma através do projeto LOGOS. Será preservado o nome da professora e a escolha desta se deu por ser uma profissional que está atuando há quase 30 anos na profissão e presenciou o problema da carência de formação acadêmica e da sua busca pela diplomação a nível médio e a nível superior. A entrevistada<sup>31</sup> aposentou-se em 2011 e gentilmente cedeu parte do seu tempo para falar sobre sua trajetória, suas experiências, formação e dificuldades.

Durante o tempo em que a entrevista foi realizada a referida professora relatou que atuou na rede municipal de Foz do Iguaçu desde 1987. Na época os professores ainda não eram contratados através de concurso público. O seu ingresso se deu na forma de contrato. Os métodos de seleção de professores eram realizados mediante entrevistas na qual era, obviamente, valorizada formação acadêmica do candidato. Nos casos em que a formação era incompleta e tendo em vista a necessidade de contratação dos profissionais, a experiência era o segundo requisito levado em consideração.

Desde que iniciou seu trabalho como professora no Município de Foz do Iguaçu atuou mais especificamente na segunda série do ensino fundamental, mas ainda não tinha a formação exigida para o magistério em nível de segundo grau, fato que a impulsionou a voltar aos bancos escolares como aluna para complementar sua formação.

Trabalhava durante o dia e à noite tinha que dedicar parte do seu tempo para os filhos pequenos e para as tarefas da casa e por isso optou por estudar na modalidade a distância no projeto LOGOS que foi ofertado e fomentado pelo poder público com o intuito de atender justamente os professores que atuavam na profissão e que não tinham formação específica.

Relatou também que a organização curricular do projeto LOGOS era em módulos contendo disciplinas gerais e específicas. Os encontros presenciais eram realizados aos sábados e dirigidos por professores encarregados em acompanhar e conduzir o processo pedagógico nas atividades, dúvidas e aplicações de provas.

---

<sup>31</sup> Entrevista realizada no dia 09 de Novembro de 2010, no Município de Foz do Iguaçu- PR.

Durante a semana realizava a leitura dos textos e produzia os exercícios propostos no caderno de atividades. Todos os alunos tiveram que realizar estágios nas escolas da região, como requisito necessário ao recebimento do diploma.

A professora relembrou que na época, a maioria dos professores que atuavam no ensino primário não possuía formação específica, sendo em grande parte oriundos de outras localidades menores que ao mudarem de residência para Foz do Iguaçu traziam consigo a experiência construída como docente em pequenas escolas do interior dos municípios em que residiam e buscaram em municípios maiores o desejo de encontrarem oportunidades para construir uma vida melhor: “Assim como eu, a maioria continuou estudando, buscando a formação superior e a especialização. Conheço muitas pessoas que hoje se destacam na profissão assumindo cargos de Supervisores Pedagógicos e Diretores de Escolas”.

Relatou também que a partir de 1992 todos os profissionais passaram a ser selecionados via concurso público e os que já atuavam tiveram que prestar tal concurso para fins de efetivação e regularização, sendo a exigência básica para a função, que todos os professores possuíssem o curso de magistério em nível de segundo grau (ensino médio).

Ao chegar ao final deste capítulo, a intenção foi a de enfatizar os principais fatos históricos ligados as questões educacionais e em específico, para as ações direcionadas à modalidade de Educação a Distância.

Preservando o caráter pedagógico do texto, foi observada a necessidade de estudar a história sempre procurando, na medida do possível, relacionar os diversos fatos, nos diferentes setores, através da ação dos mais variados personagens, que acontecem numa relação complexa englobando as várias crenças, objetivos, ideologias e interesses. Por isso, é prudente observar que Ribeiro (1992) recomenda construir a visão da totalidade, pois para entender a organização escolar é necessário também conhecer o contexto histórico.

As considerações a serem expostas foram construídas a partir do entendimento elaborado durante a leitura dos documentos utilizados e se constituem numa via de análise e interpretação, alertando para o fato de não ser a única e, portanto, configurando-se numa postura parcial.

Do ponto de vista social, é possível destacar que a população participou muito pouco na elaboração do projeto do país. Voltando um pouco na história, se percebe que durante o Brasil Colônia e Império os rumos do país estavam condicionados aos interesses dos colonizadores. Após a Proclamação da República, o país foi conduzido e delineado para saciar os interesses da oligarquia agrária. Durante o século XX os novos referenciais que guiavam as ações e a construção do projeto de nação brasileira estavam pautados no modelo industrial.

No aspecto educativo, percebe-se que a Educação não esteve entre as prioridades dos vários governos que assumiram a presidência do país, sendo o sintoma mais sério e drástico o grande quantitativo de analfabetos que sempre esteve presente na história desse país. Até se constatarem intenções, algumas ações, propostas de reformas e investimentos, mas, a situação sempre foi precária tendo em vista os altos índices de excluídos do sistema escolar, fraca estrutura organizacional, deficiências estruturais e baixa formação docente. Quanto aos fins educacionais, um aspecto que se destaca é a sua utilização como ferramenta subordinada aos interesses mercadológicos. Toma-se como exemplo a Lei 5692/1971 que tornou o segundo grau (ensino médio) todo de caráter profissionalizante na intenção exclusiva de formar mão de obra para atender ao mercado interno.

Com relação a Educação a Distância, até o período de 1970 as ações, no Brasil, foram efetuadas basicamente por iniciativa de Instituições privadas, como por exemplo, o Instituto Universal Brasileiro e o Instituto Monitor. A partir de 1970 esta modalidade passa a ser também fomentada pelo Governo Federal através de projetos, a exemplo, o MOBRAL, SACI, MINERVA e LOGOS. Uma das justificativas apresentada para a utilização da Educação a Distância está no fato de se caracterizar capaz em atender a uma grande diversidade de pessoas que estavam fora do sistema educacional. Destacam-se nesse sentido as pessoas que residiam no interior, ou na zona rural e que por sua vez não dispunham de estrutura escolar nas proximidades. Outra característica verificada é que a Educação a Distância entrava em ação sempre como ferramenta emergencial e paliativa: quando o número de analfabetos acusava altos índices, a modalidade a distância foi utilizada em programas que pretendiam minimizar tal situação e nos momentos em que a

carência de professores se tornava um problema, projetos de formação de professores através da metodologia a distância foram executados.

## 2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FUNDAMENTAÇÃO LEGISLACIONAL

Neste capítulo será tratado sobre as principais questões ligadas à legislação educacional com o olhar direcionado para a Educação a Distância. Considera-se a abordagem da legislação como fator primordial para contribuir na compreensão sobre os mecanismos regimentais que direcionam as ações para esta modalidade de educação. Os textos utilizados como base de pesquisa para este capítulo são os documentos oficiais dos organismos internacionais, legislações do país, documentos oficiais do governo brasileiro e trabalhos acadêmicos possibilitando a análise do assunto. A legislação é um elemento que está em constante processo de atualização e isso se deve ao fato das demandas relacionadas ao setor educacional serem dinâmicas. Estudar a legislação é uma tarefa que não se esgota por isso é necessário alertar para o caráter temporário deste estudo. O recorte inicial está estabelecido a partir de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, por oficializar a utilização da Educação a Distância em todos os níveis e modalidades, desencadeando a publicação de uma série de regulamentações que se constituem como importante material para estudo. Como forma complementar à discussão sobre o assunto, também será tratado sobre a atuação e a extinção da Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Concordando com Araújo Junior (2009), será realizada a análise da legislação observando o contexto político, econômico e ideológico, pois sua elaboração está sempre vulnerável às influências e interesses do contexto histórico. Pesquisar a legislação é estar em contato com documentos que mostram os conceitos, entendimentos e referenciais ideológicos estabelecidos na época em que foi elaborada, além de acenar para correntes filosóficas e pedagógicas presentes nas práticas educacionais. Importante salientar também que uma lei é construída com base em interesses de um grupo que às vezes entra em choque com outros interesses. Geralmente uma lei atende a objetivos parciais sendo construída a partir de uma realidade social e sua aplicação prática varia muito dependendo de cada situação. Em alguns casos as leis não são cumpridas pela sua inviabilidade ou por falta de atuação dos gestores públicos.

Também concordamos com Almeida (2008), quando relata que as políticas educacionais são produtos da ação do Estado e por isso é importante perceber as influências internas (governo, setores sociais e econômicos do país) e externas (Organismos Internacionais atrelados ao capital transnacional).

Os registros históricos contidos nos documentos oficiais sugerem que as primeiras discussões oficiais referentes a implantação do ensino superior a distância estão datadas a partir do período de 1970, na qual o cenário foi sendo construído durante as últimas décadas do século XX, marcado nacionalmente pela construção de grupos de estudos, apresentação de propostas, constituição de parcerias e consórcios, incentivos do governo federal por meio de departamentos específicos e interessados no assunto e também discussões na esfera legislativa através da apresentação de alguns projetos de Lei para a criação da Universidade Aberta do Brasil que apesar de se tornar mais conhecida no meio social a partir de 2006, a referida nomenclatura já foi utilizada no período de 1970. No cenário internacional a Educação a Distância foi assunto discutido nos debates realizados nos Fóruns e Conferências apoiados pelos Organismos Internacionais - OI<sup>32</sup>, como por exemplo, a UNESCO<sup>33</sup>, na qual sinalizavam para as necessidades de uma nova readequação do sistema educacional.

Segundo Costa (2010), no Brasil é possível considerar as primeiras ações no intuito de construir uma proposta para a criação de uma Universidade a Distância, na atuação de Newton Sucupira, integrante do Conselho Federal de Educação, que por sua vez, recebeu do Ministério da Educação a tarefa de visitar a Open University na Inglaterra no ano de 1972. Sucupira foi acompanhado por uma equipe de educadores e estudiosos que após analisarem o projeto da Open University deveriam construir um relatório da experiência inglesa apontando os pontos

---

<sup>32</sup> De acordo com Renata Nassar Barreto os Organismos Internacionais são Entidades formadas por Estados e com caráter de pessoa jurídica de Direito Internacional. A Organização das Nações Unidas – ONU é muito conhecida internacionalmente, sendo fundada em 1945. Artigo publicado em 2007 sob o título: As Organizações Internacionais na Atualidade. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1682](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1682)>. Acesso em 02 de Maio de 2011.

Nesta Organização participam mais de 190 Estados e tem escritórios espalhados em várias partes do mundo. Tendo em vista a multiplicidade de interesses e objetivos, esta Organização conta com o trabalho de várias agências especializadas em assuntos específicos. A exemplo: Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização para Educação Ciência e Cultura - UNESCO. O quantitativo das agências podem ser verificadas no site da ONU no Brasil. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/index.php>> Acesso em 02 de Maio de 2011

<sup>33</sup> UNESCO: Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. Fundado em 1945, criado com o objetivo de tratar dos problemas educacionais, tem sua sede em Paris, na França.

positivos e negativos a fim de serem utilizados como suporte para construção de um projeto nacional.

A contribuição de Martins (2006, p. 58) para esse estudo nos informa que a “Open University foi fundada em 1965 por iniciativa do Partido Trabalhista da Inglaterra sob a atuação do ministro Harold Wilson [...]”. Os trabalhos foram iniciados em 1970 e em 1971 atendeu aproximadamente 15 mil alunos. O sistema de ensino era feito com a utilização dos meios de comunicação de massa.

Na época, Jarbas Passarinho era Ministro da Educação e em 2006 concedeu uma entrevista para Zamlutti, falando sobre analfabetismo, criação da Universidade de Brasília - UNB e Educação a Distância. Com relação à implantação da educação superior, segue o relato de sua entrevista:

Fui a uma Conferência da UNESCO, em Tóquio, sobre educação de adultos em 1971. Impressionei-me ao ver, num box da Inglaterra, a notícia da Universidade Aberta. Fiz contato com os ingleses, que me prometeram enviar toda informação necessária, mas achei mais indicado nós mandarmos um professor qualificado até Londres, para estudar in loco a Universidade Aberta. Disse-lhe que minha ideia não era copiar o modelo inglês, que não exigia escolarização secundária para ingresso. Eu queria uma Universidade semi-aberta, isto é, que matriculasse alunos já com o curso de segundo grau completo. Ao regressar ao Brasil, designei o professor Newton Sucupira. Nós havíamos conseguido pôr no Brasil no Birô Internacional de Educação ( BIE), com a indicação do professor Sucupira, por cujos méritos veio a presidir o BIE, sucedendo a um notável mestre francês, Thomas. O professor Sucupira , ao regressar de Londres, fez um relatório, que deu margem ao início de uma experiência com o Projeto Minerva e o uso da televisão, de que foi encarregado o professor Arnaldo Niskier, acho que já entre 1972 e 1973. Ele escreveu recentemente um livro a respeito, que prefaciei. Mandei-lhe cópia do Relatório Sucupira. Hoje a Educação a Distância passa a ser apresentada como novidade, talvez porque não foi dada continuidade ao que foi feito àquele tempo. Se lhe interessar, mando-lhe cópia do Relatório. “Eu queria que pessoas residindo no interior onde não havia escola superior, pudessem fazer a Universidade Aberta, desde que o pré-requisito da escolarização fosse comprovado. Pensava também em estudantes aprovadas em concurso no Banco do Brasil ou outros órgãos públicos, lotadas naquele interior, que haviam trancado matrícula, interrompendo o curso, também poderiam matricular-se, na universidade mais próxima e fazer o curso prestando exames na faculdade ou universidade mais próxima. Na universidade aberta receberia toda a bibliografia adequada, estudava e voltava a continuar o curso[...]”. “Depois, cheguei a imaginar algo que hoje a Internet aborreceria muito. Ouvira falar de um programa pioneiro nos Estados Unidos. O estudante tinha um tutor, estudava em casa, alugava um canal de TV a cabo no qual respondia a provas que lhe

eram passadas pelo tutor [...]. (JARBAS PASSARINHO apud ZAMLUTTI, 2006, p. 41)

As proposições de Jarbas Passarinho, externalizam seu reconhecimento e valorização a favor Educação. Importante confrontar este posicionamento amigável dedicado a Educação a Distância no nível superior apresentado durante esta entrevista, com as ações realizadas há 35 anos enquanto era Ministro da Educação durante a Ditadura Militar, como por exemplo, seu consistente apoio ao Decreto 477 de 1969 utilizado como ferramenta para disciplinar e reprimir as ações dos acadêmicos. Essa diferença de postura revela a incoerência apresentado no discurso e esconde a truculência exercida durante o tempo em que estava a serviço do regime ditatorial.

De acordo com Santos (2008, p. 53) na década de 1970 a esfera legislativa na Câmara dos Deputados Federais no Brasil recebeu algumas propostas de projetos de Lei objetivando a implantação de Universidades a Distância. Cita-se o projeto de Lei nº 962-A apresentado pelo deputado Alfredo Gasparini de São Paulo em 05 de Outubro de 1972 propondo a frequência livre para cursos superiores, sendo mais tarde sua aprovação negada.

Em 1974, relata Barreto (2006, p. 06), foi publicada a Portaria Ministerial nº 96 que tinha por objetivo construir e indicar as bases e diretrizes para que fosse possível o funcionamento e a implantação da Universidade Aberta do Brasil.

Outra iniciativa foi apresentada dois anos depois pelo deputado Pedro Faria, do Rio de Janeiro, mediante o projeto de Lei nº 1878/1974 que instituía a Universidade Aberta na qual também obteve parecer desfavorável. Este projeto sustentou a ideia de uma Universidade Aberta recebendo apoio de centros regionais e sujeita a legislação que rege o ensino superior e as determinações do Ministério da Educação. O mesmo deputado três anos mais tarde apresentou outro projeto de Lei nº 3700/1977, sendo dois anos depois engavetados.

Ao final da década de 1970 “[...] a Universidade de Brasília - UNB foi uma das pioneiras na oferta de cursos de extensão na modalidade a distância” (MARTINS, 2006, p. 59). Os cursos eram ofertados em parceria com a Open University da Inglaterra e financiados pela editora da UNB, através de um convênio assinado entre as partes na qual a editora da Universidade de Brasília poderia utilizar os materiais didáticos da Open University para fins acadêmicos sem a cobrança de *royalties*. A

Editora também poderia comercializar todo o material, sendo que nesse caso parte dos lucros deveriam ser repassados para a Open University.

Durante a década de 1980 segundo Pimentel (2006, p. 71-72) ainda foram apresentados outros projetos de Lei<sup>34</sup> sendo que no início dos anos 1980 o Conselho Federal de Educação aprovou a realização de cursos de pós-graduação a distância que foram desenvolvidos no Amazonas, na Bahia pelo Instituto de Radio Difusão da Bahia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Centro Técnico de Brasília, recebendo inclusive apoio financeiro. Nesse mesmo período o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação relata no Parecer nº 891, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 07 de Agosto 1980, o funcionamento de 12 cursos de pós-graduação. A autorização foi concedida por dois anos e prorrogada por mais 18 meses.

Diante dos vários esforços no período objetivando alavancar a Educação a Distância e promover sua disseminação, Santos (2008, p. 54) nos informa sobre a Portaria nº 511 de 1988, cujo artigo 1 institui o grupo de trabalho que tem a finalidade de construir uma proposta metodológica para cursos a distância. O inciso IV deste mesmo artigo atribui ao grupo de trabalho também a tarefa de estabelecer os conteúdos da proposta, os critérios, parâmetros, sustentabilidade financeira, seleção e credenciamento de Instituições de ensino.

Ainda com base em Santos (2008, p. 54) o Ministro da Educação Sr. Carlos Sant'Anna, com base na Portaria nº 117 de 1989 organizou um grupo de assessores para que construíssem propostas de cursos ministrados a distância no intuito de aumentar a oferta de vagas para o ensino superior e também na intenção de provocar amadurecimento de propostas para que pudesse ser incorporadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação que na ocasião estavam sendo construídos, pois havia a clara intenção do Ministério da Educação de que na elaboração de tais documentos fosse contemplada a Educação a Distância como metodologia alternativa oficial para contribuir na superação dos desafios educacionais referentes à ampliação no atendimento à população.

A década de 1990 para o Brasil é marcada por fortes transformações no cenário econômico que por sua vez foram provocadas pelos rearranjos necessários

---

<sup>34</sup> Projeto de Lei apresentado em 1981; Projeto de Lei 1.751 apresentado em 1983; Projeto de Lei 8.571 apresentado em 1986; Projeto de Lei 203 apresentado em 1987; Projeto de Lei 4.592-C apresentado em 1990; Projeto de Lei apresentado em 1991.

à lógica do capital que busca objetivamente a ampliação em contextos globais. Este fenômeno ficou popularmente conhecido como globalização. Para que esse objetivo fosse alcançado foi necessário (e ainda encontra-se em processo) promover alterações, reordenações e mudanças na organização do mundo do trabalho, da produção e do papel do Estado na economia.

A virada do século caracteriza-se por transformações profundas nas esferas da economia, das instituições sociais, culturais e políticas – bem como na natureza das relações entre essas diferentes esferas. Tal afirmação está longe de ser nova, assim como não são novas as constatações de que essas mudanças se inscrevem num processo crescente de mundialização da economia e de reestruturação da divisão internacional do trabalho, de perda da autonomia dos Estados nacionais, de desregulamentação dos mercados e de modificação dos parâmetros de representação política. (KRAWCZYK, 2000, p. 1)

Marx e Engels (1999) alertam para a mentalidade expansionista do capital a fim de estar presente em todo o globo terrestre transformando todas as relações sociais em relações de mercado. Uma das necessidades básicas para que a lógica do capital possa encontrar condições de se expandir é eliminar barreiras legislativas ou fiscais oriundas dos Estados e nesse sentido o Brasil é orientado pelos Organismos Internacionais - OI, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional - FMI a realizar a reforma do Estado, na qual uma das orientações é a de interferir o mínimo possível na economia, nas relações de mercado e nas relações trabalhistas. Importante observar que as orientações do Fundo Monetário Internacional - FMI são tratadas num discurso recheado de intenções sociais, preocupação com o desenvolvimento econômico do país, melhoria dos serviços e produtos prestados através da competitividade, diminuição do déficit público, estabilização econômica, entre outros. É uma interferência externa praticada pelos Organismos Internacionais - OI que por sua vez também encontram receptividade no país. A exemplo, Bresser Pereira, Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) durante o governo Fernando Henrique Cardoso que em seu livro *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil* relata que “[...] o Estado tornou-se ineficiente e portanto precisa ser reformado a fim de garantir condições para que as relações do comércio possam transcorrer de forma “livre” e “natural”, devendo agir prioritariamente como regulador, fiscalizador, garantindo o direito à propriedade, as liberdades individuais e atraindo investimentos para a nação”, na qual Almeida

(2008) conclui como sendo “mínimo” para as políticas sociais e “máximo” para o capital. Em outras palavras a intenção é a de convencer a opinião pública que a redução das desigualdades sociais se dará por intermédio da estabilidade e crescimento econômico, na qual as condições necessárias serão constituídas através da reforma do Estado.

A Educação também vira alvo das reformas e passa a ser avaliada em termos de investimentos, financiamento, estrutura, organização curricular, oferta de vagas, flexibilização, formação para o trabalho e qualificação dos professores. Almeida (2008) assevera que o Banco Mundial entende que existe uma grande relação entre a baixa escolaridade das pessoas com altos índices de pobreza e que a escola é ineficiente tendo em vista que o produto da aprendizagem tem pouca aplicabilidade no mundo do trabalho juntamente com a baixa qualificação docente. Observemos que para o Banco Mundial a justificativa pelos índices de pobreza e exclusão está calcada na baixa qualificação profissional e que por sua vez a responsabilidade ou “culpa” é atribuída ao sistema escolar ineficiente.

É a partir dessa lógica que o setor educacional vai sendo criticado, vulnerabilizado frente a opinião pública e direcionado a reestruturação. A nível nacional várias campanhas foram efetuadas para mostrar que a Educação apresentava índices baixos de aproveitamento, altos índices de reprovação e evasão, sendo as mudanças indispensáveis. No âmbito internacional várias foram as conferências realizadas. Santos (2008) ressalta que a UNESCO atribui a si a responsabilidade de “colaborar” no desenvolvimento educacional dos países que apresentam baixos índices educacionais. É possível interpretar essa “colaboração” como uma intervenção áspera aos Estados nacionais e à soberania de cada Nação, pois se auto atribui o direito de direcionar e apontar os caminhos a serem seguidos, utilizando como forma de convencimento o poder financeiro. Importante observar que as mudanças estruturais são precedidas de uma campanha ideológica que vai aos poucos convencendo parte da população e do Governo. Para Lima (2009) os Organismos Internacionais - OI, especialmente a partir de 1990, vêm interferindo de maneira incisiva nas políticas educacionais dos países, principalmente dos periféricos.

Cabe entretanto, destacar que a liberalização dos serviços educacionais é uma política dos organismos internacionais, materializada nas ações dos vários governos dos países periféricos nos anos de neoliberalismo. Não se trata, portanto, de algo imposto de fora para dentro ou de uma pretensa autonomia dos empresários do setor educacional, mas de políticas governamentais estabelecidas em parceria com os Organismos Internacionais, visando à lucratividade de empresários locais ou internacionais. (LIMA, 2009, p. 1)

Gadotti (1999) afirma que a UNESCO recomendava à Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU que despertasse o problema para a opinião pública mundial, mobilizando os países membros através de uma iniciativa mundial.

No ensino básico destaca-se como exemplo a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien na Tailândia em Março de 1990, financiada pela UNESCO, com a participação de 155 países na qual foram discutidos os problemas relativos ao analfabetismo, evasão, reprovação, fraca formação, financiamento, colaboração internacional e da necessidade de haver “envolvimento” de todos os setores sociais para a Educação. Esse “envolvimento” dos vários setores sociais e não governamentais aparentemente sugere a construção de um espírito de preocupação social no sentido de buscar conjuntamente a melhoria na formação escolar, mas devemos estar atentos para que essa aparente contribuição não signifique a transferência das responsabilidades do Estado com a Educação para os setores privados, fundações e organizações não governamentais. Relevante chamar a atenção para o artigo 5 da Conferência Mundial sobre Educação para Todos na qual incentiva a utilização dos meios de comunicação para auxiliar no processo educativo. Esse artigo já revela a simpatia com as ferramentas utilizadas na Educação a Distância.

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos. (UNESCO, 1990, p. 5)

Como resultado dessa reunião, temos a Declaração de Nova Delhi aprovada em 1993 na qual os países participantes assumem os compromissos estabelecidos na Conferência de Jomtien.

No campo do ensino superior, durante a Conferência Mundial realizada em Paris no ano de 1998, também financiada pela UNESCO, se discutiu a necessidade de suprir a demanda reprimida neste nível de ensino, enfatizando sua importância como ferramenta de desenvolvimento social, cultural, econômico, bem como sua preocupação com as condições de acesso, permanência e qualidade no ensino e na pesquisa. Importante destacar o artigo 8 da Conferência Mundial sobre a Educação Superior que defende a diversificação como forma de reforçar a igualdade de oportunidades.

A diversificação de modelos de educação superior e dos métodos e critérios de recrutamento é essencial tanto para responder à tendência internacional de massificação da demanda como para dar acesso a distintos modos de ensino e ampliar este acesso a grupos cada vez mais diversificados, com vistas a uma educação continuada, baseada na possibilidade de se ingressar e sair facilmente dos sistemas de educação.

Sistemas mais diversificados de educação superior são caracterizados por novos tipos de instituições de ensino terciário: públicas, privadas e instituições sem fins lucrativos, entre outras. Estas instituições devem ter a possibilidade de oferecer uma ampla variedade nas oportunidades de educação e formação: habilitações tradicionais, cursos breves, estudo de meio período, horários flexíveis, cursos em módulos, ensino a distância com apoio, etc. (UNESCO, 1998, p. 4)

As proposições estabelecidas deixam claro o posicionamento estabelecido nesta Conferência a favor da Educação a Distância atendendo as intenções de massificação, diversificação de modelos pedagógicos, flexibilização e aligeiramento na formação. Por isso Lima (2003) relata que esta modalidade atende aos princípios da lógica mercantilista, pois favorece à política de privatização na medida em que abre espaço para a comercialização de produtos “educacionais” como, por exemplo, componentes de informática, pacotes tecnológicos, modelos pedagógicos, livros didáticos e serviços de internet para um mercado que possibilita o movimento de trilhões de dólares ao ano.

É nesse contexto mesclado com os interesses, intenções, discussões e críticas que as políticas para a Educação a Distância no Brasil no final do século XX

foram sendo constituídas, sendo válido ressaltar que existe uma variação de intensidade entre a pressão dos Organismos Internacionais e aquilo que se concretiza no Brasil.

## **2.1 O papel do Ministério da Educação na promoção à Educação a Distância**

De acordo com os registros históricos disponibilizados no site do MEC<sup>35</sup>, em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, com a responsabilidade de cuidar das questões educacionais, ambientais, esporte e saúde. Até aquele momento, tendo em vista a inexistência de um ministério específico, os assuntos referentes à Educação eram coordenados pelo Departamento Nacional de Ensino, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

No decorrer do processo, já foi denominado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública<sup>36</sup>, Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>37</sup>, Ministério da Educação e Cultura<sup>38</sup>, Ministério da Educação e Desporto<sup>39</sup> e por fim Ministério da Educação<sup>40</sup>.

A partir do Decreto 7480 de 2011, o Ministério da Educação passa por uma nova reformulação. As mudanças mais significativas foram a extinção da Secretaria de Educação Especial - SEESP e da Secretaria de Educação a Distância - SEED. Em contrapartida foram criadas outras duas, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. No restante percebem-se algumas reordenações, porém mantendo-se a estrutura básica.

---

<sup>35</sup> Disponível

em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=171](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171)>. Acesso em 02 de Maio de 2011.

<sup>36</sup> Decreto 19402 de 1930 disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>>. Acesso em 18 de Agosto de 2011.

<sup>37</sup> Decreto 19444 de 1930 disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19444.pdf>>. Acesso em 18 de Agosto de 2011.

<sup>38</sup> Lei 1920 de 1953 disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Lei1920.pdf>>. Acesso em 18 de Agosto de 2011.

<sup>39</sup> Lei 8490 de 1992 disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L8490.pdf>>. Acesso em 18 de Agosto de 2011.

<sup>40</sup> Decreto 3501 de 2000 disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d3501.pdf>>. Acesso em 18 de Agosto de 2011.

Art. 1 – O ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I – Política nacional de educação;

II – Educação infantil;

III – Educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

IV – Avaliação, informação e pesquisa educacional;

V – Pesquisa e extensão universitária;

VI – Magistério;

VII – Assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. (BRASIL, 2011)

No Governo Dilma Roussef, 2012, o Ministério da Educação está sob a responsabilidade do Ministro Aloizio Mercadante, sendo seu trabalho assessorado pelo Conselho Nacional de Educação e pela Secretaria Executiva através das subsecretarias de Planejamento e Orçamento, Assuntos Administrativos e Tecnologia da Informação.

As ações do Ministério são desenvolvidas e implantadas através das seis Secretarias para assuntos específicos: Secretaria de Educação Superior - SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, Secretaria de Educação Básica - SEB, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE e também apoiadas por vários órgãos: Colégio Pedro II, CAPES, IBC, INES, INEP, FNDE, FUNDAJ, CONAES, CNE, Institutos, Fundações e Autarquias. A

Secretaria de Educação a Distância - SEED, extinta em 2011, foi criada através do Decreto 1.917, de 27 de Maio de 1996. O referido Decreto foi assinado pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso sendo que o referido documento aprovava a nova estrutura regimental, o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do então Ministério da Educação e do Desporto.

Art. 27 À Secretaria de Educação a Distância compete:

I- Planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política de educação a Distância;

II- Articular-se com os demais órgãos do Ministério, as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, as redes de telecomunicações públicas e privadas, e com as

associações de classe para o aperfeiçoamento do processo de educação a distância;

III- Planejar, coordenar e supervisionar a execução de programas de capacitação, orientação e apoio a professores na área de educação a distância;

IV- Apoiar a adoção de tecnologias educacionais e pedagógicas que auxiliem a aprendizagem no sistema de educação a Distância;

V- Promover estudos para identificação das necessidades educacionais, visando o desenvolvimento da produção e disseminação de programas de educação a distância;

VI- Planejar, implementar e avaliar programas de educação a distância nos Estados, Municípios e no Distrito Federal, em articulação com as Secretarias de Educação das Unidades da Federação e com a rede de telecomunicações.

VII- Promover cooperação técnica e financeira entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais para o desenvolvimento de programas de educação a distância;

VIII- Otimizar a infra-estrutura tecnológica dos meios de comunicação, visando a melhoria do ensino. (BRASIL, 1996b)

O Decreto criou uma Secretaria específica para tratar das questões educacionais dirigidas a Educação a Distância. Neste documento fica explícita a missão de incentivar, avaliar, apoiar, articular e construir programas direcionados a atender demandas educacionais específicas através dessa modalidade de ensino com a participação das várias esferas governamentais promovendo estudos e treinamentos para que professores desenvolvessem atividades pedagógicas, contemplando também parcerias entre os entes federados e outros organismos a fim de promoverem os programas educacionais, sendo interessante observar que a Educação a Distância ainda não estava oficialmente formalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. Levando em consideração que a LDB 9394, foi aprovada somente em Dezembro de 1996, ou seja, depois da criação da Secretaria de Educação a Distância torna possível supor que já havia a certeza de que respectiva modalidade seria contemplada positivamente na referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que fora aprovada sete meses mais tarde.

Durante os dois mandatos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 até 1998 (primeiro mandato) e de 1999 até 2002 (segundo mandato) houve somente um Ministro da Educação: Paulo Renato de Souza e um Secretário de Educação a Distância: Pedro Paulo Poppovic. Nesse período foram publicados cinco Decretos, que por sua vez, contemplaram as diretrizes e competências da Secretaria de Educação a Distância - SEED. O primeiro deles foi o Decreto nº 1.917/1996 que

criou a SEED. O segundo Decreto, nº 2.147/1997<sup>41</sup>, manteve os mesmos objetivos e demonstrou ênfase especial no fomento ao uso das tecnologias de informática no sistema escolar, fato que levou a substituição do Departamento de Estudos e Avaliações de Tecnologias (Decreto nº 1.197/1996) para Departamento de Informática na Educação a Distância (Decreto nº 2.147/1997). Os outros três Decretos que vieram na sequência<sup>42</sup> não apresentaram alterações significativas nem nas funções da SEED e nem nos três departamentos de sua estrutura organizacional. Araújo Junior (2009) comenta que durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso a política para a Educação a Distância através da Secretaria de Educação a Distância - SEED manteve-se estável e sem grandes alterações, fato este compreensível tendo em vista a inalteração do Ministro da Educação e também do Secretário de Educação a Distância.

Durante o período que se segue temos os dois mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, no primeiro (2003 - 2006) o Ministério da Educação foi coordenado por duas pessoas distintas: Cristovam Buarque (2003) e Tarso Genro (2004 - 2005) e seus respectivos Secretários de Educação a Distância: João Carlos Teatini Climaco e Marcos Dantas. No segundo mandato (2007 - 2010) o Ministério da Educação foi dirigido pelo Ministro Fernando Haddad e por dois Secretários da Educação: Ronaldo Mota (2005 - 2007) e Carlos Eduardo Bielschowsky (2007 - 2010).

Os primeiros Decretos publicados durante o Governo Lula, no ano de 2003, Decreto nº 4.637/2003<sup>43</sup> e o Decreto nº 4.791/2003<sup>44</sup>, não trouxeram relevantes alterações para as funções e departamentos da estrutura administrativa da Secretaria de Educação a Distância, fato que para Araújo Junior (2009, p. 45) “[...] carrega uma dicotomia, pois apesar de ocorrer num momento de grande expectativa

---

<sup>41</sup> Decreto 2.147 de 14 de Fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112070/decreto-2147-97>>. Acesso em 05 de Maio de 2011.

<sup>42</sup> Decreto 2.890 de 21 de Dezembro de 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D2890.htm>>. Acesso em 05 de Maio de 2011, Decreto 3.501 de 12 de Junho de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D3501.htm>>. Acesso em 05 de Maio de 2011, Decreto 3.772 de 14 de Março de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3772.htm#art6>>. Acesso em 05 de Maio de 2011.

<sup>43</sup> Decreto 5.637 de 21 de Março de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2003/D4637impresao.htm>>. Acesso em 05 de Maio de 2011.

<sup>44</sup> Decreto 4.791 de 22 de Julho de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2003/D4791.htm#art6>>. Acesso em 05 de Maio de 2011.

de transformação político-social, os referidos Decretos não trouxeram alterações para a condução política da modalidade educacional”.

No ano de 2004, um novo Decreto nº 5.159 trouxe algumas novidades. As atribuições da Secretaria de Educação a Distância em essência continuaram as mesmas, porém sugere novos elementos, tais como o aparecimento do discurso da democratização do acesso a informação através da Educação a Distância, sua utilização na formação inicial e continuada e o incentivo especial para o desenvolvimento da educação superior a distância.

Quanto à estrutura organizacional temos a alteração de dois departamentos. O Departamento de Informática na Educação a Distância é substituído pelo Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica em Educação a Distância, sendo que as atribuições deste novo departamento mantêm o mesmo foco de ação na área tecnológica e inclui a preocupação com as questões relacionadas aos processos de credenciamento. O Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos também é substituído pelo Departamento de Produção e Capacitação em Programas de Educação a Distância na qual também os objetivos fundamentais são mantidos e intensificados.

Por fim, em 2007 o Decreto nº 6.320, acrescentou novas competências à Secretaria de Educação a Distância.

Art.26. À Secretaria de Educação a Distância compete:

- I - formular, propor, planejar, avaliar e supervisionar políticas e programas de educação a distância, visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - criar, desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial e continuada na modalidade a distância;
- III - prospectar e desenvolver metodologias e tecnologias educacionais que utilizam tecnologias de informação e de comunicação no aprimoramento dos processos educacionais e processos específicos de ensino e aprendizagem;
- IV - prover infra-estrutura de tecnologia de informação e comunicação às instituições públicas de ensino, paralelamente à implantação de política de formação inicial e continuada para o uso harmônico dessas tecnologias na educação;
- V - articular-se com os demais órgãos do Ministério, com as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com as redes de telecomunicações públicas e privadas, e com as associações de classe, para o aperfeiçoamento do processo de educação a distância;

- VI - promover e disseminar estudos sobre a modalidade de educação a distância;
- VII - incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação a distância em todas os níveis e modalidades;
- VIII - planejar, coordenar e supervisionar a execução de programas de capacitação, orientação e apoio a professores na área de educação a distância; IX - promover cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais, para o desenvolvimento de programas de educação a distância;
- X - prestar assessoramento na definição e implementação de políticas, objetivando a democratização do acesso e o desenvolvimento da modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2007)

Relacionando o Decreto anterior com este, verifica-se que se mantiveram as mesmas atribuições, sendo que em alguns incisos houve ampliação de responsabilidades. Quanto à estrutura organizacional houve a substituição do Departamento de Políticas em Educação a Distância pela Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância, a substituição do Departamento de Infraestrutura Tecnológica em Educação a Distância pela Diretoria de Infraestrutura em Tecnologia Educacional e por último a substituição do Departamento de Produção e Capacitação em Programas de Educação a Distância pela Diretoria de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância. Sendo que estas novas Diretorias absorveram os compromissos dos antigos departamentos e inseriram novos incisos ampliando as responsabilidades.

Em Maio de 2011 o Decreto 7480, altera a estrutura do Ministério da Educação e entre as mudanças está a extinção da Secretaria de Educação a Distância. Em contrapartida foi criada uma Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação a Distância, inserida na mais nova Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES. Comparando o artigo 27 do revogado Decreto 6320 de 2007, com o artigo 30 do Decreto 7480 de 2011 percebe-se que a redação nos dois documentos é a mesma permitindo concluir que foi dado destaque aos aspectos regulatórios.

Art. 30. À Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância compete:

I - planejar e coordenar ações visando à regulação da modalidade a distância;

II - promover estudos e pesquisas, bem como acompanhar as tendências e o desenvolvimento da educação a distância no País e no exterior;

III - promover a regulamentação da modalidade de educação a distância, em conjunto com os demais órgãos do Ministério, sugerindo eventuais aperfeiçoamentos;

IV - propor diretrizes e instrumentos para credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância;

V - definir e propor critérios para aquisição e produção de programas de educação a distância, considerando as diretrizes curriculares nacionais e as diferentes linguagens e tecnologias de informação e comunicação;

VI - promover parcerias com os órgãos normativos dos sistemas de ensino visando ao regime de colaboração e de cooperação para produção de regras e normas para a modalidade de educação a distância;

VII - exarar parecer sobre os pedidos de credenciamento e reconhecimento de instituições, específicos para oferta de educação superior a distância, no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância;

VIII - exarar parecer sobre os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de educação a distância, no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância;

IX - propor ao CNE, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior e com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos específicos de avaliação para autorização de cursos superiores a distância e para credenciamento de instituições para oferta de educação superior nessa modalidade;

X - estabelecer diretrizes, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para autorização de cursos superiores a distância;

XI - exercer, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a supervisão dos cursos de graduação e sequenciais a distância, no que se refere a sua área de atuação;

XII - elaborar proposta de referenciais de qualidade para educação a distância, para análise pelo CNE;

XIII - propor critérios para a implementação de políticas e estratégias para a organização, regulação e supervisão da educação superior, na modalidade a distância;

XIV - estabelecer diretrizes, em conjunto com os órgãos normativos dos sistemas de ensino, para credenciamento de instituições e autorização de cursos, na modalidade de educação a distância, para a educação básica;

XV - promover a supervisão das instituições que integram o Sistema Federal de Educação Superior e que estão credenciadas para ofertar educação na modalidade a distância;

XVI - organizar, acompanhar e coordenar as atividades de comissões designadas para ações de supervisão da educação superior, na modalidade a distância;

XVII - promover ações de supervisão relacionadas ao cumprimento da legislação educacional e à indução da melhoria dos padrões de qualidade da oferta de educação na modalidade a distância;

XVIII - gerenciar o sistema de informações e o acompanhamento de processos relacionados à avaliação e supervisão do ensino superior na modalidade a distância;

XIX - interagir com o CNE para o aprimoramento da legislação e normas do ensino superior a distância aplicáveis ao processo de supervisão, subsidiando aquele Conselho em suas avaliações para o credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos de cursos; e

XX - interagir com o Conselho Nacional de Saúde e com a Ordem dos Advogados do Brasil e demais entidades de classe, nos termos da legislação vigente, com vistas ao aprimoramento dos processos de supervisão da educação superior, na modalidade a distância. (BRASIL, 2011).

Ao analisar as alterações propostas pelo Decreto, percebeu-se que houve uma realocação das funções exercidas pela Secretaria de Educação a Distância. Os principais eixos norteadores das ações explícitas na ex-Secretaria de Educação a Distância foram mantidos: formulação de políticas direcionadas ao desenvolvimento da Educação a Distância; desenvolvimento de metodologias embasadas nas tecnologias de informação e comunicação; produção de conteúdos formatados para a modalidade a distância e fortalecimento da infraestrutura direcionada a tecnologia de informação. No ensino básico, por meio da Secretaria de Educação Básica - SEB foram inseridos nos artigos 9, 11 e 13 um conjunto de responsabilidades destinadas a planejar, incentivar e propor ações que visem promoção da Educação a Distância juntamente com a produção de conteúdos, investimentos em infraestrutura e equipamentos. Na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica o fomento à Educação a Distância aparece no artigo 18. No nível superior vários incisos do artigo 30, a exemplo o inciso XIII, revelam a intenção de utilizar a Educação a Distância de forma mais expressiva, fato até compreensível, devido a alocação da Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância dentro da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Outro fato importante que ajuda a entender o destaque dado a Educação a Distância no nível superior está no Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. A meta número 12 tem como

objetivo elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% para a população de 18 a 24 anos. Uma das estratégias estabelecidas para que o objetivo seja alcançado é a ampliação na oferta de vagas por meio da expansão e interiorização, também, por meio da Universidade Aberta do Brasil. Para que essa meta seja atingida o governo precisará investir em grande escala na revitalização e ampliação da rede de ensino superior, além da contratação de um grande número de professores e demais profissionais.

## **2.2 A LDB 9394/96 e a Educação a Distância**

Com o fim da ditadura militar de 1964 a população começa a encontrar mais espaço para manifestar o desejo de emitir opiniões, críticas e sugestões acerca dos assuntos sociais, econômicos, políticos e até ideológicos. De acordo com Araújo Júnior (2009), com o fim da ditadura e a efetivação da Constituição de 1988, a comunidade e em específico a docente, passa a buscar a participação em debates, seminários e discussões sobre a construção de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido a década de 1980 foi fértil para que movimentos sociais, sindicais ou organizados discutissem e debatessem sobre projetos ou reivindicações, na qual Almeida (2008, p. 65) complementa que os anos de 1980 foram embalados pela abertura política e pela bandeira da democratização.

A década de 1990, por sua vez, foi marcada pelo discurso de se reformar o Estado abrindo espaço para a globalização da economia, procurando adequar os serviços, produtos e a mão de obra para um novo cenário de produção e de consumo. Em meio a essa nova configuração política e econômica a participação social na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional perde um pouco seu caráter democrático.

A primeira fase da elaboração da LDB, de Dezembro de 1988 a Dezembro de 1990, aconteceu em plena efervescência democrática, consagrando agentes coletivos, oriundos da sociedade civil como autores da legislação. Já na segunda fase, no período de fevereiro de 1991 a maio de 1993 ainda na Câmara dos Deputados verificou-se um retorno à velha forma de fazer política: “cercear a ingerência dos grupos privados publicistas da sociedade no Legislativo, tentando mantê-lo restrito à atuação de agentes reconhecidos como legais e significantes para tal os partidos políticos, através dos parlamentares eleitos”. (PERONI, 2003, p. 78)

O projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi apresentado na Câmara dos Deputados, foi discutido, sofreu emendas, perdendo a sua essência original. Segundo Araújo Junior (2009), em 1992 o Senador Darcy Ribeiro apresentou outro projeto de Lei para a LDB que após alguns embates políticos foi aprovado em Dezembro de 1996. A LDB levou oito anos para ser aprovada e durante esse período de discussão, elaboração e tramitação no Congresso Nacional passou por avanços e recuos. Importante inserir neste contexto a eleição a nível federal no Brasil em 1990 que, de acordo com Peroni (2003), renovou 60% dos deputados, elegeu como novo Presidente Fernando Collor de Melo, sendo este cassado dois anos mais tarde.

A Lei aprovada em 20 de Dezembro de 1996, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como uma necessidade oriunda do novo momento político, econômico e social, reforçada pelas diretrizes da Constituição Federal do Brasil de 1988 que no artigo 205 entende a Educação é um direito de todos e um dever do Estado e da Família e no artigo 22 traz a responsabilidade da União em definir as diretrizes educacionais.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, daremos atenção especial aos artigos da LDB 9394/1996 que tratam da Educação a Distância. Com base no artigo 80 este tipo de ensino encontra respaldo legal para que a partir desse momento possa ser utilizado como mecanismo educacional formal.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

O primeiro item que chama a atenção é quanto aos conceitos de Ensino a distância e Educação a Distância. Percebe-se que no início do artigo 80 aparece a nomenclatura Ensino a Distância e nos quatro parágrafos posteriores a nomenclatura utilizada passa a ser Educação a Distância. Vem-nos de imediato um questionamento: a mudança na nomenclatura foi proposital ou descuido? Os termos carregam significados diferentes? É difícil saber ao certo e não foram encontrados estudos que esclarecessem tais questionamentos.

Entretanto, sabemos genericamente que Educação e Ensino trazem consigo significados distintos. De acordo com o dicionário Michaelis<sup>45</sup> ensino é a ação de ensinar, é um meio de educação para que haja a transmissão de conhecimentos de forma sistematizada por meio do sistema educacional. Já educar, segundo esse mesmo dicionário, é o ato de aperfeiçoar as faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano. Nesse mesmo sentido Moran (2006, p. 12) esclarece que “Ensino e Educação são conceitos diferentes. No ensino se organizam uma série de atividades didáticas e na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação a ter uma visão da totalidade”. Sendo assim, concordamos com Araújo Junior (2009, p. 65) ao asseverar que é necessário “uma definição mais precisa nos instrumentos legais, já que eles são orientadores das práticas educacionais”. No sentido de enriquecer esta discussão, acrescentemos a reflexão de Souza e Silva quanto à caracterização da Educação a Distância.

Há uma discussão em marcha sobre se o ensino a distância deve ser considerado uma modalidade de escolaridade como os ensinos regular e supletivo, ou apenas havido como uma linguagem pedagógica aplicável a toda e qualquer modalidade de ensino. Tudo parece indicar que a razão está com a corrente da linguagem didática e não como aquela que aborda o tema como se tratasse de um tipo específico de ensino. (SOUZA e SILVA, 1997, p. 120)

---

<sup>45</sup> Dicionário Michaelis on line. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ensino>>. Acesso em 04 de Maio de 2011.

Assim como sugere o artigo 80 da LDB o Ensino a Distância será promovido nos vários níveis, modalidades e formação continuada. Durante a leitura e análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos causou estranheza o fato deste Ensino ter sido no artigo 80 indicado a todos os níveis, modalidades e educação continuada, mas somente nos artigos que tratam do ensino fundamental, esta orientação aparece textualmente, pois nos artigos que tratam dos outros níveis e modalidades a recomendação expressa no artigo 80 ficou ausente. Talvez tivesse havido uma espécie de descuido na construção do texto ou o legislador entendeu que somente o fato de ser citada no artigo 80 das disposições gerais abonaria a necessidade de ser mencionada nos demais artigos. Outro fato interessante está na intenção de utilizar a Educação a Distância para fins de complementação na aprendizagem. Esta diretriz é observada para o ensino fundamental no artigo 32, parágrafo 3, e também para a formação inicial de professores no artigo 62 parágrafo 3.

Se nos artigos da LDB relativos ao ensino fundamental aparece textualmente a orientação para a utilização da modalidade a distância para fins de complementação da aprendizagem Araújo Junior (2009, p. 84) chega a questionar o porquê não “[...] foi também claramente indicada a Educação a Distância para ao ensino médio? Entendemos que esse aluno é tão apto quanto o do fundamental para a Educação a Distância, talvez possa se dizer até mais preparado [...]”.

No nível superior é encontrado no artigo 47, parágrafo 3, uma pequena menção ao uso da Educação a Distância relacionada à questão da exceção da obrigatoriedade na frequência. Na Educação Continuada dos profissionais do magistério a indicação da LDB para a utilização da Educação a Distância aparece no artigo 62, parágrafo 2, já no caso da formação inicial o parágrafo 3 deste mesmo artigo solicita que seja por meio do ensino presencial, podendo utilizar recursos e tecnologias da Educação a Distância. Na educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial não é verificada a indicação direta da utilização da Educação a Distância no processo pedagógico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 traz somente as orientações básicas para a Educação a Distância, por isso é lançado o Decreto nº 2494/1998 no intuito de regulamentar o artigo 80 trazendo definições e orientações mais claras.

A Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998b)

De início percebemos que o Decreto entende esta modalidade como “Educação a Distância” na qual recursos e planejamentos didáticos serão organizados para possibilitar a autoaprendizagem. O Decreto é composto de 13 artigos definindo que a Educação a Distância é uma modalidade educacional também tratando das questões relacionadas ao credenciamento de Instituições que desejam ofertar cursos a distância, da certificação, da avaliação dos rendimentos escolares e da competência dos diferentes entes federados nas atribuições para os atos de credenciamento.

Pouco mais de dois meses depois é lançado o Decreto 2561/1998 que teve a função de tratar especificamente da questão relacionada ao credenciamento de Instituições para oferta de cursos a distância. Nesse sentido este Decreto alterou os artigos 11 e 12 do Decreto 2494/1998.

“Art. 11. Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecido nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o §1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das instituições de educação profissional em nível tecnológico e de ensino superior dos demais sistemas.” (NR)

“Art. 12. Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 8º da Lei nº 9.394, de 1996, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico.” (NR) (BRASIL, 1998c)

A alteração proposta por este Decreto esclarece sobre o credenciamento do ensino técnico. A partir da nova redação a União credenciará para a oferta de educação profissional em nível tecnológico, enquanto o nível técnico será credenciado pelos outros sistemas de ensino, Estadual ou Distrito Federal.

Com o objetivo de detalhar melhor os atos de credenciamento, credenciamento das Instituições interessadas em ofertar cursos a distância o

Ministério da Educação publicou a Portaria Ministerial nº 301 no início do mês de Abril de 1998 que foi revogada mais tarde pela Portaria 4.361 de Dezembro de 2004.

Em Dezembro de 2005 é publicado o Decreto nº 5622 que por sua vez revoga o Decreto nº 2494/1998 e também o Decreto nº 2561/1998. De acordo com Costa (2010, p. 43) o novo documento “[...] expressa, sem sombra de dúvidas, a tentativa de se regulamentar de forma mais concreta e detalhada a modalidade de Educação a Distância no Brasil”. O Decreto anterior 2494/1998, foi constituído por treze artigos, que com base em estudos realizados por Costa (2010), foram incorporados pelo novo Decreto que por sua vez, passa a conter 37 artigos na intenção de regulamentar de forma mais detalhada os assuntos tratados para a modalidade.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

Do ponto de vista metodológico, no Decreto anterior (1998) a ênfase estava na auto aprendizagem mediada por recursos didáticos apresentados em diferentes mídias. Para Araújo Junior (2009, p. 112) “auto aprendizagem é um termo que pode causar dúvidas, pois um CD-ROM ou um DVD contendo filmagens de aulas pode ser considerado Educação a Distância?” Araújo Junior (2009) continua a reflexão indicando a necessidade de se considerar a figura do professor no processo educacional, pois mesmo na construção de algum material instrucional é necessário a presença e o trabalho do professor. Neste novo documento publicado em 2005 o foco do processo de ensino e aprendizagem é redirecionado para que o relacionamento didático entre professores e alunos aconteça com a utilização das tecnologias de informação e comunicação. A partir dessa orientação percebe-se uma mudança de carácter pedagógico na qual os recursos didáticos e tecnológicos deixam de ser utilizados como meios instrucionais para serem utilizados como ferramentas pedagógicas mediando a relação entre professores e alunos.

A partir desse novo posicionamento fica evidente o entendimento de que a participação direta do professor é importante no processo de construção do conhecimento. De acordo com Penterich (2009) nesse momento o incentivo ao uso das TICs é acentuado tendo em vista as experiências construídas e a evolução das

tecnologias para a comunicação. Quanto aos momentos presenciais o primeiro parágrafo deste Decreto amplia em relação ao anterior a presença do aluno no Polo de Apoio Presencial para que o mesmo realize avaliações, estágios, defesa de trabalhos e práticas de laboratório. O artigo 2 afirma de maneira clara que esta modalidade de ensino será ofertada na educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, ensino técnico, ensino superior e na pós-graduação, mas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 esta diretriz é clara e objetiva somente no artigo 80, pois nos artigos específicos aos níveis e modalidades esse direcionamento não foi tratado com muita clareza, fato que pode gerar dúvidas e questionamentos.

Com relação ao credenciamento o documento traz os direcionamentos a partir do artigo 9 até o artigo 17. Para que as Instituições de ensino possam oferecer cursos nessa modalidade devem ser credenciadas para esse fim.

Art. 9 O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Art. 10. Compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação.

Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade de até cinco anos, podendo ser renovado mediante novo processo de avaliação.  
(BRASIL, 2005)

De acordo com o Decreto em questão, para a oferta de cursos no ensino básico, na educação especial, ensino técnico e educação de jovens e adultos as Instituições devem requerer o credenciamento no respectivo sistema de ensino em que estiver submetido, ou seja, Federal, Estadual ou Distrito Federal. No caso da Instituição Estadual ou do Distrito Federal pretender ofertar esses cursos fora de sua área de abrangência o requerimento deve ser solicitado ao Órgão Federal.

No nível superior as Instituições devem requerer credenciamento ao Órgão Federal e estas depois de credenciadas também podem ofertar os cursos de pós-graduação em nível de especialização, mas se for *stricto sensu* será necessário requerer autorização específica para esta finalidade. Para os cursos em nível de

pós-graduação, *lato sensu*, as Instituições devem seguir as normativas da Resolução do CNE/CES nº 1 de 2001 que foi alterada pela Resolução do CNE/CES nº 1 de 2007 atendendo o disposto no artigo 24 do Decreto 5622/2005.

Art. 24. A oferta de cursos de especialização a distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normatização pertinentes à educação, em geral, quanto:

I - à titulação do corpo docente;

II - aos exames presenciais; e

III - à apresentação presencial de trabalho de conclusão de curso ou de monografia. (BRASIL, 2005)

O Decreto 5622/2005 traz regulamentações importantes. Por exemplo, o Artigo 6 permite que haja convênio entre Instituições brasileiras e estrangeiras para oferta de cursos na modalidade a distância. Outro fato interessante indicado no artigo 30 deste Decreto que por sua vez confirma o artigo 32 parágrafo 4 da LDB 9394/1996 relata que a Educação a Distância será utilizada no ensino fundamental e médio como complementação de aprendizagem e para situações emergenciais.

A partir a Lei 9394/1996 se fez necessário a produção de regulamentações no intuito de direcionar os procedimentos administrativos e pedagógicos. Tendo em vista a vasta legislação produzida a partir de 1996, segue o quadro evolutivo da legislação para a Educação a Distância no Brasil.

Tabela 03. Síntese evolutiva da legislação para Educação a Distância.

Data	Documento	Assunto	Disponível
20/12/96	LDB 9394	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a Educação a Distância.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm</a>
10/02/98	Decreto 2494	Regulamenta o artigo 80 da LDB 9394	<a href="http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2494_98.htm">http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2494_98.htm</a>
07/04/98	Portaria 301	Normatiza procedimentos de credenciamento de Instituições para oferta de cursos a distância	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf</a>

27/04/98	Decreto 2561	Altera o Decreto 2494	<a href="http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2561_98.htm">http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2561_98.htm</a>
03/04/01	Resolução 01	Normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação.	<a href="http://portal.mec.gov.br/saad/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf">http://portal.mec.gov.br/saad/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf</a>
18/10/01	Portaria 2253	Autoriza a aplicação de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais	<a href="http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2001/por_2001_2253_MEC_regulamentacao_oferecimento.pdf">http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2001/por_2001_2253_MEC_regulamentacao_oferecimento.pdf</a>
10/12/04	Portaria 4059	Autoriza a oferta de disciplinas utilizando a Educação a Distância em cursos presenciais e revoga a Portaria 2253	<a href="http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2004/por_2004_4059_MEC.pdf">http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2004/por_2004_4059_MEC.pdf</a>
29/12/04	Portaria 4361	Revoga a Portaria 301 e normatiza procedimentos de credenciamento de Instituições para oferta de cursos a distância.	<a href="http://portal.mec.gov.br/saad/arquivos/pdf/port_4361.pdf">http://portal.mec.gov.br/saad/arquivos/pdf/port_4361.pdf</a>
19/12/05	Decreto 5622	Regulamenta o artigo 80 da LDB 9394/96 e revoga a Decreto 2494 e o Decreto 2561.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm</a>
09/05/06	Decreto 5773	Dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm</a>
08/06/06	Decreto 5800	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm</a>
10/01/07	Portaria Normativa 02	Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.	<a href="http://www.ead.uems.br/file.php/1/Legislacao/portaria_02.pdf">http://www.ead.uems.br/file.php/1/Legislacao/portaria_02.pdf</a>
08/06/07	Resolução 01	Trata das normas para os cursos de pós-graduação em nível de especialização e altera a Resolução 01 de 03 de Abril de 2001	<a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf</a>

07/11/07	Portaria 1047	Aprova diretrizes para os instrumentos de avaliação para o credenciamento de Instituições e Polos de Apoio Presencial para a modalidade de educação a distância.	<a href="http://www.faculdadeag.es.com.br/cpa/9%20Portaria%201047,%2007.11.07.pdf">http://www.faculdadeag.es.com.br/cpa/9%20Portaria%201047,%2007.11.07.pdf</a>
07/11/07	Portaria 1051	Aprova o instrumento de avaliação do INEP para autorização de curso superior na modalidade a distância.	<a href="http://www.faculdadeag.es.com.br/cpa/9%20Portaria%201051,%2007.11.07.pdf">http://www.faculdadeag.es.com.br/cpa/9%20Portaria%201051,%2007.11.07.pdf</a>
12/12/07	Decreto 6303	Altera o Decreto 5622 e o Decreto 5773	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm</a>
02/04/09	Portaria 318	Transfere a operacionalização da UAB para a competência da CAPES	<a href="http://www.semesp.org.br/porta1/pdfs/juridico2009/Portarias/02.04.09/n318_02.04.09.pdf">http://www.semesp.org.br/porta1/pdfs/juridico2009/Portarias/02.04.09/n318_02.04.09.pdf</a>
16/05/11	Decreto 7480	Aprova a estrutura do Ministério da Educação	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm</a>

Fonte: Tabela construída pelo autor com base na legislação para EaD.

Ao final deste capítulo e após os estudos realizados com base nos textos consultados é possível concluir que no Brasil sempre houve certa intenção de se promover ações para o desenvolvimento da Educação a Distância, que segundo Pimentel (2006, p. 38), “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”. Nesse sentido, durante a década de 1970 e 1980 vários projetos de Lei foram submetidos à análise no Congresso, presenciou-se o desenvolvimento de alguns programas educacionais e através de seminários, consórcios, estudos e congressos a referida modalidade foi discutida, criticada e defendida. A partir da década de 1990, período marcado pela nova abertura da economia ao capital internacional e pela reforma do Estado, a Educação a Distância é indicada e incentivada nas Conferências Educacionais a nível internacional como modalidade capaz de promover a democratização do acesso ao ensino, se apresentar como uma alternativa

metodológica mais flexível às necessidades do mundo pós-moderno, de contribuir na melhoria da qualidade do sistema educativo tendo em vista o uso das TICs e de possibilitar a formação continuada ao longo da vida. Pimentel (2006, p. 38) alerta, ainda, para o perigo da modalidade ser apresentada como “forma milagrosa” capaz de superar as dificuldades educacionais vivenciadas na modalidade presencial. Concordando com Pimentel (2006) é importante estar atento aos “empresários da educação” que veem nos cursos de Educação a Distância oportunidades de negócios camuflando os interesses mercantilistas para a venda de produtos e serviços de base tecnológica.

Penterich (2009) chama a atenção para a contradição entre o incentivo ao uso das Tecnologias de Comunicação e Informação na educação e a exclusão digital promovida em grande parte pelo alto custo para a aquisição de tais tecnologias. Continua sua reflexão destacando a necessidade de haver cuidado e sensibilidade na construção da regulamentação da EaD, não engessando demais nem deixando muito desprotegida, dada a necessidade de equilíbrio.

Tendo em vista que o crescimento da Educação a Distância é um fato no cenário mundial, Dias e Leite (2007) entendem que o grande desafio é construir competências pedagógicas e administrativas para que os cursos oferecidos nessa modalidade educacional tenham o princípio da qualidade preservada, explorando pedagogicamente o potencial interativo e comunicativo das tecnologias de comunicação.

### 3. UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O processo de implantação da Universidade Aberta do Brasil fomentado a partir de 2005, foi iniciado com o Fórum das Estatais pela Educação, criado no dia 21 de Setembro de 2004 na qual teve “[...] a coordenação geral do Ministro Chefe da Casa Civil, a coordenação executiva do Ministro da Educação e também a participação das Empresas Estatais Brasileiras” (BRASIL, 2004, p. 1).

De acordo com o Texto Base para o Fórum (2004), documento lançado pelo Ministério da Educação, as intenções estavam concentradas em reunir esforços por meio dos atores acima denominados, para apoiar e promover políticas públicas relacionadas ao setor educativo no intuito de colaborar na superação dos problemas educacionais. Essa preocupação em melhorar o sistema educativo estava fortemente ligada ao conceito que concebe a Educação como papel estratégico para que projetos de construção da nação brasileira possam ser executados. “Mais do que uma prioridade do Governo Federal, a educação é um desafio permanente para a construção de um projeto nacional, pois o futuro do País passa, necessariamente, pela educação” (BRASIL, 2004, p. 2).

É reconhecida a importância do setor educacional na superação dos problemas ligados à sociedade, entretanto utilizá-la como ferramenta para implantação de um projeto de construção de um país caracteriza-se como fato preocupante, em primeiro lugar pelo risco de ser utilizada a favor dos interesses elitizados e em segundo lugar pelas delicadas relações que são estabelecidas entre o grau de formação acadêmica e a distribuição de renda justificando a disparidade verificada na concentração das riquezas. Para a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas - ADUFAL<sup>46</sup>(2007, p. 4) “[...] a política de educação superior do governo Lula (2003-2010) é de caráter neoliberal e vem sendo camuflada a partir de um discurso feito em nome da democratização, da inclusão social, da expansão e interiorização da educação superior no País com qualidade”. A crítica lançada pela Associação denuncia um projeto de Educação subordinado aos interesses e necessidades do mercado.

---

<sup>46</sup> Suplemento do Jornal Sindical: ADUFAL. De acordo com a Plataforma Lates, este texto é de autoria de Mario Rufino Ferreira Junior. Disponível em: <[www.adufal.org.br/SGN/Arquivos/Encarte%20Jornal%205.pdf](http://www.adufal.org.br/SGN/Arquivos/Encarte%20Jornal%205.pdf)>. Acesso em 19 de Julho de 2011.

Ao Fórum das Estatais pela Educação foram apresentados alguns temas centrais considerados de grande importância para serem refletidos: alfabetização e inclusão, educação básica, educação profissional e educação superior. O estudo de cada eixo de trabalho foi didaticamente dividido em Câmaras Temáticas na qual cada uma deveria apresentar propostas de ação.

A estrutura administrativa deste Fórum (2004) foi composta da Coordenação geral sob a responsabilidade do Ministro Chefe da Casa Civil; da Coordenação Executiva através do Ministro da Educação; da Secretaria Geral através do Reitor da Universidade do Pará; da Secretaria Executiva conduzida pelos Secretários Executivos da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, do Ministério do Planejamento e Ministério da Educação; do Conselho de Ministros das Estatais Vinculadas formado pelo Ministro Chefe da Casa Civil e mais oito Ministérios: da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, das Comunicações, da Defesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, de Minas e Energia e do Planejamento e por fim o último órgão da estrutura administrativa é o Pleno dos Presidentes das Estatais formado pelas seguintes empresas: Banco da Amazônia S/A - BASA, Banco do Brasil S/A - BB, Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal - CEF, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Cobra Tecnologia S/A - COBRA, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, Centrais Elétricas S/A - ELETROSUL, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Usina Hidrelétrica de Itaipu - ITAIPU BINACIONAL, Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS e Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

Na composição dos membros deste Fórum (2004), a participação das Instituições de ensino superior parece ter sido inicialmente representada pela singular atuação do Reitor da Universidade do Pará na Secretaria Geral, pois a presença da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES se torna visível somente a partir da segunda reunião

realizada no ano de 2005. Este contraste chama a atenção pelo destaque dado às vinte e duas Empresas Estatais na qual o documento<sup>47</sup> justifica a importante participação por representar a conexão entre a força produtiva e o Estado, além da potencialidade financeira, possibilitando “[...] importante papel das Empresas Estatais Brasileiras no estabelecimento, financiamento e na organização conjunta de futuros consórcios Públicos a serem criados entre a União, Estados e Municípios” (BRASIL, 2005b, p. 3). Outra justificativa apresentada na importância das Empresas Estatais no Fórum pautou-se no potencial colaborativo das experiências na modalidade a distância construídas nos projetos de qualificação profissional aplicados aos funcionários. “O estabelecimento de parcerias seria extremamente profícuo, pois possibilitaria a troca de experiências, o compartilhamento de instalações tecnológicas, a elaboração conjunta de ferramentas de comunicação e de material didático, economizando tempo e investimento” (BRASIL, 2005b, p. 2).

Um item que chama a atenção está na Coordenação Geral ser ocupada pelo Ministro Chefe da Casa Civil, parecendo ser esta posição uma estratégia política a fim de garantir a consistência deste grupo de trabalho, tendo em vista o poder hierárquico deste Ministério. Outro fato está na relação direta existente entre os oito Ministérios integrantes do Conselho de Ministros com as Empresas Estatais participantes, deixando subjetiva a impressão de que essa relação é proposital no sentido de fortalecer o apoio de cada Empresa Estatal nas ações propostas no Fórum. A articulação entre os vários agentes integrantes parece ser uma estratégia planejada no sentido de conquistar aliados, somar esforços, diluir despesas, envolvendo setores e segmentos sociais distintos, dividindo e compartilhando responsabilidades em prol do sistema educacional. A princípio a ideia de apresentar a Educação como uma responsabilidade de toda a sociedade parece ser coerente, entretanto não podemos esquecer que oficialmente o Estado é quem tem a obrigação legal de prover acesso à Educação com qualidade a todos. Portanto essa parceria não pode significar transferência de responsabilidade.

A agenda de encontros do Fórum das Estatais pela Educação (2004) estava prevista para acontecer semestralmente e através de pesquisas por meio da internet em sites do governo, agências de notícias e outros documentos publicados a respeito do assunto, poucas informações foram encontradas sobre as reuniões de

---

<sup>47</sup> Texto base do Fórum das Estatais pela Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>>. Acesso em 14 de Julho de 2011.

trabalho, sendo que, às vezes, as reportagens apresentavam conflitos nas datas, gerando dúvidas em relação às etapas percorridas. Foi possível tomar conhecimento de cinco reuniões oficiais, no entanto, algumas reportagens indicam ter havido outras mais. Na primeira reunião<sup>48</sup> tivemos o lançamento oficial do Fórum das Estatais pela Educação, ocorrida em 21 de Setembro de 2004. A segunda reunião do Fórum<sup>49</sup> ocorreu no dia 28 de Março de 2005 no Palácio do Planalto com destaque para a assinatura dos acordos de cooperação técnica entre o MEC e dezoito Empresas Estatais. A terceira reunião do Fórum<sup>50</sup> foi realizada no dia 27 de outubro de 2005 no Palácio do Planalto na qual foram assinados os acordos de cooperação técnica para a implantação da Universidade Aberta do Brasil - UAB, um debate sobre a criação da Fundação de Apoio à Universidade Aberta do Brasil<sup>51</sup> e o lançamento do projeto piloto para o curso de Administração<sup>52</sup>. Sobre a reunião seguinte não foram encontrados registros explícitos, entretanto, levando em consideração que os encontros estavam previstos para acontecerem semestralmente, conclui-se que o encontro realizado no dia oito de Junho de 2006 no Palácio do Planalto se refere à quarta reunião<sup>53</sup> na qual foram assinados mais acordos de cooperação técnica e também na formalização das ações referentes à execução do projeto UAB. Entre os assuntos tratados na quinta reunião do Fórum<sup>54</sup>, com data desconhecida, se destaca o anúncio através do secretário adjunto do MEC, Jairo Jorge de que seria lançada em curto espaço de tempo a Fundação de Apoio à Universidade Aberta do Brasil.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/forum.php>>. Acesso em 18 de Julho de 2011.

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-03-28/ministros-abrem-segunda-reuniao-do-forum-das-estatais-pela-educacao>>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://agregario.com/forum-das-estatais-pela-educacao-tem-reuniao-plenaria-em-brasilia>>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

<sup>51</sup> De acordo com a análise das datas dispostas nas reportagens, conclui-se que o debate sobre a criação da Fundação de Apoio à UAB ocorreu na terceira reunião. Disponível em: <<http://www.reporternews.com.br/noticia/72124/F%F3rum-das-Estatais-pela-Educa%E7%E3o-debate-sobre-cria%E7%E3o-da-universidade-aberta>>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/vida-universitaria/noticia/2005/07/28/469219/universidade-aberta-do-brasil-lana-diretrizes-projeto-curso-piloto.html>>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

<sup>53</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6447&catid=210&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6447&catid=210&Itemid=86)>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

<sup>54</sup> Disponível em: <[http://www.abt-br.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9:news4&catid=1:timas&Itemid=80](http://www.abt-br.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9:news4&catid=1:timas&Itemid=80)>. Acesso em 15 de Julho de 2011.

De acordo com o texto que trata do projeto UAB, a Fundação de Apoio à Universidade Aberta do Brasil - AFUAB se constituiria numa organização de direito privado, sem fins lucrativos e teria as funções de:

Estruturar e implantar o Programa de bolsas de Pesquisa em Educação Aberta e a Distância (EaD), visando a consolidação de uma comunidade de pesquisadores em TICs aplicadas à educação.  
Estimular e articular a formação de Consórcios Públicos envolvendo a União, os Estados e os Municípios com a participação de Universidades Públicas Federais, atuando nos Estados da Federação, para funcionamento prioritário na modalidade de EaD.  
Estabelecer estratégia para tratamento dos elementos formadores da Universidade Aberta do Brasil – UAB. (BRASIL, 2005b, p. 3)

Posteriormente, a Fundação de Apoio à UAB caracterizou-se como uma ideia que não foi colocada em prática. Cruz (2007) relata que na divulgação do Projeto Universidade Aberta do Brasil apresentado no quarto Seminário Nacional de Educação a Distância (Associação Brasileira de Educação a distância – ABED) em 2006, a AFUAB já não fora mencionada. Havia a intenção de que as Estatais apoiassem financeiramente os projetos discutidos no Fórum das Estatais pela Educação, entretanto tal expectativa foi ficando cada vez mais distante. Cruz (2007) explica que havia restrições jurídicas, além das dificuldades em conseguir aprovação dos acionistas para que fossem destinadas verbas a projetos que não trariam benefícios diretos à empresa, como por exemplo, a impossibilidade da reserva de vagas aos seus funcionários.

Para entendermos melhor a justificativa dos assuntos que nortearam as pautas discutidas no Fórum (2004), recorramos a alguns dados. O Resumo Técnico da Educação Superior publicado pelo INEP em 2005 e com base nos dados coletados em 2004 refletiu a situação daquele momento, mostrando que a Educação Superior era fortemente privada, atendendo 88,9% da oferta, restando ao ensino público a pequena fatia de 11,1%. Outro dado importante segundo o relatório era a centralização das IES nos grandes centros, sendo que 8,4% das Instituições de ensino superior são classificadas como Universidades que por sua vez atendem aproximadamente 56,9% da demanda, estando instaladas em sua maioria nas capitais ou grandes cidades.

Com relação à taxa de escolarização bruta entre jovens de 18 a 24 anos a mesma situa-se em torno de 17,3%, sendo o Sul a região mais elevada com 24,7%

e a mais baixa a região Nordeste com 9,5%. Com relação ao gênero verificou-se que as mulheres são a maioria, atingindo 56,4% das matrículas. O crescimento em 2004 foi de 8,3 %, percentual inferior aos últimos três anos que foram 17,9%, 17,7% e 13,6%, respectivamente. O Brasil é um dos países com menor índice de pessoas com formação no terceiro grau, bem abaixo de outros países da América Latina, como a Argentina com 40%, Venezuela com 26%, Bolívia com 20,6% e Chile com 20,6%. Segundo Mota, Chaves Filho, Cassiano (2006, p. 15) “[...] muitos são os fatores que concorrem para essa realidade, dos quais destacamos: baixos índices de conclusão do ensino médio, dificuldades econômicas que obrigam nossos jovens a migrarem para o mercado de trabalho antes de ingressarem no ensino superior, demanda reprimida de vagas acarretada pela concentração da oferta em unicamente 30% dos municípios brasileiros, bem como pelo número insuficiente de vagas no setor público”.

Com relação à formação dos professores do ensino fundamental de 1ª à 4ª séries, através da Sinopse da educação básica (2004), publicada pelo INEP, verificou-se que somente 36% possuíam ensino superior completo, sendo a região Nordeste a mais debilitada, somente com 21%, e a região Sul a mais favorável com aproximadamente 54% dos docentes com formação superior.

No ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, o índice já era melhor, obtendo a média geral nacional de 76% dos docentes com formação superior completa. A região Nordeste apresentou-se com 50% e a região Sudeste com 91%.

No ensino médio a situação é mais positiva, sendo a média geral em torno de 91% com formação superior. Na região Nordeste o índice ficou mais baixo com 84% e a região Sudeste a mais confortável com 96% de professores com curso superior.

Outro documento importante para o momento foi o Plano Nacional de Educação - PNE (2000), que tem sua base legal na Constituição de 1988, em seu artigo 214 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/1996, através dos artigos 9 e 87. O objetivo geral do Plano é construir ações a médio e longo prazo observando as necessidades de democratização do ensino público, ampliação dos investimentos, aprimoramento nos aspectos qualitativos, e valorização dos profissionais da educação. Este documento reafirma que o Brasil é um dos países que apresenta um dos mais baixos índices de pessoas com idade de 18 a 24 anos inseridas no ensino superior. Diante dos dados, as metas estabelecidas no Plano buscavam elevar até o final da primeira década deste milênio a elevação do índice

para aproximadamente 30% dos jovens de 18 até 24 anos no ensino superior, meta que por sua vez não foi alcançada, por isso, a proposta continua a ser almejada no novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) pretendendo alcançar o índice de 33% para a referida faixa etária.

No contexto da educação superior, estas informações são bastante relevantes para entendermos alguns dos pontos refletidos e discutidos no Fórum que propôs a criação da Universidade Aberta do Brasil, configurando-se como uma política pública educacional trazendo consigo a responsabilidade de expandir a oferta de vagas para a demanda social e também contribuindo preferencialmente na formação inicial e continuada dos docentes. O empenho e dedicação na melhoria da formação docente revelam-se de extrema importância, pois segundo Mota, Chaves Filho, Cassiano (2006, p. 19) “o nível de formação dos docentes guarda forte relação com o desempenho dos estudantes nas avaliações realizadas pelo INEP/SAEB<sup>55</sup>”. Assim, parece natural traçar políticas públicas que visem propor a formação em nível superior, com qualidade e a todos os professores que atuam ou que venham a atuar na educação infantil, fundamental e média.

Por intermédio da Secretaria de Educação a Distância do MEC, foi elaborado o Projeto Universidade Aberta do Brasil, representando a convergência de esforços das Instituições participantes do Fórum, em especial, o Governo Federal, Empresas Estatais e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES. (MOTA, CHAVES FILHO, CASSIANO, 2006 p. 20)

A escolha pela modalidade em Educação a Distância encontrou justificativa no Plano Nacional de Educação que defende o estabelecimento de “[...] um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada” (BRASIL, 2000, p. 43). O uso da referida modalidade também encontrou respaldo no documento que traz as bases do Projeto: Universidade Aberta do Brasil, apontando os “[...] impactos positivos da EaD quanto ao acesso à educação superior, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Universidades Públicas Estaduais” (BRASIL, 2005b, p. 1). Em outros momentos fica visível que a adoção desta modalidade também está ligada à busca

---

<sup>55</sup> Sistema de avaliação da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/prova-brasil-e-saeb>>. Acesso em 18 de Julho de 2011.

de um modelo flexível, apoiado em tecnologias de comunicação, estrutura administrativa simplificada, racionalidade econômica e que possibilite a aprendizagem personalizada.

Como afirmado, o Sistema UAB foi antecedido por um projeto piloto com o curso de Administração, sendo que a Empresa Estatal Banco do Brasil teve notória participação no financiamento deste projeto, garantindo como contrapartida a consequente reserva de vagas para os funcionários do banco que acabou gerando insatisfação no meio acadêmico, nos sindicatos e associações de professores por ferir os direitos constitucionais e, por isso, Miranda (2009) relata que foi instaurado um inquérito Civil Público na Procuradoria da República no Estado de Goiás<sup>56</sup>, na qual o parecer final adverte ao Ministério da Educação e ao Banco do Brasil a não repetirem tal ação de reservarem vagas por motivo de desrespeitarem o princípio de acesso universal ao ensino superior público.

De acordo com Andrade (2010, p. 48) “[...] o curso-piloto de Administração a Distância foi lançado como teste para o sistema UAB”. A previsão inicial era ofertar três mil e quinhentas vagas distribuídas em sete unidades federativas, mas no decorrer do processo foi ampliado para dez mil vagas. A adesão das Instituições Públicas de Ensino Superior era de forma livre podendo cada Universidade manifestar espontaneamente interesse em participar do projeto, que ao final contabilizou a participação de 18 Universidades Federais e 7 Universidades Estaduais, totalizando 25 Instituições de Ensino Superior<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Processo número: PR/GO 1.18.000.008340/2006-92.

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/cursopiloto.php>>. Acesso em 01 de Setembro de 2011.

Tabela 04. Universidades participantes do projeto piloto UAB.

UNIVERSIDADES FEDERAIS	UNIVERSIDADES ESTADUAIS
Universidade de Brasília Universidade Federal da Bahia Universidade Federal de Alagoas Universidade Federal de Goiás Universidade Federal de Juiz de Fora Universidade Federal de Lavras Universidade Federal de Santa Catarina Universidade Federal de Uberlândia Universidade Federal de Viçosa Universidade Federal do Ceará Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal de Mato Grosso Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Universidade Federal Pará Universidade Federal do Paraná Universidade Federal do Piauí Universidade Federal do Rio Grande do Norte Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade Estadual da Paraíba Universidade Estadual de Maringá Universidade Estadual de Pernambuco Universidade Estadual do Ceará Universidade Estadual do Maranhão Universidade do Estado da Bahia Universidade Virtual do Estado do Maranhão.

Fonte: < <http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/cursopiloto.php>>. Acesso em 01 de Setembro de 2011.

Com base na agência de Notícias Universia<sup>58</sup> (2006), as Instituições interessadas deveriam apresentar até o dia 13 de Abril de 2006 as propostas para participarem no consórcio, observando as orientações gerais do Ministério da Educação, como por exemplo, que cada Universidade ofertasse um quantitativo aproximado de 500 vagas. Os editais de seleção, as inscrições dos candidatos ao curso de Administração e as provas foram realizadas entre os meses de Abril e Maio. A aula inaugural do curso aconteceu no dia 30 de Junho de 2006 com o pronunciamento do Ministro da Educação Fernando Haddad, do Secretário de Educação a Distância Ronaldo Mota, do Diretor de Políticas em Educação a Distância Hélio Chaves Filho e do vice presidente em gestão de pessoas e responsabilidade sócio ambiental do Banco do Brasil, Luiz Oswaldo Sant`lago. No

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/02/21/447707/uab-comea-funcionar-em-junho.html>>. Acesso em 02 de Setembro de 2011.

vídeo<sup>59</sup> de abertura, a Educação a Distância foi apresentada como uma ferramenta pedagógica inovadora e o Sistema Universidade Aberta como uma atitude ousada. O projeto piloto foi concebido como uma experiência que contribuiria para o amadurecimento da Educação a Distância e para finalizar, os alunos foram convidados a assumirem uma postura responsável frente ao processo pedagógico.

Tendo em vista que a reserva de vagas para os funcionários do Banco do Brasil foi alvo de questionamento junto ao Judiciário, após tramitação do processo o banco foi advertido a reajustar o percentual de vagas, que inicialmente era de 70% para os funcionários e 30% para a demanda social, em partes iguais, ou seja, a metade das vagas deveria ser destinada para a comunidade em geral.

Com base no projeto pedagógico da Universidade Estadual do Maranhão, Andrade (2010) verificou que o objetivo geral do curso era formar profissionais aptos a atuarem com inovação, criatividade, estratégia no desenvolvimento socioeconômico, respeitando o princípio da ética e da responsabilidade social. O projeto pedagógico do curso foi construído com a participação das várias Universidades, entretanto, cada Instituição tinha autonomia para planejar os momentos presenciais, atendimento ao aluno via sistema de tutoria, disponibilização de material didático, sistema de avaliação, interação entre professores e alunos. Algumas definiram o campus da Universidade como local de apoio presencial e outras utilizaram os Polos de Apoio Presencial instalados nos Municípios.

A gestão do projeto piloto foi efetivada com a participação de todos os envolvidos diretamente no curso. O diálogo entre as várias Instituições, Banco do Brasil e Ministério da Educação foi promovido por intermédio do Fórum de Coordenadores, espaço criado para discussão das diretrizes, acertos, avaliações e tomada de decisões referente ao andamento do referido curso superior. Andrade (2010) informa que durante o período de execução do curso foram realizadas aproximadamente 17 reuniões entre os coordenadores do curso, com a previsão de que fossem realizados quatro encontros por ano. Dentre os assuntos tratados, citamos a preocupação com os acertos para o funcionamento do curso; a execução do convênio entre as Universidades, Banco do Brasil e Ministério da Educação; planejamento financeiro; suporte ao aluno via sistema de tutoria; processo de aprendizagem; evasão; estágios; trabalho de conclusão do curso - TCC; troca de

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/cursopiloto.php>>. Acesso em 03 de Setembro de 2011.

experiências entre as Universidades; alunos em situação de pendência com disciplinas; conclusão; colação de grau e procedimentos necessários ao reconhecimento do curso.

Dados informados por Andrade (2010) relatam que dos dez mil alunos matriculados 53% eram funcionários do Banco do Brasil, sendo a Universidade Estadual da Bahia a que possuía maior número de matriculados, 676 alunos; e a Estadual do Ceará com menor número, 232 matrículas. Quanto à evasão calculada do primeiro ao sétimo período, a Universidade Federal de Alagoas apresentou o menor índice, 16% e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com o maior índice, 64%, entretanto, o percentual geral aproximou-se dos 40%. Destaca ainda que entre os principais fatores que contribuíram para a evasão, esteve na “[...] dificuldade de aprenderem conteúdos, falta de tempo para estudar, volume de trabalho profissional, problemas pessoais e forma de avaliação” (Andrade, 2010, p. 91).

Quanto ao financiamento, Andrade (2010) informa que o Banco do Brasil investiu proporcionalmente ao número de funcionários atendidos, destinando o valor de 1.800,00 reais por ano a cada aluno, sendo o restante das despesas financiadas pelo MEC.

Para as Universidades que iniciaram o curso no início do segundo semestre de 2006, após nove semestres de trabalho, ao final do ano de 2010 a graduação em Administração chegava ao seu final. Nem todas as Universidades iniciaram o curso no mesmo período, por isso o término do curso também ocorreu de maneira diversificada. As diferenças verificadas no calendário acadêmico, na metodologia de trabalho e nos aspectos administrativos são explicadas a partir da organização, do planejamento e na execução que cada Universidade adotava. Citamos como exemplo o caso da Universidade Federal do Paraná - UFPR<sup>60</sup> que iniciou o curso na segunda metade do ano de 2006 realizando a colação de grau no mês de Março de 2011, sendo que dos 250 alunos que iniciaram a graduação, aproximadamente 92 participaram da solenidade. Segundo a coordenação do curso, ainda há, em 2012, 32 alunos finalizando disciplinas que estavam pendentes. Levando em consideração os formados e os que ainda estão em fase final do processo, verifica-se que o índice de aprovação na UFPR será próximo aos 49%. Ainda segundo a coordenação, a

---

<sup>60</sup> Dados coletados com a Coordenação do Curso piloto de Administração na UFPR no dia 23 de Janeiro de 2012 via contato telefônico. (41) 3360 4188

principal causa de evasão está relacionada com o fato da maioria dos alunos estarem muito tempo afastados dos bancos escolares, provocando dificuldade na aprendizagem devido a falta de intimidade com as rotinas discentes.

A partir da experiência do projeto piloto, a Universidade Aberta do Brasil foi sendo estruturada como uma política do governo federal com a missão de ampliar a oferta de cursos superiores, com ênfase especial na formação inicial e continuada aos professores. Costa (2010) comenta que era preciso enfrentar as disparidades educacionais entre os que tinham acesso ao ensino superior e os que por vários motivos faziam parte das estatísticas dos excluídos. Miranda (2009) também contribui para a reflexão lembrando os índices das matrículas a serem alcançados no ensino superior, idealizado no Plano Nacional de Educação - PNE (2000). Se a intenção é institucionalizar esta modalidade educacional, é necessário que a Universidade Aberta do Brasil seja concebida como uma política de Estado para que possa ser preservada dos interesses e conflitos partidários, interrupções repentinas, falta de financiamento, fato visível principalmente durante as trocas de governos. A institucionalização requer planejamento, pesquisas e investimentos a curto, médio e longo prazo. É uma tarefa que passa pelas políticas educacionais, pela ação dos docentes, discentes e Instituições envolvidas com a modalidade. Entre os vários aspectos a serem refletidos e investigados, ressalta-se: a contratação de recursos humanos via sistema de bolsas, a necessidade de inserir a Educação a Distância na estrutura administrativa, financeira, regimental e acadêmica das Instituições de ensino superior, contabilização da carga horária dos professores que trabalham com o ensino presencial e a distância, profissionalização dos recursos humanos específicos para EaD, produção de material didático para EaD, financiamento, representatividade dos estudantes na modalidade a distância nas Instituições e autonomia para que cada universidade tenha liberdade em construir seu próprio modelo pedagógico. Enfim, a institucionalização somente será possível quando a Educação a Distância for inserida nos processos educacionais das Universidades, deixando de ser concebido como um programa paralelo.

A princípio o projeto Universidade Aberta do Brasil iniciou sua estruturação ligada à Secretaria de Educação a Distância - SEED, que segundo Costa (2010, p. 56) foi o “[...] órgão responsável com exclusividade pelas ações e programas desenvolvidos na modalidade de Educação a Distância” e que a partir do Decreto 6316 de 2007 foi realocada para o interior da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior - CAPES. Tendo em vista que a Universidade Aberta do Brasil atua diretamente na formação de professores do ensino básico, essa alteração se justifica, segundo Mota (2006), pela necessidade de se estabelecer um vínculo mais estreito entre os dois níveis de ensino. Ainda segundo Mota, é uma estratégia interessante, pois espera-se aproveitar a consolidação da CAPES para a desafiante tarefa de também promover a formação docente na educação básica, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Outra possível justificativa para que a UAB fosse transferida à CAPES, tem como fundamento a interpretação de não ser muito aconselhável o fato da SEED fomentar, executar e avaliar um programa sob sua responsabilidade, por isso, a execução e a operacionalização foram direcionadas à DED/CAPES e a avaliação permaneceu por conta da SEED, que após sua extinção ficou a cargo da Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância.

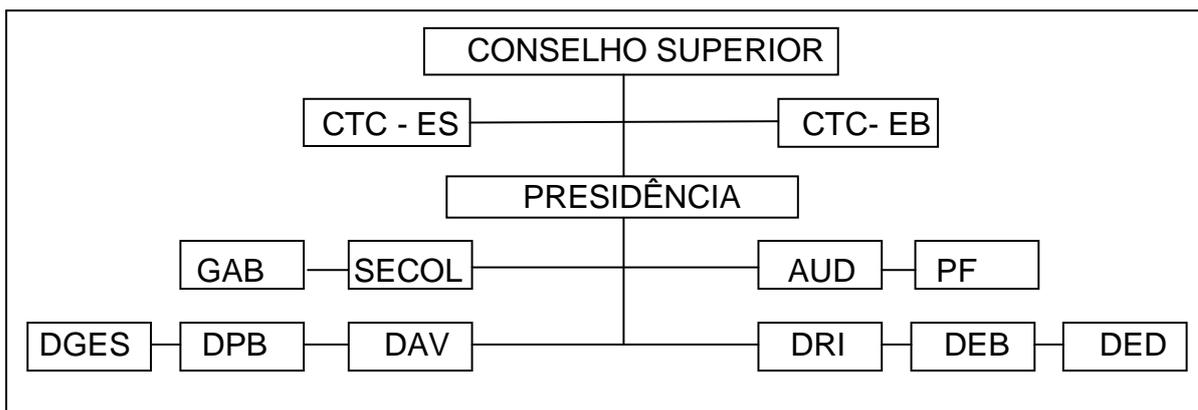
De acordo com dados disponibilizados em seu site<sup>61</sup>, a CAPES foi criada em 1951 pelo Decreto 29741 com a missão de qualificar pessoas para as necessidades que surgiam devido à modernização da sociedade, da indústria e da complexidade da administração empresarial. Após 57 anos de atuação, em 2012, sua missão está ligada à promoção da pós-graduação *stricto sensu*, incentivo à produção científica, promoção e fomento na formação inicial e continuada do magistério na educação básica pelas modalidades presencial e a distância.

Após as alterações propostas pelo Decreto 6316 de 2007, a CAPES passa também a responsabilizar-se pela formação do corpo docente para o ensino básico, além de promover também o desenvolvimento científico, a pós-graduação e colaborar na construção do Plano Nacional de Educação. A estrutura organizacional pode ser observada na figura a seguir:

---

<sup>61</sup> Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em 06 de Setembro de 2011.

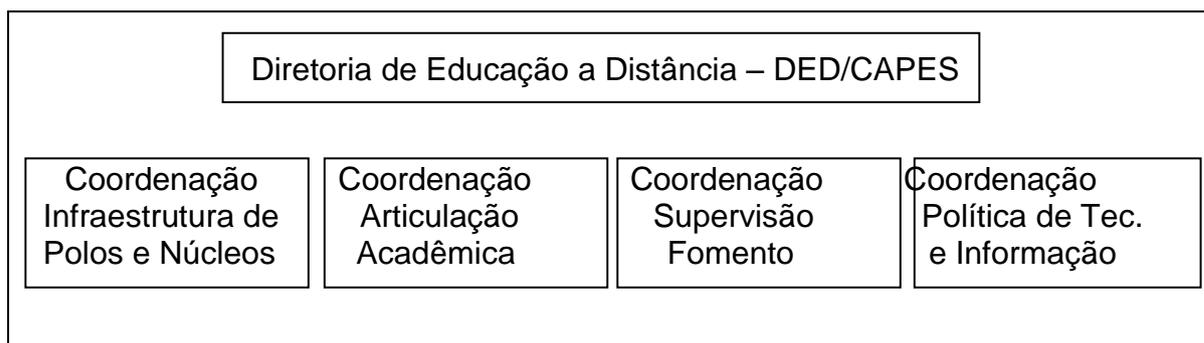
Tabela 05. Organograma da CAPES



Fonte: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/organograma>>. Acesso em 06 de Setembro de 2011.

De início percebemos a atuação do órgão colegiado por meio do Conselho Superior, do Conselho Técnico-científico da Educação Superior - CTC-ES e do Conselho Técnico-científico da Educação Básica - CTC-EB que basicamente têm a função de discutir e colaborar na construção das políticas de atuação da CAPES. Na sequência temos os órgãos de apoio direto à presidência e aos colegiados: Gabinete - GAB e Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados - SECOL; Órgãos Seccionais responsáveis pelas questões administrativas, financeiras, operacionais e legislativas por meio da Auditoria Interna - AUD, e Procuradoria Federal - PF. Por fim temos as diretorias singulares responsáveis por cada assunto estratégico. Primeiramente cabe esclarecer que a Diretoria de Gestão - DGES é considerada um órgão seccional ligado diretamente às questões relacionadas ao orçamento, administração, gestão de tecnologia da informação, coordenação de pessoas, entre outros. As outras diretorias têm área de atuação bem definida: Diretoria de Programa de Bolsas - DPB, Diretoria de Avaliação - DAV, Diretoria de Relações Internacionais - DRI, Diretoria de Educação Básica - DEB e por último a Diretoria de Educação a Distância - DED que neste estudo se caracteriza como objeto central pelo fato da Universidade Aberta do Brasil estar inserida neste departamento. No intuito de concentrar a atenção para a Diretoria de Educação a Distância - DED, segue sua estrutura organizacional:

Tabela 06. Organograma da Diretoria de Educação a Distância – DED



Fonte: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/organograma>>. Acesso em 06 de Setembro de 2011.

A partir da reestruturação da CAPES pelo Decreto 6316 de 2007, a Universidade Aberta do Brasil começa a ser transferida, sendo que a oficialização ocorreu também pela Portaria MEC, 318 de Abril de 2009:

Art. 1- O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, no âmbito do Ministério da Educação, será operacionalizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (BRASIL, 2009b)

As atribuições da Diretoria - DED podem ser averiguadas com base no artigo 25 do Decreto 6316, de Dezembro de 2007.

Art. 25. À Diretoria de Educação a Distância compete:

- I- fomentar as instituições públicas de ensino superior e pólos municipais de apoio presencial, visando a oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;
- II- articular as instituições públicas de ensino superior aos pólos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
- III- subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;
- IV- apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior e tutores presenciais e coordenadores nos pólos municipais de apoio presencial; e
- V- planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infra-estrutura física e de pessoal dos pólos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica. (BRASIL, 2007b)

A partir da observação dos incisos acima, verifica-se claramente a intenção em promover a Educação a Distância por intermédio das Instituições públicas de ensino superior em parceria com os Polos de Apoio Presencial com foco específico à formação inicial e continuada de professores. Para que as ações dispostas no artigo 25 sejam efetivadas, a DED conta com o apoio de quatro coordenações: a Coordenação Geral de Infraestrutura de Polos e Núcleos tem a função de acompanhar e apoiar a estruturação dos Polos de Apoio Presencial de maneira que sejam cumpridos os compromissos assumidos pelos proponentes, para que as Universidades e alunos tenham à disposição os ambientes e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, sendo o acompanhamento feito sempre que necessário por meio de visitas e avaliações *in loco*. A Coordenação Geral de Articulação acadêmica tem a incumbência de acompanhar, receber, avaliar e aprovar as propostas de cursos das Universidades para serem desenvolvidos nos Polos. A aprovação observará como critério de análise as demandas regionais e os pareceres dos Fóruns Estaduais. A Coordenação Geral de Supervisão e Fomento financia as despesas oriundas do sistema UAB para os gastos com produção e distribuição de material didático, compra de livros para as bibliotecas, laboratórios pedagógicos, estruturação e implantação dos núcleos de educação a distância nas Instituições públicas de ensino superior que estão vinculadas ao sistema, despesas com diárias e passagens para os encontros presenciais no Polo, pagamento de bolsas para os profissionais contratados, capacitação dos profissionais envolvidos, despesas diversas, entre outros. Importante esclarecer que todos os gastos relacionados ao cotidiano do Polo, são custeados pelo proponente Municipal e ou Estadual. A Coordenação Geral de Política de Tecnologia e Informação tem a função de apoiar e estruturar a rede tecnológica de comunicação e informação que servirá de suporte comunicativo para as atividades desenvolvidas no sistema UAB, como por exemplo, a plataforma de gerenciamento dos processos acadêmicos e administrativos denominada de Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil - SISUAB.

Oficialmente o Sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado em oito de Junho de 2006 pelo Decreto 5800.

Art.1- Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I- oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III- oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV- ampliar o acesso à educação superior pública;

V- reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI- estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII- fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006)

A missão principal da Universidade Aberta do Brasil é ampliar e interiorizar as ofertas de cursos superiores ao público em geral por meio da metodologia a distância, entretanto a prioridade é a formação de professores para a educação básica. Este direcionamento encontra respaldo na fraca qualificação docente visualizada nos dados coletados nos censos educacionais. O projeto não prevê a criação de uma Universidade semelhante as que conhecemos, estruturada com reitoria, departamentos, campus, equipe administrativa e quadro docente. O Sistema atua como um personagem que direciona, fomenta e regulamenta a atuação de Universidades existentes por meio de consórcio com as três esferas administrativas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Mesmo antes do Decreto 5800/2006 oficializar o sistema UAB, o Ministério da Educação já lançara no dia 16 de Dezembro de 2005 o primeiro edital realizando chamada pública para que Estados, Municípios e Universidades pudessem ingressar no sistema, fato que pode indicar uma suposta pressa em implantar o projeto. O edital estava dividido em duas partes. Na primeira, Estados e ou Municípios poderiam apresentar proposta para instalação de Polos de Apoio Presencial, na qual deveriam construir as dependências físicas atendendo a configuração mínima indicada no edital, assumindo todas as responsabilidades financeiras e administrativas elencadas. A segunda parte referia-se às Universidades na qual as

interessadas deveriam apresentar propostas de cursos para serem aplicados nos Polos de Apoio Presencial.

Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para o “Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB”.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio de sua Secretaria de Educação a Distância, torna público e convoca de acordo com o que se estabelece no presente Edital:

I) os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a apresentarem propostas de Polos municipais de apoio presencial para ensino superior a distância;

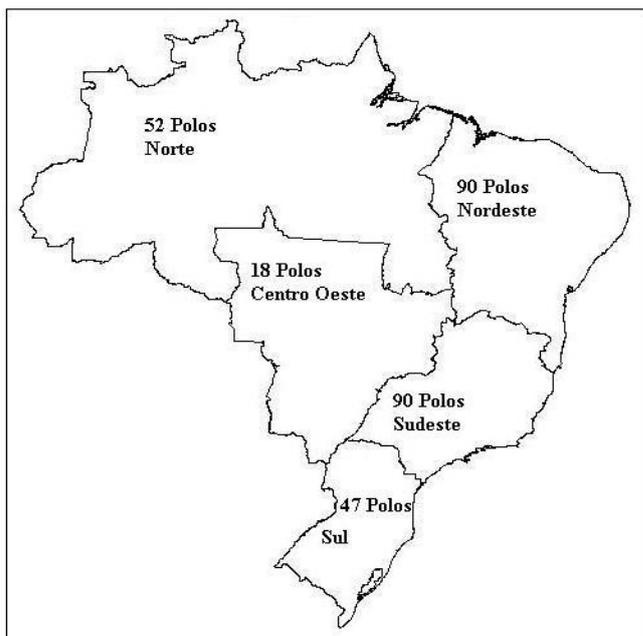
(II) as instituições federais de ensino superior, a apresentarem propostas de cursos superiores na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nos Polos municipais de Apoio Presencial. (BRASIL, 2005c)

Esta política governamental previa a construção de um sistema articulado entre os vários entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo um grande número de gestores públicos no sentido de somar esforços e dividir despesas.

Depois de realizados os procedimentos técnicos e administrativos contemplados no Edital de seleção 01/2005-SEED/MEC, obteve-se a aprovação de 297 Polos sendo 18 na região Centro Oeste, 90 na região Sudeste, 52 na região Norte, 90 na região Nordeste e 47 na região Sul, 49 Instituições Federais de Ensino Superior das mais variadas regiões do País, 151 cursos entre graduação e pós-graduação e 45 mil vagas disponibilizadas.

O resultado foi publicado no Diário Oficial da União nº 209 de 31 de Outubro de 2006.

Figura 01. Distribuição geográfica dos Polos UAB 1.



Fonte: Mapa construído pelo autor com base nos dados retirados do Diário Oficial da União nº 209 de 31 de Outubro de 2006.

Para análise dos projetos o Ministério da Educação nomeou uma comissão composta por educadores com experiência em EaD por meio da Portaria 1097, publicada em 31 de Maio de 2006. Também foram criadas comissões que realizaram visitas aos Polos para verificarem *in loco* o atendimento às exigências expostas no edital. Cada Polo aprovado primeiramente na análise do projeto e posteriormente na visita *in loco* recebia a autorização para iniciar os trabalhos com determinados cursos já direcionados *a priori*. Costa (2007) ressalta que nesse primeiro edital somente Universidades Federais poderiam participar do processo, tendo em vista que 2006 foi um ano marcado pelas eleições a nível Federal e Estadual, fato que dificultava a transferência de recursos para as Universidades Estaduais. Essa primeira etapa do processo também ficou conhecido como UAB 1 na qual os cursos foram iniciados em princípio do segundo semestre de 2007, sendo que cada Polo recebeu aproximadamente de 3 a 4 cursos.

Neste sistema denominado Universidade Aberta do Brasil ficou evidente através das regras estabelecidas no edital em questão que o projeto aconteceria em regime de parceria entre Ministério da Educação, responsável pelo gerenciamento, custeio das despesas relativas aos cursos, materiais didáticos, professores, tutores, coordenadores, viagens, treinamentos, avaliações, credenciamento; às Universidades com a responsabilidade pedagógica e metodológica no intuito de

oferecer para a comunidade ensino de qualidade por meio da modalidade a distância; e por fim aos Municípios ou Estados a responsabilidade de construir, equipar com mobiliários e equipamentos, fornecer recursos humanos e garantir a sustentabilidade.

Art.2 O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com Polos de apoio presencial.

§ 1 Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o Polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. (BRASIL, 2006)

No ano de 2006 foi lançado mais um edital realizando chamada pública para ampliação de mais Polos e Universidades ao sistema UAB. O Edital 01/2006 realizou a segunda chamada pública para seleção de Polos de Apoio Presencial e Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES na modalidade de Educação a Distância para o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A União, por meio do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio de sua Secretaria de Educação a Distância, torna público e convoca de acordo com o que se estabelece no presente Edital:

I) os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a apresentarem propostas de Polos municipais de apoio presencial para ensino superior a distância; II) as instituições públicas de ensino superior (federais, estaduais e municipais), a apresentarem propostas de cursos superiores na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nos Polos municipais de apoio presencial. (BRASIL, 2006b)

Para este segundo edital foram divulgados no Diário Oficial da União nº 95, em 20 de Maio de 2008, mais 268 Polos de Apoio presencial, sendo 28 na região Centro Oeste, 68 na região Sudeste, 32 na região Norte, 88 na região Nordeste e 52 na região Sul, 26 Instituições Públicas de Ensino Superior, 191 cursos e o ingresso de aproximadamente mais 40 mil alunos ao sistema. Essa segunda etapa ficou conhecida como UAB 2.

Figura 02. Distribuição geográfica dos Polos UAB 2.



Fonte: Mapa construído pelo autor com base nos dados retirados do Diário Oficial da União nº 95 em 20 de Maio de 2008.

Os mesmos processos avaliativos a que cursos, IPES e Polos do primeiro edital foram submetidos, inclusive com avaliação e visita *in loco*, também foram aplicados aos participantes do segundo edital. Esses cursos, Polos e Instituições iniciaram as atividades por volta do segundo semestre de 2008, conforme consta no edital de divulgação dos resultados.

Os cursos referidos nesta publicação terão início a partir de 01 de agosto de 2008, sob a condição de existência de infra-estrutura compatível nos Polos, certificada por avaliação *in-loco* de especialistas indicados pelo MEC e pelas Instituições responsáveis e da aprovação, pela UAB, de planilha financeira de custeio dos cursos. (BRASIL, 2008)

Praticamente todos os cursos oferecidos neste segundo edital são graduações direcionadas as variadas licenciaturas e pós-graduações em nível de especialização voltadas à educação. Ao final do segundo edital o sistema Universidade Aberta do Brasil já contava com 565 Polos, sendo 46 na região Centro Oeste, 158 na região Sudeste, 84 na região Norte, 178 na região Nordeste e 99 na região Sul.

A terceira etapa da ampliação do sistema UAB foi efetivada com base no Plano de Ações Articuladas para a Educação - PAR<sup>62</sup>, inserido do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, implantado pelo Decreto 6094/2007, no qual tem a intenção de realizar um diagnóstico da realidade educacional de cada Município e Estado possibilitando que decisões e investimentos sejam planejados no sentido de enfrentar os problemas identificados. Na primeira e segunda fase os processos de adesão ao sistema UAB foram por meio de editais na qual os Estados e Municípios poderiam demonstrar interesse em participar. Nesse terceiro momento mostrou-se necessário efetuar um estudo para identificar as necessidades regionais de maneira que a implantação de novos Polos e cursos atendessem as especificidades das diversas localidades.

Nesse sentido a terceira fase de implantação da UAB foi elaborada levando em consideração as orientações indicadas pelo PAR e também observando que em cada uma das 596 microrregiões<sup>63</sup> do país houvesse a presença de um Polo do Sistema UAB. Dependendo da extensão geográfica, quantidade de alunos egressos do ensino médio, número de professores do ensino básico em situação de formação inicial e densidade populacional, uma microrregião poderia receber mais que um Polo.

De acordo com Costa e Pimentel (2009), os Polos deveriam estar dispostos de maneira que nenhum aluno necessite se deslocar mais que 100 km de sua residência. Diante dessa premissa logística foram publicados no Diário Oficial da União nº 158, de 19 de Agosto de 2009, por meio da Portaria 802/2009, mais 135 Polos e 14 Instituições Públicas de Ensino Superior e também pela Portaria 803/2009, mais 28 Polos provenientes do Programa Pró-Licenciatura que migraram para o projeto UAB. Com isso a região Centro-Oeste recebeu mais 29 Polos, a Nordeste 75 Polos, a Norte 30 Polos, a Sudeste 3 Polos e a Sul 26 Polos. Importante ressaltar que os 163 Polos aprovados em 2009 não ofertaram cursos naquele momento, pois estavam na fase de estruturação interna no tocante a mobiliários, equipamentos e estrutura predial que após prazo determinado sofreriam avaliação *in loco* para depois receberem autorização para ofertarem cursos. Dados apresentados por Costa (2009), no Primeiro Encontro Internacional da Universidade

---

<sup>62</sup>

Disponível

em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159&Itemid=235](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=235)>. Acesso em 23 de Outubro de 2011.

<sup>63</sup> Microrregião é um agrupamento de municípios próximos e relacionados entre si.

Aberta do Brasil, em Brasília<sup>64</sup>, informam que em Outubro de 2009 o sistema atendia aproximadamente 80 mil estudantes com a oferta de 418 cursos. Essa terceira fase também ficou conhecida como UAB 3 ou expansão UAB.

Figura 03. Distribuição geográfica dos Polos UAB 3.



Fonte: Mapa construído pelo autor com base nos dados retirados do Diário Oficial da União nº 158 de 19 de Agosto de 2009.

No ano de 2010, também por intermédio do PAR, foram publicados no Diário Oficial da União nº 15, de 22 de Janeiro de 2010, através da Portaria 40/2010, mais 33 Polos na região Sudeste e 5 Instituições de Ensino Superior. Nova publicação aconteceu no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de Março de 2010 pela Portaria 370/2010 na qual foram implementados 4 Polos na região Nordeste e pela Portaria 371/2010 foram mais 14 Polos na mesma região. Esta quarta fase foi denominada de UAB 4 ou expansão UAB.

<sup>64</sup> Professor Celso José da Costa apresentou os dados enquanto estava na direção da Universidade Aberta do Brasil. Informações complementares sobre o Congresso disponíveis em: <[http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=774&Itemid=28](http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=774&Itemid=28)>. Acesso em 18 de Julho de 2011.

Figura 04. Distribuição geográfica dos Polos UAB 4.



Fonte: Construído pelo autor com base nos dados do Diário Oficial da União nº 15 de 22 de Janeiro de 2010; Diário Oficial da União nº 60 de 30 de Março de 2010.

Com base na Portaria 1369/2010 publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 08 de Dezembro de 2010, podemos sintetizar que o sistema UAB iniciou o ano de 2011 constituído por 768 Polos distribuídos da seguinte forma: 75 na região Centro Oeste, 115 na região Norte, 269 na região Nordeste, 186 na região sudeste, 123 na região Sul. Há uma diferença de 11 Polos entre os números anunciados nos Diários Oficiais anteriores com esta última publicação, e segundo a Diretoria de Educação a Distância - DED, a explicação está no fato destes 11 Polos terem se desligado do sistema por razões diversas. De acordo com as informações encontradas em seu site<sup>65</sup>, o Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil, no primeiro semestre de 2012 conta com a participação de 94 IPES e 644 Polos em atividade. A Coordenação Geral de Infraestrutura de Polos<sup>66</sup> - DED/CAPES, informa que os outros 124 Polos estão inativos no momento, sendo os principais motivos: ausência temporária na oferta de cursos, adequação física e tecnológica e redefinições quanto ao mantenedor. Informou ainda que em 2011 foram realizadas 313 avaliações *in loco* e até o final do primeiro semestre de 2012 todos os demais também serão submetidos ao mesmo processo. Um Polo avaliado pode receber conceito Apto

<sup>65</sup>

Disponível

em:

<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=11](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=11)>. Acesso em 17 de Janeiro de 2012.

<sup>66</sup> Informações coletadas com a Coordenação Geral de Infraestrutura de Polos no dia 02 de Fevereiro de 2012, via telefone (61) 2022-6417.

(AA), Apto com pendências (AP) e Não apto (NA). No caso de serem encontradas inconsistências, serão notificados e somente poderão receber novos cursos após sanarem as fragilidades. Alertou ainda que nos casos mais graves, os Polos serão descredenciados.

É evidente que o processo de acompanhamento e avaliação dos Polos é uma ação necessária para garantir condições mínimas de funcionalidade que por sua vez contribuirá fortemente na qualidade dos cursos oferecidos à comunidade, entretanto, é preciso que a DED/CAPES também ofereça apoio financeiro aos Polos mais carentes que geralmente estão instalados nos municípios do interior do país, pois a proposta do Sistema Universidade Aberta do Brasil é exatamente a de democratizar o acesso ao ensino superior, principalmente nas regiões mais desprivilegiadas.

De acordo com o dado oficial apresentado no Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância - ESUD<sup>67</sup> pelo, então, Secretário de Educação a Distância, Bielschowsky (2010) que aconteceu em Novembro de 2010 na cidade de Cuiabá, e também com base no texto publicado pela CAPES<sup>68</sup>, a meta para a UAB até 2013 será a de implantar mil Polos de Apoio Presencial e possuir um quadro de oitocentos mil alunos matriculados.

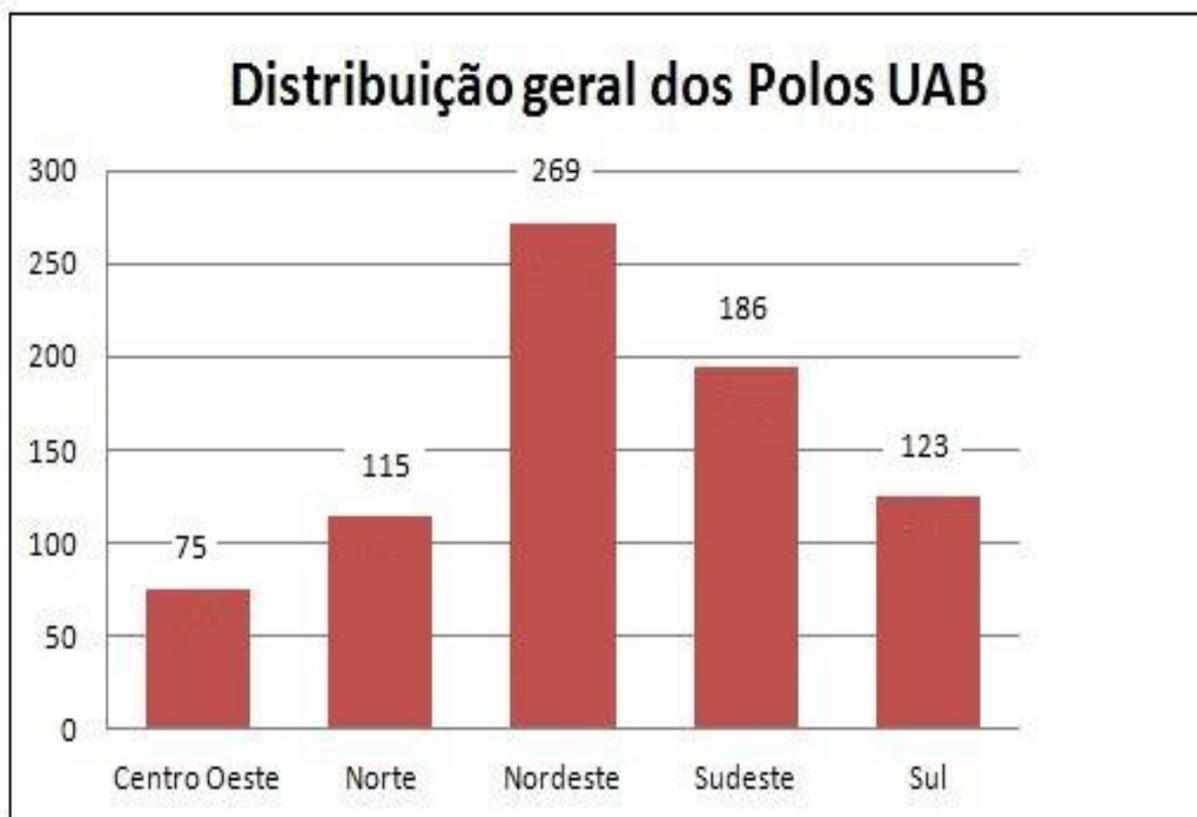
Confrontando a distribuição geográfica dos 768 Polos publicados, com os objetivos do programa Universidade Aberta do Brasil, é possível concluir que existe coerência entre o discurso e a prática, pois se apresentam distribuídos de forma a atender os municípios afastados das grandes cidades. Chamamos a atenção para a região Sudeste que recebeu uma grande quantidade de Polos tendo em vista a grande densidade populacional e a região Nordeste devido o fato de ser uma região com grande carência de acesso ao ensino superior. Importante destacar que a interiorização da educação superior por intermédio dos Polos contribui para a diminuição do deslocamento das pessoas para os grandes centros na medida em que possibilita a oportunidade de acesso à formação superior em seus próprios municípios.

---

<sup>67</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.ufmt.br/esud2010/>>. Acesso em 18 de Julho de 2011

<sup>68</sup> Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/apresentao.pdf>>. Acesso em 09 de Setembro de 2011.

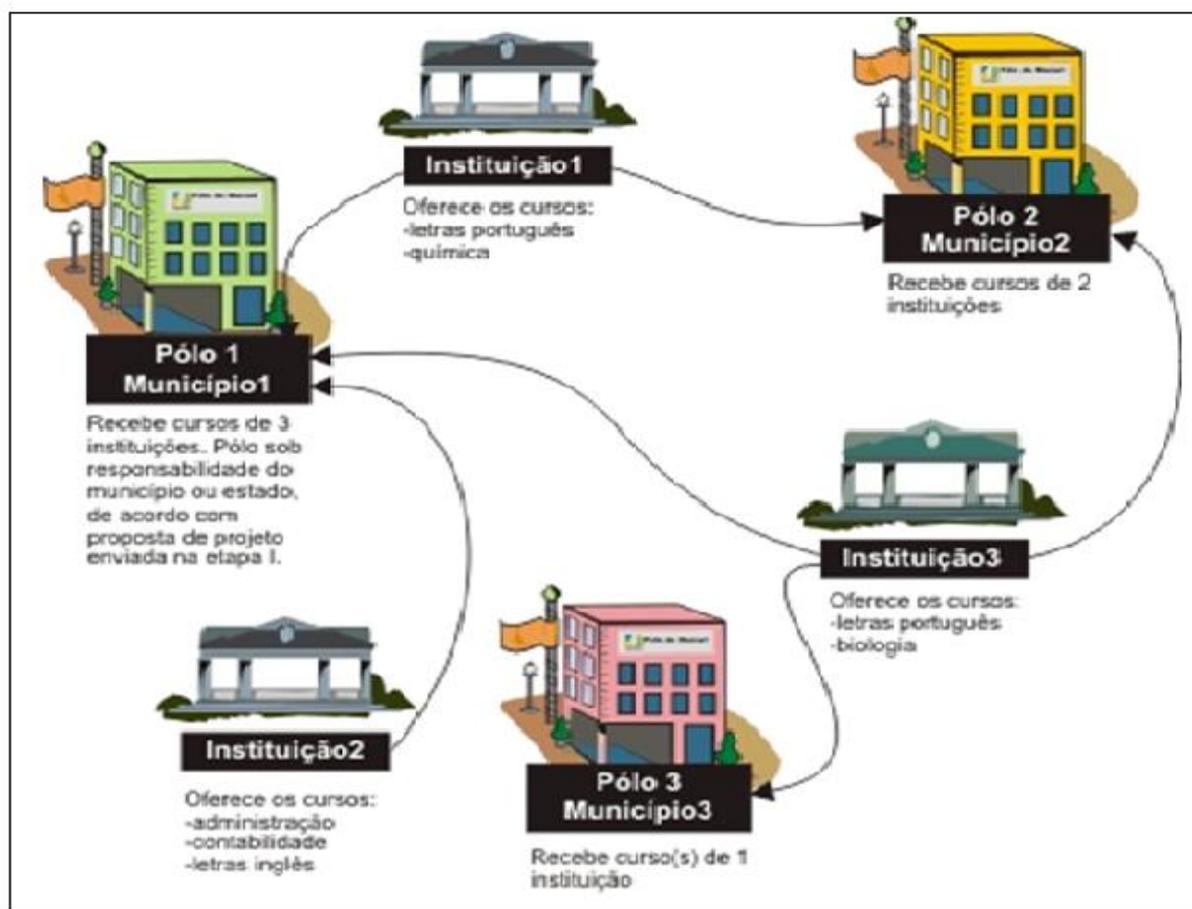
Gráfico 01. Distribuição geral dos Polos UAB.



Fonte: Gráfico construído pelo autor com base nos dados retirados no Diário Oficial da União nº 234 de 08 de Dezembro de 2010.

O consórcio formado pela parceria entre Ministério da Educação, Universidades Públicas e governos locais permite que um Polo possa receber cursos de diferentes Instituições. Preferencialmente cada Polo deve relacionar-se com as Universidades mais próximas, pois essa postura otimiza os recursos financeiros utilizados nas compras de passagens e diárias, facilita os deslocamentos geográficos e o planejamento nas atividades acadêmicas presenciais no Polo. Outra vantagem está no comprometimento social da Universidade com a região a que está inserida, pois terá muito mais condições de perceber as características da região, suas peculiaridades e demandas. Paralelo a esse direcionamento, é possível que um Polo também receba cursos de uma Universidade situada em outro Estado ou região, dependendo da justificativa e da necessidade.

Figura 05. Organograma do relacionamento entre Polos e Instituições no Sistema UAB.



Fonte:

<[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=19](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=19)>. Acesso em 20 de Setembro de 2011.

Um Polo pode receber vários cursos de diferentes Instituições desde que tenha condições físicas e estruturais para fornecer a cada um os recursos necessários à execução das atividades pedagógicas.

Com relação aos cursos ofertados, em consulta na base de dados do Sistema de Informação Universidade Aberta do Brasil<sup>69</sup> verificou-se que no início de 2012 estão sendo ofertados 212 cursos sendo executados em 924 ofertas distintas, distribuídos em Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo, Formação pedagógica, Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão e Seqüencial, conforme o quadro a seguir:

69

Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=12](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12)>. Acesso em 17/01/2012.

Tabela 07. Resumo dos cursos ofertados no sistema UAB.

Modalidades	Cursos	Ofertas
Bacharel	9	80
Licenciatura	47	297
Tecnólogo	14	14
Formação Pedagógica	8	10
Especialização	87	264
Aperfeiçoamento	27	185
Extensão	18	72
Seqüencial	2	2
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0

Fonte: Gráfico construído pelo autor com base nos dados disponíveis em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=1](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=1)>. Acesso em 17 de Janeiro de 2012.

Convém esclarecer que o número de ofertas não representa o número de turmas. Para entendermos melhor a contabilização, tomemos como exemplo a Licenciatura de Física que se constitui num curso ofertado em 23 Universidades, o que também não significa dizer que são somente 23 turmas, pois em cada Universidade pode haver mais de uma oferta.

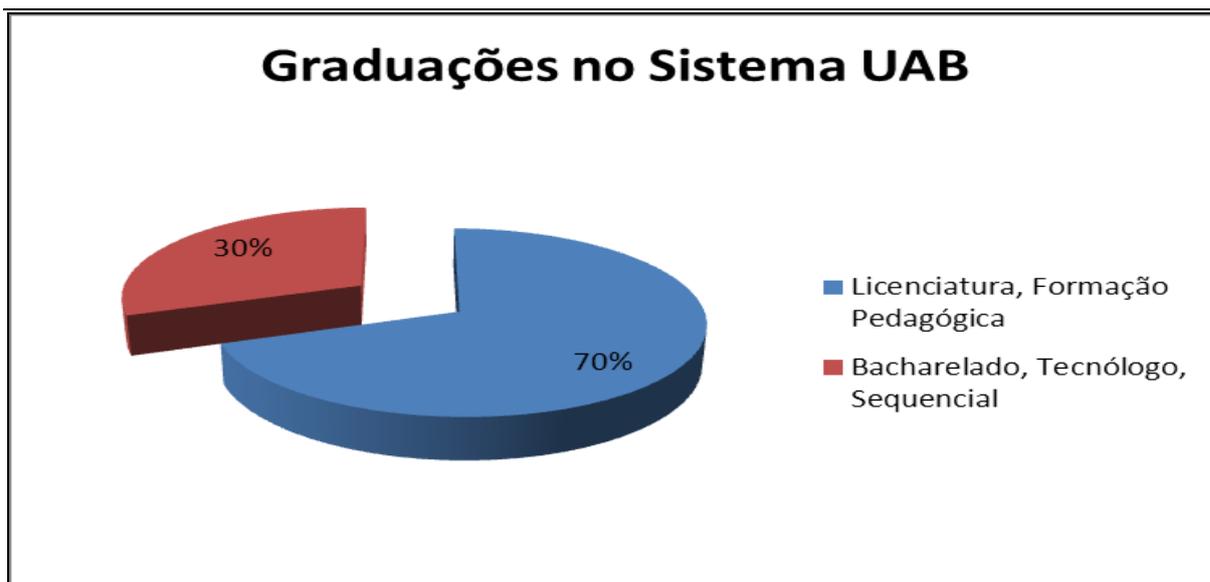
Com relação aos Mestrados ou Doutorados, não há registros de ofertas no Sistema UAB, entretanto, convém mencionar o programa de Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT<sup>70</sup>, que por sua vez nasceu na CAPES a partir da Portaria Normativa MEC, nº 17 de 28 de Dezembro de 2009<sup>71</sup>, com o apoio da Universidade Aberta do Brasil, da Sociedade Brasileira de Matemática - SBM e do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA. A primeira turma iniciou em 2011 com a participação de 49 Instituições Públicas de Ensino Superior ofertando um quantitativo de 1192 vagas. Em 2012 a segunda oferta é de 1575 vagas por meio de 56 Universidades. O objetivo do programa é sincronizar um esforço em rede no intuito de melhorar o ensino de matemática na Educação Básica.

A duração do curso é de 24 meses e está sob a coordenação pela Sociedade Brasileira de Matemática - SBM.

<sup>70</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.profmatsbm.org.br/>>. Acesso em: 23 de Janeiro de 2012.

<sup>71</sup> Portaria disponível em: <[http://semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2010/Portarias/POTARIA\\_17\\_28\\_11\\_09.pdf](http://semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2010/Portarias/POTARIA_17_28_11_09.pdf)>. Acesso em 23 de Janeiro de 2012.

Gráfico 02. Classificação das graduações ofertadas no sistema UAB.



Fonte: gráfico construído pelo autor com base nos dados disponíveis em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=1](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=1)>. Acesso em 12 de Setembro 2011.

Analisando a oferta das graduações verifica-se que são 47 Licenciaturas, 9 Bacharelados, 14 Tecnólogos, 8 Formações Pedagógicas e 2 Sequenciais. Somando as licenciaturas com as formações pedagógicas temos 70% dos cursos superiores voltados para a formação docente. Antunes (2011) analisa que, em tese, o programa Universidade Aberta do Brasil está cumprindo com os objetivos de atuar na formação docente.

As Licenciaturas estão direcionadas para as áreas de Química, Física, Matemática, Música, Pedagogia, Geografia, História, Letras, Informática, Educação Física, Educação Especial, Biologia, Artes, entre outras. A Formação Pedagógica atende as áreas de Artes, Ciências Biológicas, Física, Educação Física, Letras, Matemática e Química. Os Bacharelados estão voltados para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Sistema de Informação e Engenharia Ambiental. Os cursos Tecnólogos abrangem a Gestão Pública, Gestão Ambiental, Saúde Pública, Hotelaria e Sistemas de Informação e, por fim, os Sequenciais ofertam cursos de Empreendedorismo e Inovação, sendo que o número de alunos atendidos pelo sistema UAB no início de 2012 é de aproximadamente 190 mil <sup>72</sup>.

<sup>72</sup> Dados disponibilizados pelo coordenador geral do sistema Universidade Aberta do Brasil no Fórum de coordenadores realizada em Brasília nos dias 01 e 02 de Dezembro. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=189:encontro-da-uab-](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=189:encontro-da-uab-)

No contexto acadêmico o projeto Universidade Aberta do Brasil provocou algumas discussões e críticas. Por exemplo, Castro (2006) alerta para o perigo da dissociação entre o ensino, pesquisa e extensão, pois considera que no projeto UAB a ênfase está no ensino, fato que por sua vez prejudica a qualidade da formação superior. A precarização do trabalho docente na EaD também é outro ponto de debate no meio acadêmico, pois o sistema é composto por 94 coordenadores UAB nas IPES<sup>73</sup>, 90 Coordenadores UAB adjuntos nas IPES, 827 Coordenadores de curso<sup>74</sup>, 644 Coordenadores de Polo<sup>75</sup>, 517 Coordenadores de tutoria<sup>76</sup>, 6.020 Professores pesquisadores<sup>77</sup>, 8.726 Tutores a distância<sup>78</sup> e 5.326 Tutores presenciais<sup>79</sup>.

Para a ADUFAL (2007) o sistema de bolsas empobrece o trabalho docente na medida em que alicia os professores a realizarem trabalhos paralelos, podendo se configurar para uns como “bicos” e para outros ocasionar sobrecarga nas atividades diárias. O fato se agrava por não haver nenhum tipo de vínculo empregatício, violando todos os direitos trabalhistas, pois as pessoas contratadas via sistema de bolsa não recebem férias, 13º salário, fundo de garantia, cobertura do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, direito a previdência social, entre outros. No caso do trabalho docente ser realizado por professores do quadro efetivo das Universidades, a remuneração recebida pelo professor acaba por se caracterizar como um complemento salarial, lembrando que seus direitos trabalhistas estão garantidos por força do vínculo empregatício já estabelecido via concurso público. A situação é realmente crítica para os profissionais que têm seus rendimentos exclusivamente pelo sistema de bolsa concedido pela UAB, pois nesse caso a precarização do trabalho docente e a violação dos direitos trabalhistas ocorre

---

apresenta-balanço-de-2011-e-planejamentos-para-2012&catid=1:noticia&Itemid=7>. Acesso em 17 de Janeiro de 2012

<sup>73</sup> Coordenador UAB é o profissional responsável pelo gerenciamento dos cursos ofertados pela Instituição no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Sua tarefa recebe o auxílio do coordenador Adjunto.

<sup>74</sup> Coordenador do Curso é o profissional responsável pelos processos pedagógicos do curso ofertado.

<sup>75</sup> Coordenador do Polo é o profissional responsável pelo gerenciamento do Polo de Apoio Presencial.

<sup>76</sup> Coordenador de Tutoria responde pelo planejamento das atividades desenvolvidas pelos Tutores.

<sup>77</sup> Professor pesquisador é o profissional direcionado para a produção de material pedagógico a ser utilizado em EaD.

<sup>78</sup> Profissional selecionado para atuar na Universidade, auxiliando o professor da disciplina na realização das atividades docentes.

<sup>79</sup> Profissional selecionado para atuar no Polo, auxiliando o professor da disciplina na realização das atividades presenciais.

concretamente. Para finalizar, o projeto UAB pode ser interpretado como um modelo oriundo das políticas neoliberais na medida em que faz parte das reformas estruturais do Estado impulsionadas pelos Organismos Internacionais, observando o princípio da flexibilização, racionalização econômica e modelo de produção empresarial, pois de acordo com texto base do projeto UAB “A estrutura básica da UAB e dos Consórcios deve se assemelhar mais a uma fábrica, enfatizando a alta produção de cursos” (BRASIL, 2005b, p. 10).

Além da diretoria e das quatro coordenações instaladas na DED/CAPES, o sistema conta com uma estrutura de apoio que pode ser entendida como o colegiado da UAB na medida em que contribui nas decisões e planejamentos, composto da seguinte forma:

a) Grupo Assessor, instituído pela Portaria 75 de Abril de 2010:

Art. 1º Criar Grupo Assessor que terá como atribuições apoiar a CAPES na formulação das Diretrizes Estratégicas de Desenvolvimento do Sistema UAB e:

I. Apoiar os processos de acompanhamento e avaliação de cursos e Polos de apoio presencial do Sistema UAB;

II. Apoiar na formulação de diretrizes para a elaboração de Editais que visem a consolidação e o desenvolvimento do Sistema da UAB;

III. Auxiliar na formulação de políticas e ações de desenvolvimento do Sistema UAB;

IV. Apoiar na formulação do Plano de Ação anual para o Sistema UAB.

Art. 2º O Grupo Assessor para o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB será composto por membros natos e membros designados. (BRASIL, 2010b)

Este conselho é de caráter consultivo e deliberativo, sendo que os participantes<sup>80</sup> assumem um mandato por dois anos e são escolhidos de maneira que haja representatividade da CAPES, MEC, Instituições Públicas de Ensino Superior, Coordenação dos Polos e também membros que desenvolvem importante trabalho no contexto da Universidade Aberta do Brasil. As reuniões são previstas para acontecerem ordinariamente três vezes ao ano. A primeira reunião ordinária do Grupo Assessor foi realizada no dia 30 de Agosto de 2010 em Brasília, e entre os assuntos na pauta de discussão estavam a implementação de novos Polos,

---

<sup>80</sup> A lista com os nomes dos membros que compõem o primeiro mandato do grupo Assessor está disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/grupo-assessor-da-uab>>. Acesso em 09 de Setembro de 2011.

processo de supervisão realizada pela SEED em 576 Polos, no mês de Abril de 2010, discussão sobre o fluxo de diretrizes para aprovação de novos Polos e por fim das diretrizes para a distribuição das 250 vagas de docentes e 200 vagas de técnicos para as Universidades Federais para que estejam diretamente à serviço da UAB.

b) Banco de consultores para avaliação e acompanhamento do sistema UAB, instituído pela Portaria 77 de Abril de 2010:

Art. 1º. Instituir o Banco de Consultores para Acompanhamento e Avaliação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de auxiliar a Diretoria de Educação a Distância nos processos de:

- a) avaliação e acompanhamento dos Polos de apoio presencial do Sistema UAB e os oriundos de Programas e Ações do Ministério da Educação que estão sob a gestão da Diretoria de Educação a Distância da CAPES;
- b) avaliação e acompanhamento dos cursos ofertados na modalidade a distância pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, no âmbito do Sistema UAB.
- c) na elaboração e julgamento do objeto de editais no âmbito de suas atividades e competências. (BRASIL, 2010c)

O banco de avaliadores foi formado inicialmente por 496 profissionais<sup>81</sup>, docentes das mais variadas áreas do conhecimento, sendo que o critério para participar da equipe é estar vinculado às Universidades participantes do sistema UAB. Esse grupo de avaliadores não tem a intenção de substituir as avaliações realizadas pela extinta Secretaria de Educação a Distância, ou pela atual Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância, mas sim, para que seus diagnósticos sejam utilizados como apoio à Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES na tarefa de mapear o panorama relacionado aos Polos, Universidades e cursos, no sentido de conhecer com detalhes as dificuldades, limitações, necessidades e desafios do sistema UAB, objetivando o planejamento estratégico para a superação dos problemas elencados.

---

<sup>81</sup> Lista com os nomes das pessoas que fazem parte do banco de avaliadores está disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria\\_077\\_BancoDeConsultoresUAB.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria_077_BancoDeConsultoresUAB.pdf)>. Acesso em: 09 de Setembro de 2011.

c) Fóruns de Área do Sistema UAB, instituído pela Portaria 78 de Abril de 2010:

Art. 1º. Instituir os Fóruns de Área do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, constituído das seguintes áreas:

- 1 Fórum de Matemática
- 2 Fórum de Física
- 3 Fórum de Biologia
- 4 Fórum de Química
- 5 Fórum de Letras
- 6 Fórum de Pedagogia
- 7 Fórum de Filosofia
- 8 Fórum de História
- 9 Fórum de Geografia
- 10 Fórum de Artes
- 11 Fórum de Informática
- 12 Fórum de Teatro
- 13 Fórum de Música
- 14 Fórum de Educação Física
- 15 Fórum da Sociologia
- 16 Fórum da Administração
- 17 Fórum das Especializações

Parágrafo único: Compete aos Fóruns de Área apoiar a Diretoria de Educação a Distância na formulação de parâmetros e diretrizes para o desenvolvimento de ações relacionadas à implantação, oferta, acompanhamento e avaliação dos cursos ofertados no âmbito do Sistema UAB, bem como dos cursos integrados no âmbito do Programa de Ações Articuladas – PAR e dos cursos ofertados pelo Pró-Licenciatura visando seu aperfeiçoamento e garantia da qualidade.

Art. 2º. Cada Fórum de Área é composto pelos Coordenadores de Cursos das respectivas áreas das Instituições Públicas de Ensino Superior, integrantes do Sistema UAB e manterá uma reunião ordinária anual a ser realizada no primeiro semestre de cada ano, em Brasília, em data acordada com a DED, além de atividades de discussão permanente no Ambiente Virtual de Trabalho da UAB - ATUAB. (BRASIL, 2010d)

Com a atuação dos Fóruns de área objetivou-se, de maneira geral, construir ações no sentido de melhorar a qualidade na educação superior. As reuniões direcionadas a cada área pretendem ser uma importante troca de experiências dos profissionais envolvidos diretamente em cada área do conhecimento para discutirem sobre ações pedagógicas e administrativas, colaborando também no processo de institucionalização da Educação a Distância nas Universidades, além de somar esforços na busca de soluções para os desafios educacionais. A agenda de trabalho previa um encontro ordinário anual e a possibilidade de reuniões extraordinárias a pedido do presidente do Fórum ou pela maioria dos membros. Para o ano de 2010 foram realizadas sete reuniões de trabalho em Brasília e uma em Salvador na Bahia.

No mês de Março reuniram-se representantes da área de Letras, Física e Matemática, em Maio: Pedagogia, Administração, Biologia, Química e nas várias Especializações, em Junho: Geografia, história, Educação Física, Artes, Teatro, Música, Sociologia e Filosofia e em Setembro para a área de Informática.

d) Fórum Nacional e Regional dos Coordenadores do Sistema UAB, instituído pela Portaria 79 de Abril de 2010:

Art.1º Instituir o Fórum Nacional de Coordenadores e Coordenadores Adjuntos do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, composto pelos Coordenadores UAB das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) integrantes Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e instituir os Fóruns Regionais de Coordenadores do Sistema UAB, composto pelos coordenadores de Polo de apoio presencial da região e pelos Coordenadores e Coordenadores Adjuntos das IES integrantes do Sistema UAB e que ofertam cursos na região.

§ 1º Compete aos Fóruns Nacional e Regionais de Coordenadores do Sistema UAB apoiar a Diretoria de Educação a Distância (DED) na formulação de diretrizes, na definição de parâmetros e critérios técnicos e pedagógicos que norteiem as ações do Sistema UAB relacionados à infraestrutura de Polos, oferta de cursos em Polos de apoio presencial, seleção e capacitação de tutores, dentre outros. (BRASIL, 2010e)

Para este grupo de trabalho está previsto um encontro ordinário anual para cada região e um encontro geral em nível nacional. As reuniões para os Fóruns regionais acontecem no primeiro semestre e do Fórum Nacional, no segundo semestre do ano corrente. Na pauta dos assuntos está inserida a discussão sobre a necessidade da consolidação do sistema UAB, das dificuldades encontradas no decorrer do processo, da qualidade do processo acadêmico nos cursos ofertados, os problemas relacionados à infraestrutura deficiente encontrada nos Polos, das metas alcançadas e do planejamento para o ano seguinte.

e) Fóruns Estaduais instituídos pelo Decreto 6755, de 29 de Janeiro de 2009.

Art. 1 Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. (BRASIL, 2009c)

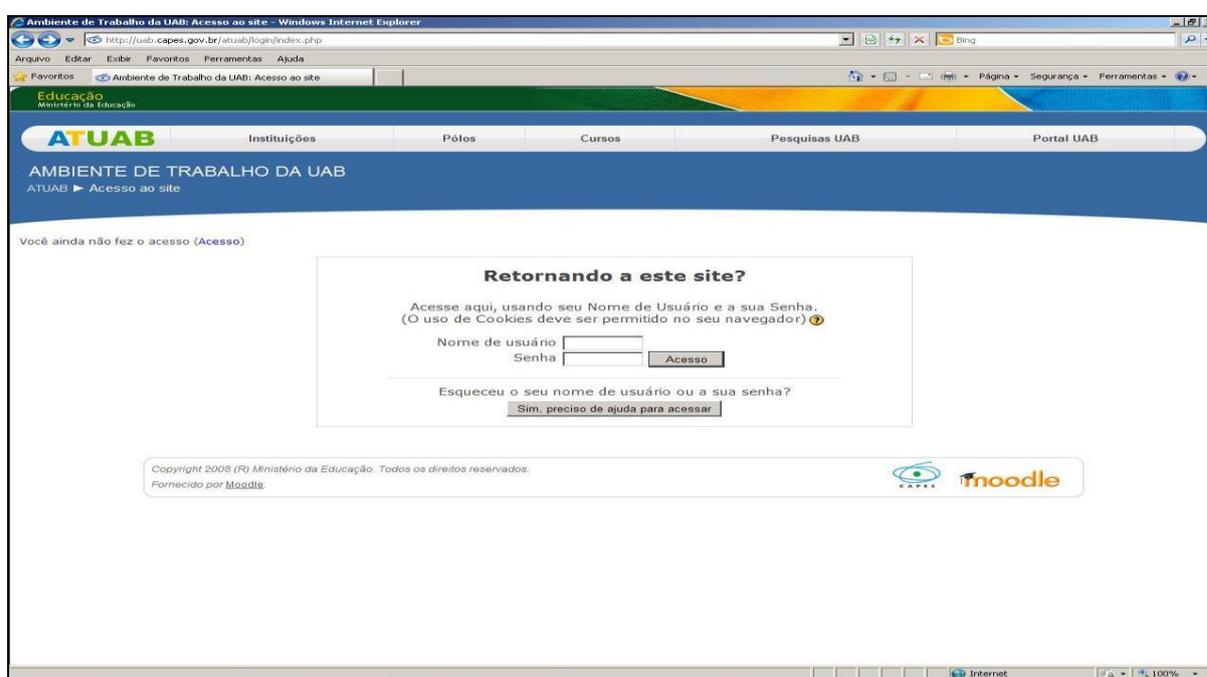
Cada Unidade Federativa que adere ao Plano Nacional de Formação de Professores deve instalar o respectivo Fórum constituindo-se assim, numa importante ferramenta de discussão e promoção de uma política estadual para formação docente. O Secretário de Educação de cada Estado organiza as datas e o local, além de presidi-las. No Estado do Paraná, as reuniões ocorrem em média uma por trimestre, sendo que as atas desses encontros devem ser publicadas no site da CAPES. Outra incumbência relacionada aos participantes dos Fóruns está direcionada à construção do regimento interno que por sua vez precisa estar em harmonia com a Portaria CAPES/MEC 883/2009 e ser encaminhado ao MEC para registro. O objetivo principal deste grupo de trabalho é discutir, avaliar e subsidiar os sistemas estadual e municipal de educação do respectivo estado na construção das políticas para formação dos professores. Para o Sistema UAB este Fórum colabora na medida em que alimenta à Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES das carências e demandas na formação de professores nas diferentes áreas do conhecimento na unidade federativa. Esses dados também são utilizados para a implantação ou readequação dos Polos em locais que haja necessidade e no planejamento dos cursos a serem ofertados no sistema UAB.

O ano de 2010 também foi marcado pela eleição a nível Estadual e Federal. A substituição dos membros dos governos no início de 2011 provocou consequentemente o efeito dominó nas pessoas que ocupavam os altos cargos ligados à diferentes Ministérios e Secretarias. No sistema Universidade Aberta do Brasil houve a substituição do representante da Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES, professor Celso José Costa pelo professor João Carlos Teatini. A partir dessa alteração, parte das ações que vinham sendo desenvolvidas passaram por um processo de reavaliação e replanejamento. A situação é até compreensível tendo em vista a singularidade de cada gestor público e sua fase de adaptação. A exemplo citamos a ausência das atividades relacionadas ao Grupo Assessor, dos Fóruns de área e dos Fóruns regionais, provocando até uma sensação de incertezas e dúvidas nos profissionais ligados ao sistema UAB e principalmente nos que estavam diretamente inseridos nos grupos de trabalho paralisados.

Para os processos administrativos e de gestão, o Sistema Universidade Aberta do Brasil conta com o apoio de duas importantes ferramentas: ATUAB e SISUAB. O Ambiente de trabalho da Universidade Aberta do Brasil - ATUAB é um meio virtual que possibilita a comunicação entre a DED/CAPES, as Universidades

integrantes do sistema UAB e os Polos de Apoio Presencial. A plataforma de comunicação é o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment - Moodle* ou Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA que ficou conhecido no meio acadêmico como uma ferramenta de apoio no processo pedagógico e sendo um software de código aberto que pode ser modificado e adaptado a várias situações. Nesse caso, o Moodle foi configurado para ser utilizado como ferramenta de troca de informações entre os vários atores. O acesso é restrito aos Coordenadores UAB, Coordenadores de Curso, Coordenadores de Polo e colaboradores. O acesso ao ambiente é por meio de login e senha, como mostra a figura abaixo.

Figura 06. Página de entrada do Ambiente de Trabalho da UAB - ATUAB



Fonte: <<http://uab.capes.gov.br/atuab/login/index.php>>. Acesso em 12 de Setembro de 2011.

Ao acessar o moodle cada usuário visualiza o seu ambiente de trabalho ou dependendo da função exercida o sujeito pode estar inserido em mais de um grupo. É possível também visualizar os usuários que estão on-line, verificar as mensagens deixadas e o calendário com os compromissos agendados.

Os coordenadores têm acesso a documentos, manuais, ofícios, tutoriais, comunicados, legislações, solicitações, materiais para estudos, local para postagem de relatórios e avisos gerais.

Este ambiente também possibilita verificar o perfil de cada integrante, acompanhar a frequência na participação, visualizar a relação de todos os que estão inseridos no grupo.

O Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil - SISUAB é também uma ferramenta baseada no Moodle e configurada para ser utilizada como instrumento que possibilita a sistematização dos dados referentes às Universidades, cursos, alunos, Polos, mantenedores<sup>82</sup> e recursos humanos.

Figura 07. Página de entrada do Sistema de dados da UAB - SISUAB



Fonte: <[http://uab.capes.gov.br/sisuab/Login\\_input.action](http://uab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action)>. Acesso em 12 de Setembro de 2011.

Ao acessar o ambiente, os coordenadores de Polo, coordenadores UAB, coordenadores de cursos e os colaboradores da CAPES possuem funções e permissões diferentes para execução das tarefas.

No caso dos coordenadores de Polo, o acesso é relativo aos dados do Polo, dos colaboradores no âmbito municipal e do proponente. Cada coordenador de Polo acessa este ambiente de trabalho regularmente seja para coletar ou alimentar os dados e informações relativos à sua área de atuação.

<sup>82</sup> Termo utilizado nos editais 01/2005 SEED/MEC e 01/2006 SEED/MEC e direcionado ao poder público municipal e ou estadual que tem a responsabilidade de manter o Polo de Apoio Presencial.

Este sistema é uma base de dados da UAB sendo possível, por exemplo, visualizar toda a estrutura de um Polo por meio dos registros gráficos e também por fotos, equipamentos, recursos humanos, horários de funcionamento, horário de atendimento dos tutores presenciais, estrutura e acervo da biblioteca e capacidade do link de internet, além do acesso ao plano de gestão, convênios, acordos de cooperação técnica, Lei de criação do Polo e dos relatórios de avaliação.

### **3.1 Polos de Apoio Presencial**

No Brasil, reiteramos que a Educação a Distância é reconhecida oficialmente como modalidade educacional formal a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996, estabelecendo no artigo 80 que o poder público irá promovê-la em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive na educação continuada. Determina também que para uma Instituição poder ofertar cursos deve primeiramente requerer o credenciamento junto ao órgão responsável.

Nos primeiros Decretos, 2494/1998 e 2561/1998, que regulamentaram o artigo 80 da LDB/1996, não aparecia o elemento: Polo de Apoio Presencial, entretanto, estabelecia que as avaliações deveriam ser realizadas presencialmente sob a responsabilidade de cada Instituição credenciada. A partir do Decreto 5622/2005, que por sua vez revogou os Decretos 2494/1998 e 2561/1998, o Polo de Apoio Presencial se constitui como um ambiente que deve estar obrigatoriamente inserido no processo de credenciamento das Instituições que pretendem ofertar cursos na modalidade a distância.

Mesmo anteriormente a essa determinação, exposta no referido Decreto, Polos de Apoio Presencial já foram utilizados em alguns projetos, a exemplo dos cursos ofertados pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ que iniciou seus trabalhos no ano 2000 com a participação de seis Universidades Públicas daquele Estado.

Outro elemento estruturante do CEDERJ foi o apoio dos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, na preparação da infraestrutura física dos Polos de Apoio Presencial, para receber os

equipamentos e laboratórios que foram financiados integralmente pelo governo do estado. (COSTA, 2007, p. 13)

Outro documento importante a ser inserido neste estudo é a Portaria Normativa MEC nº 2 de 10 de Janeiro de 2007 que endossa a necessidade da constituição dos Polos de Apoio Presencial caracterizando-os como espaços físicos destinados as atividades pedagógicas.

Art. 2 O ato autorizativo de credenciamento para EAD, resultante do processamento do pedido protocolado na forma do art.1 , considerará como abrangência para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização dos momentos presenciais obrigatórios, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial.

§ 1o Pólo de apoio presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância, conforme dispõe o art. 12, X, c, do Decreto no 5.622, de 2005. (BRASIL, 2007c)

De acordo com o modelo de educação a distância adotado no Brasil, o Polo de Apoio Presencial é um elemento necessário e indispensável ao processo pedagógico. Com base no art. 12 do Decreto 5622/2005, o Polo de Apoio Presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância, sendo importante frisar que no caso do sistema UAB não há Polos fixados no Exterior. Se a intenção é caracterizar a Educação a Distância como uma modalidade pedagogicamente competente que preserve a qualidade educacional, precisamos concordar com Costa (2007) quando alerta que o aluno deve ser o centro do processo pedagógico. Sendo assim, um Polo precisa extrapolar as questões relacionadas aos aspectos físicos e prediais, devendo sim, ser interpretado como um espaço acadêmico, possibilitando aos alunos e a Instituição de ensino superior, um espaço pedagogicamente positivo para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Do ponto de vista social um Polo deve propiciar à comunidade um ambiente agradável ao convívio social, objetivando promover a constituição de comunidades de aprendizagem. Do ponto de vista geopolítico, os Polos podem amenizar a migração das pessoas para os grandes centros em busca de acesso ao ensino superior. Costa e Pimentel (2009) reconhecem que há um desequilíbrio na oferta do ensino superior existente entre os

grandes centros urbanos e as regiões do interior do país, por isso os Polos podem colaborar para que as pessoas consigam estar inseridos no ensino superior sem que seja necessário o êxodo dos seus locais de origem. Para que isso seja possível Costa e Pimentel (2009) enfatizam a necessidade dos Polos serem distribuídos geograficamente de maneira a atender as 527 microrregiões, sendo que numa microrregião poderia haver mais de um Polo, dependendo das características.

Uma microrregião é formada por um conjunto de municípios vizinhos, a partir de identidades econômicas, culturais e geográficas. Uma das diretrizes estratégicas da UAB definiu a necessidade de cerca de 880 Polos para a cobertura do território nacional. Utilizando as microrregiões definidas pelo IBGE como metodologia de distribuição geográfica dos Polos, a coordenação nacional da UAB estabeleceu que cada microrregião seria sede de pelo menos um Polo da UAB. (COSTA, PIMENTEL, 2009, p. 78)

Tomando por base o Decreto 5622/2005 os momentos presenciais nos Polos devem ser destinados às avaliações presenciais, realização de estágios obrigatórios, defesa dos trabalhos referentes à conclusão dos cursos e atividades relacionadas aos laboratórios pedagógicos. Além dessas premissas, os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007) ressaltam a importância da interação entre todos os envolvidos nos procedimentos pedagógicos. Essa observação é totalmente coerente com o art. 1 do Decreto 5622/2005 que expressa a educação a distância como uma modalidade educacional que usa as tecnologias de comunicação para que professores e alunos possam desenvolver o processo de ensino e aprendizagem. Ainda de acordo com o referido documento, a interação é uma importante ação que potencializa o processo pedagógico evitando o isolamento, promovendo a aprendizagem e principalmente construindo no aluno o sentimento de estar inserido no ambiente acadêmico. O primeiro Edital lançado pelo SEED/MEC no contexto da Universidade Aberta do Brasil em 2005 deixou explícito que os Polos seriam de responsabilidade do proponente municipal e ou estadual que desejasse ingressar no sistema.

A.2.1 A proposta de pólo municipal de apoio presencial, por parte dos Municípios, dos Estados ou do Distrito Federal, deverá ser estruturada, com, no mínimo:

- a) Descrição da infra-estrutura física e logística de funcionamento: (laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos e outros), bem como dos prazos para instalação e funcionamento do pólo;
- b) Descrição de recursos humanos: necessários para o adequado funcionamento do pólo que incluirá tutores presenciais, equipe técnica e administrativa (para apoio e manutenção do pólo), e outros
- c) Demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária: a proposta deverá apresentar a dotação orçamentária e os recursos financeiros disponíveis para a manutenção do pólo, durante a realização dos cursos superiores;
- d) Lista com cursos superiores: pretendidos para a localidade e que podem ser ofertados no pólo proposto, com respectivos quantitativos de vagas; e
- e) Demais recursos necessários: a serem contratados, compatíveis com os cursos superiores pretendidos e respectivos quantitativos de vagas. (BRASIL, 2005c)

Cada proponente deveria construir a proposta observando os preceitos dispostos no respectivo Edital e enviar os documentos a Secretaria de Educação a Distância para serem submetidos à análise e avaliação e caso o projeto fosse aprovado, a oficialização seria por meio da assinatura dos convênios. Em 2012, no site da Universidade Aberta do Brasil está disponível uma lista mais detalhada de recursos que devem estar contemplados nos projetos de construção dos Polos de Apoio Presencial. Vejamos:

Tabela 08. Mobiliário, equipamentos e recursos humanos do Polo UAB.

Dependência	Mobiliário	Equipamentos
Sala para Secretaria Acadêmica	mesa para computador mesa para escritório mesa para impressora e scanner armários com 02 portas arquivos de aço mesa para telefone e fax mural cadeiras giratórias	computador com multimídia impressora a laser scanner aparelho de telefone e fax webcam no-break linha telefônica com ramais acesso a internet para o polo
Sala de Coordenação do Polo	Mesa para escritório Cadeiras giratórias Mural Mesa para computador Armário com 02 portas	Computador completo Webcam Aparelho de telefone
Sala de Tutores Presenciais	Mesa de reunião para 04 pessoas Cadeiras estofadas Cadeiras com braço Mesas de escritório Mesa para impressora e	Computador completo Scanner Impressora Aparelho de telefone webcam

	scanner Armários com 02 portas	
<b>Sala de Professores</b>	Mesa de reunião para 10 pessoas Cadeiras estofadas Armário com portas Mural Quadro branco	
<b>Sala de Aula Presencial</b>	Carteiras estofadas Quadro branco ou negro Mural Mesa para professor Cadeiras estofadas	
<b>Laboratório de Informática</b>	Cadeiras estofadas Mesas para computador Quadro branco Murais com vidro Mesa para projetor Armários de segurança Mesa para impressora e scanner Suporte para TV	Computador completo Webcam Impressora e scanner Projetor multimídia Aparelho de TV 29 polegadas Aparelho de DVD Servidor No-break HUB Roteador Servidor Aparelhos de ar condicionado
<b>Biblioteca</b>	Mesas para 04 pessoas Cadeiras estofadas Cadeiras giratórias Mesas para computador Mesa de escritório Armários com fechaduras Mesa para impressora Armários com 02 portas Estantes de aço	Computadores completos Aparelho de telefone Impressora
<b>Recursos Humanos</b>		
Coordenador de Polo: responsável pela parte administrativa e pela gestão acadêmica		
Tutor Presencial		
Técnico de laboratório pedagógico, quando for o caso		
Técnico em Informática		
Bibliotecária		
Auxiliar para Secretaria		

Fonte: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=31](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=31)>. Acesso em 17 de Janeiro de 2012.

Segundo a Diretoria de Educação a Distância na Capes, essa é a estrutura mínima exigida e pode variar dependendo da quantidade de alunos atendidos, da

natureza dos cursos ofertados e das peculiaridades regionais. Reafirmando o exposto anteriormente, após a análise dos projetos enviados pelos proponentes, os Polos são avaliados *in loco* por um avaliador indicado pela DED/CAPES para comprovar a existência da estrutura informada no projeto. A avaliação é guiada por um formulário específico ao credenciamento de Polo de Apoio Presencial para Educação a Distância<sup>83</sup>. A partir deste formulário são avaliadas as condições gerais do Polo referentes a infraestrutura, recursos humanos, recursos tecnológicos, mobiliários, laboratórios, biblioteca, acervo bibliográfico, gestão administrativa e financeira. Na intenção de colaborar e uniformizar a arquitetura dos Polos inseridos no sistema, a DED/CAPES, disponibilizou em 2009 um projeto modelo de Polo para que estivesse a disposição dos proponentes com interesse em executá-lo. O projeto prevê a construção de aproximadamente mil metros quadrados de área total construída num terreno com área total de três mil metros quadrados.

Figura 08. Vista Frontal do modelo sugerido à construção dos Polos UAB.



Fonte:

<[http://uab.capes.gov.br/atuab/file.php/5/PROJETO\\_ARQUITETONICO\\_PADRAO\\_-\\_POLOS\\_UAB\\_14102010\\_/Projeto\\_Arquitetonico\\_Padrao/Apresentacao/UAB\\_APRESENTACAO.pdf](http://uab.capes.gov.br/atuab/file.php/5/PROJETO_ARQUITETONICO_PADRAO_-_POLOS_UAB_14102010_/Projeto_Arquitetonico_Padrao/Apresentacao/UAB_APRESENTACAO.pdf)>. Acesso em 19 de Janeiro de 2012.

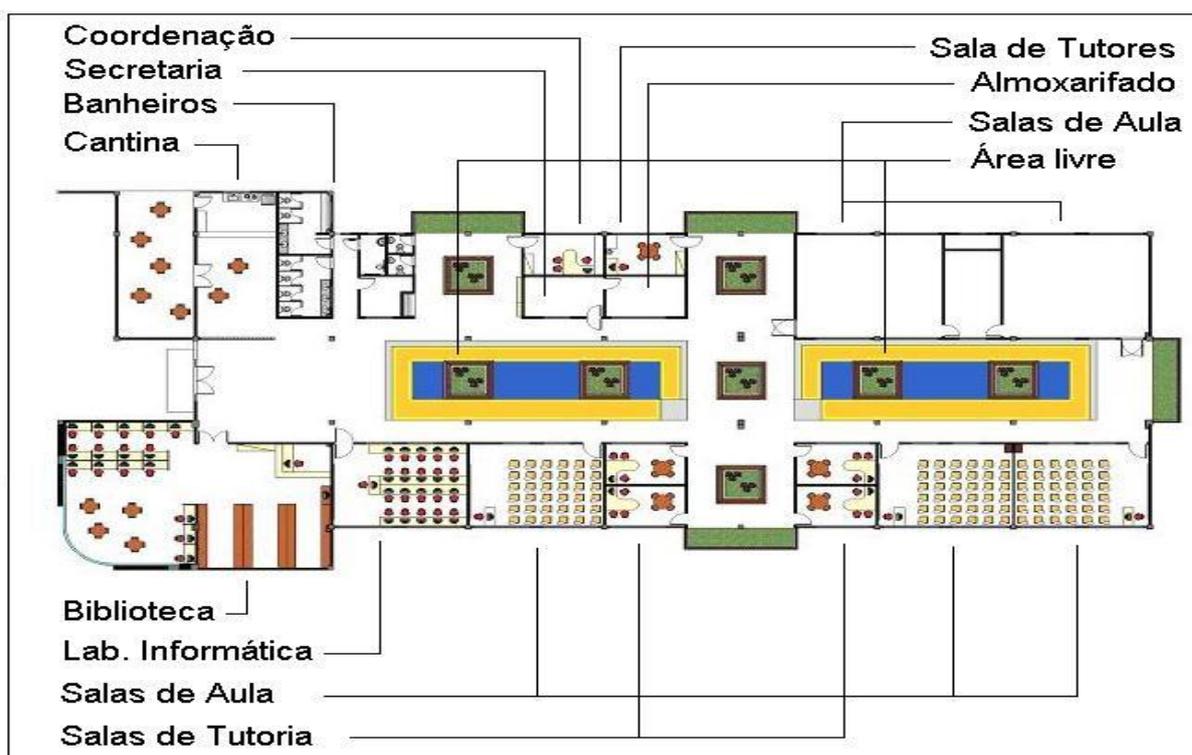
<sup>83</sup> Formulário faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento\\_Cred\\_Polo\\_EAD\\_atualizado\\_agosto.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento_Cred_Polo_EAD_atualizado_agosto.pdf)>. Acesso em 06 de Outubro de 2011.

A fachada principal do projeto apresentado está caracterizada pela aparência moderna, sofisticada e de fácil acesso. O visual tem como intenção despertar a atenção da comunidade local e nesse caso a bela aparência visual se configura também como um atrativo. Pensando na questão da sustentabilidade, tentou-se aproveitar, na medida do possível, a utilização da luz natural para iluminar os ambientes internos. A funcionalidade e a acessibilidade também foram objeto de preocupação, tendo em vista os portadores de necessidades especiais. Na íntegra, o documento traz consigo os projetos arquitetônico, elétrico, hidráulico e estrutural.

Figura 09. Planta baixa do modelo sugerido à construção dos Polos UAB.



Fonte:

<[http://uab.capes.gov.br/atuab/file.php/5/PROJETO\\_ARQUITETONICO\\_PADRAO\\_-\\_POLOS\\_UAB\\_14102010\\_/Projeto\\_Arquitetonico\\_Padrao/Apresentacao/UAB\\_APRESENTACAO.pdf](http://uab.capes.gov.br/atuab/file.php/5/PROJETO_ARQUITETONICO_PADRAO_-_POLOS_UAB_14102010_/Projeto_Arquitetonico_Padrao/Apresentacao/UAB_APRESENTACAO.pdf)>. Acesso em 19 de Janeiro de 2012.

Salientamos novamente que o Sistema Universidade Aberta do Brasil tem como base de sustentação a associação de três elementos importantes: Ministério da Educação, Universidades Públicas de Ensino Superior e governos estaduais e ou municipais, sendo que a cada um foi atribuída uma responsabilidade no processo. De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 211, parágrafo 2, e também reforçado pelo artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional 9394 de 1996 está explícito que a prioridade dos municípios deve estar direcionada à educação infantil e ao ensino fundamental. Também está explícito que à União e aos Estados cabe a tarefa de apoiar os municípios na implementação das políticas de atendimento educacional incumbidas aos municípios, e que estes somente poderão atuar em outros níveis de ensino a partir do momento em que a sua área de competência estiver totalmente atendida.

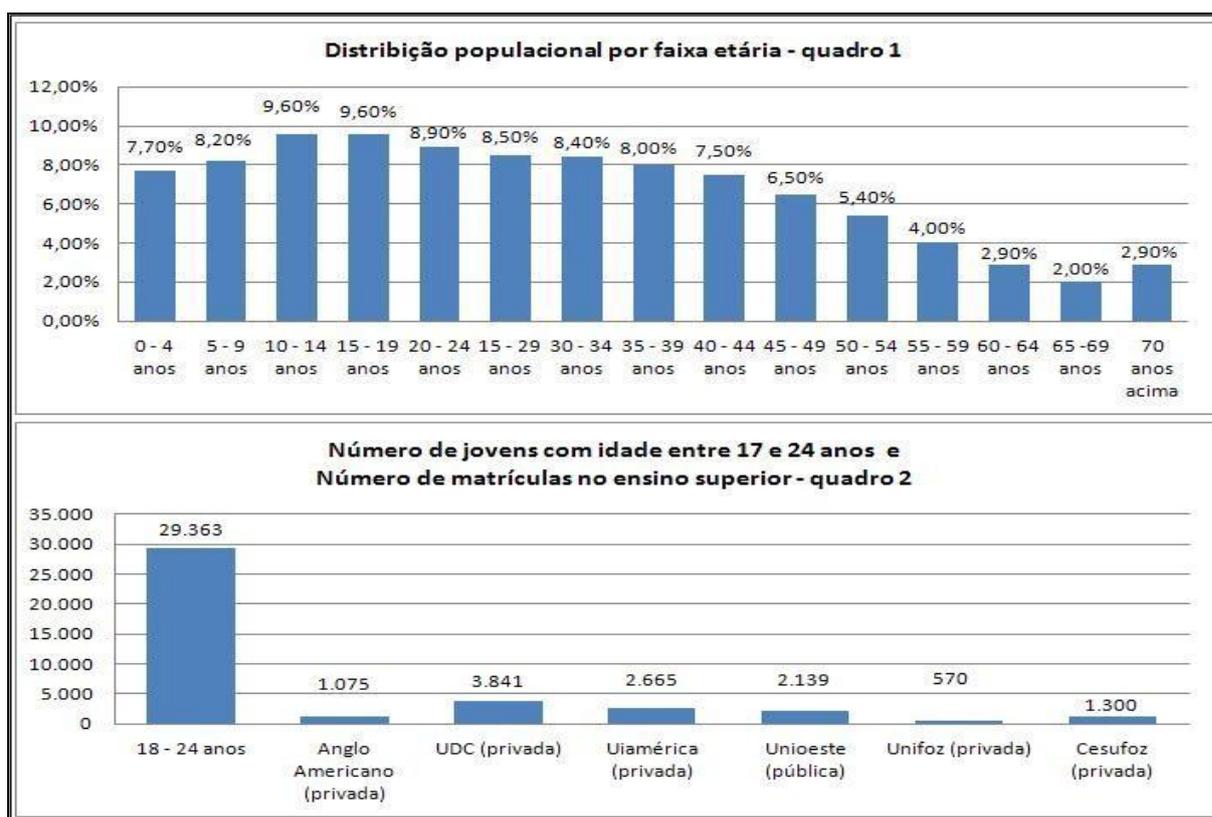
Se confrontarmos os direcionamentos encontrados nas duas legislações acima citadas, com a lógica de compartilhamento de responsabilidades disposta no Sistema Universidade Aberta do Brasil, a princípio parece indicar a existência de um conflito. O confronto não está no fato dos municípios investirem no ensino superior, aliás, investir neste nível de ensino é uma necessidade urgente. O problema está no fato da maioria dos municípios não conseguirem suprir todas as demandas com a educação infantil e ensino fundamental e ainda terem que destinar recursos financeiros para ajudar a manter a estrutura da Universidade Aberta do Brasil. Para Cruz (2007) os municípios apresentam realidades financeiras muito distintas uns dos outros e tendo em vista que nem todos têm condições de assumir os compromissos estabelecidos para o ingresso na UAB, esse sistema ao invés de propiciar uma oportunidade de democratização ao ensino superior pode configurar-se num processo excludente.

Se a intenção é somar esforços dos vários entes federados a fim de constituir um sistema de educação voltado ao ensino superior, a DED/CAPES deve estar atenta e solidária com os municípios carentes que não têm condições financeiras de arcar com os gastos e investimentos, no sentido de investir nessas localidades para justamente validar a prerrogativa anunciada como fundamento do sistema Universidade Aberta do Brasil que é democratizar, interiorizar e ampliar o acesso ao nível superior atuando prioritariamente na formação inicial e continuada de professores.

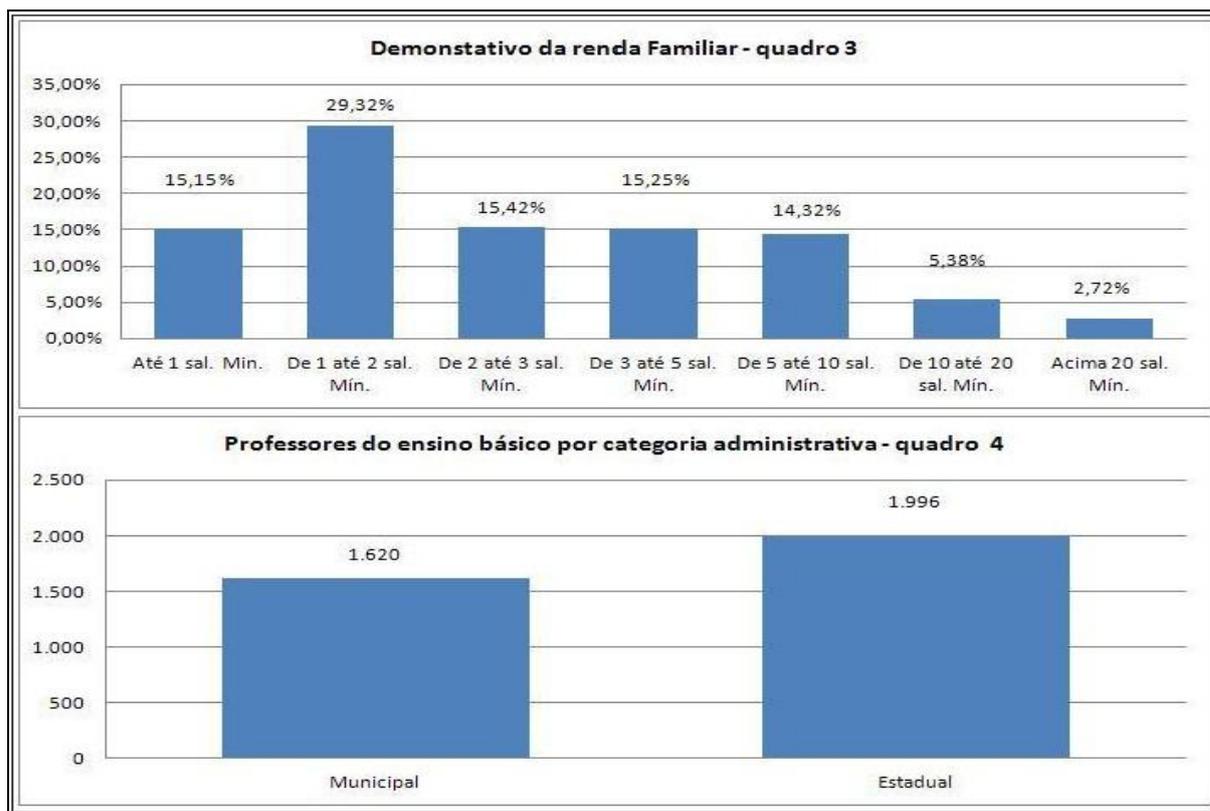
### 3.2 Polo de Apoio Presencial no Município de Foz do Iguaçu

O município de Foz do Iguaçu está localizado na região Oeste do Estado do Paraná e faz divisa com o Paraguai e Argentina. O local é conhecido mundialmente pelas Cataratas do Iguaçu, pelo Parque Nacional do Iguaçu, pelo encontro geográfico de três países e também por meio da Itaipu Binacional. De acordo com dados encontrados no site da prefeitura<sup>84</sup> a região tornou-se conhecida em 1542 pela equipe de colonizadores liderados por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e na sequência foi sendo habitada e explorada por outros colonizadores, sendo que somente no dia 10 de Junho de 1914 foi criado oficialmente o município de Foz do Iguaçu. A cidade apresenta clima subtropical úmido mesotérmico e está localizada a 192 metros acima do nível do mar. A partir da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu a cidade sofreu uma explosão populacional, passando de 34 mil em 1970 para 136 mil habitantes em 1980, um aumento de 300% em 10 anos.

Gráfico 03. Perfil socioeconômico da população de Foz do Iguaçu - 2011.



<sup>84</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal2/home/cronologia.asp>>. Acesso em 10 de Outubro de 2011.



Fonte: Dados retirados do site <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=116>>. Acesso em 10 de Outubro de 2011.

O município abriga 80 das 192 nacionalidades diferentes no mundo<sup>85</sup>, a base econômica da região trinacional sustenta-se no turismo e na prestação de serviços e de acordo com informações encontradas no site do município<sup>86</sup>, Foz do Iguaçu é o segundo destino mais visitado pelos turistas vindos do exterior, perdendo somente para o Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com os dados informados pela prefeitura de Foz do Iguaçu<sup>87</sup>, o município tem uma população de 256 mil habitantes, sendo 99% residentes em área urbana. A partir do quadro 1 é possível perceber que existe um relativo equilíbrio numérico entre as várias faixas etárias desde o nascimento até os 39 anos, com uma pequena acentuação entre as idades dos 10 aos 19 anos e um declínio a partir dos 40 anos; o quadro 2 possibilita confrontar o quantitativo de 29.363 jovens com idade entre 18 até 24 anos com o número de matriculados nas

<sup>85</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.iguassu.com.br/home/?pag=36&menu=2&sub=36>>. Acesso em 10 de Outubro de 2011

<sup>86</sup> Dados disponíveis em: <[http://www.pmfi.pr.gov.br/portal2/home\\_turismo/cidade.asp](http://www.pmfi.pr.gov.br/portal2/home_turismo/cidade.asp)>. Acesso em 10 de Outubro de 2011.

<sup>87</sup> Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=116>>. Acesso em 16 de Outubro de 2011.

várias instituições públicas e privadas de ensino superior revelando o preocupante problema da carência de vagas a esse nível de ensino; em relação à renda familiar, o quadro 3 informa que 60% ganham até 3 salários mínimos, mostrando o baixo poder aquisitivo familiar e conseqüentemente a limitação financeira para custear o ensino universitário aos seus filhos que não conseguem vagas na Universidade Pública; com relação ao número de professores vinculados ao ensino básico da rede pública de educação, o quadro 4 mostra o quantitativo de 3.586 docentes.

Confrontando os dados socioeconômicos do município relatados acima com os objetivos estabelecidos para pela DED/CAPES para o Sistema Universidade Aberta do Brasil é possível estabelecer que o Polo de Apoio Presencial contribui para a ampliação da oferta de vagas no ensino superior e especificamente para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica.

O Edital SEED/MEC 01/2005 realizou a chamada pública para que municípios manifestassem interesse em ingressar no Sistema Universidade Aberto do Brasil, sendo que a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu em parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu<sup>88</sup> resolveu aderir a esse projeto. A partir de então, e de acordo com as regras estabelecidas no Edital, foi construída a proposta de trabalho e encaminhada à SEED/MEC, tendo como proponente<sup>89</sup> o executivo municipal. Segundo informações dispostas em seu site<sup>90</sup> o Parque Tecnológico é um ambiente que busca apoiar e promover ações na área educacional, na pesquisa, na ciência e tecnologia, no turismo e no empreendedorismo. A partir de sua missão a Fundação Parque Tecnológico Itaipu aparece como parceiro importante para a prefeitura de Foz do Iguaçu, na qual cada um se compromete com uma parcela das responsabilidades. Ao Município cabe a tarefa de fornecer os recursos humanos, materiais de expediente, materiais didáticos, acervo bibliográfico, serviços de correio, telefone, materiais de consumo e custear as despesas com deslocamentos, viagens e treinamentos. Ao Parque Tecnológico Itaipu cabe fornecer a estrutura física e predial, acervo bibliográfico, limpeza, vigilância, serviços de internet, água, luz, mobiliários e equipamentos tecnológicos. Essa parceria entre a Fundação e a Prefeitura mostrou-se fundamental para o Polo do Sistema Universidade Aberta do Brasil, pois o custo financeiro para as instalações físicas, mobiliários, equipamentos,

---

<sup>88</sup> Convênio de cooperação assinado em 2007.

<sup>89</sup> Representante do poder executivo municipal e ou estadual que apresenta a proposta.

<sup>90</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.pti.org.br/>>. Acesso em 12 de Outubro de 2011.

vigilância, limpeza, materiais de expediente e consumo, manutenção e atualização tecnológica, entre outros, é de valor elevado, por isso a parceria entre as duas entidades é positiva na medida em que suaviza o custo financeiro investido na estruturação do Polo.

Figura 10. Vista aérea Parque Tecnológico Itaipu Universidade Aberta do Brasil



Fonte: Acervo fotográfico do setor de comunicação da Fundação PTI. Acesso em 17 Outubro de 2011.

O Parque Tecnológico Itaipu - PTI caracteriza-se juridicamente como uma Fundação criada em 2003, tendo como mantenedor a Itaipu Binacional e ocupando um espaço de aproximadamente 50 mil metros de área construída com: salas de aula, laboratórios, biblioteca, incubadora empresarial, espaço administrativo, auditórios, polo astronômico, espaço para eventos, área para prática de esportes, restaurante, correios, serviços bancários, entre outros. A construção é originária do antigo alojamento dos funcionários que trabalhavam na obra de construção da Itaipu Binacional que posteriormente foi reformada cedendo lugar a esse projeto denominado Parque Tecnológico Itaipu.

Além da Universidade Aberta do Brasil, também estão instalados no PTI parte dos cursos da Unioeste - campus Foz do Iguaçu: Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ciências da Computação e Matemática; a Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA, provisoriamente até que a construção do

campus seja concluída; empresas incubadas; pesquisadores; bolsistas de mestrado e doutorado; além de vários projetos, a exemplo, do Centro de Estudos Avançados em Segurança de Barragens - CEASB; Centro Internacional de Hidroinformática - CIH; Laboratório de Automação e Simulação de Sistemas Elétricos - LASSE; totalizando a circulação diária de aproximadamente três mil pessoas diariamente.

O Polo de Apoio Presencial Darcy Ribeiro está instalado num espaço de mil metros quadrados, contendo salas de aula, banheiros, laboratórios, secretaria acadêmica, sala de professores e coordenação. Com relação às salas de aula, são quatro ambientes com capacidade para 50 alunos, climatizadas, equipadas com aparelhos de videoconferência<sup>91</sup>, webconferência<sup>92</sup>, computador ligado a internet, rede wireless, sistema de som, projetor multimídia e isolamento acústico<sup>93</sup>. A quantidade de salas de aula é diretamente proporcional ao número de alunos e cursos atendidos.

Figura 11. Sala de aula do Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 17 de Outubro de 2011.

---

<sup>91</sup> Videoconferência é uma tecnologia de comunicação realizada entre dois ou mais pontos por meio de aparelhos específicos a esse fim, localizados em regiões distintas que permite as pessoas manter contato áudio visual em tempo real.

<sup>92</sup> Webconferência é uma tecnologia de comunicação realizada entre dois ou mais pontos utilizando computador com web cam e microfone, permitindo que pessoas distanciadas no espaço estabeleçam comunicação em tempo real.

<sup>93</sup> O isolamento acústico se faz necessário para preservar o silêncio necessário durante a aplicação de avaliações ou realização de momentos de interação síncrona por vídeo ou webconferência.

As salas de aula são utilizadas nos momentos presenciais, durante a realização de provas, que em quase todos os casos são aplicadas pelos tutores presentes no Polo, avaliações estas, elaboradas pelos professores responsáveis pelas disciplinas e enviadas ao Polo via correio que após aplicadas retornam ao professor para serem corrigidas; interações síncronas, que são formas de comunicação que ocorrem em tempo real, possibilitando que alunos e professores dialoguem sobre as atividades acadêmicas por meio de ferramenta tecnológica; grupos de estudos estimulados pelos tutores presenciais afim de fortalecer a construção do conhecimento, realização de trabalhos, exercícios e práticas de leitura; aulas presenciais com o professor da disciplina que se desloca ao Polo para conhecer os alunos pessoalmente, fortalecendo assim o vínculo pedagógico e afetivo; defesa de TCC<sup>94</sup> que ocorre sempre ao final do curso de pós-graduação a nível de especialização, realizadas mediante a presença da banca que avalia a pesquisa realizada pelo aluno, entre outros.

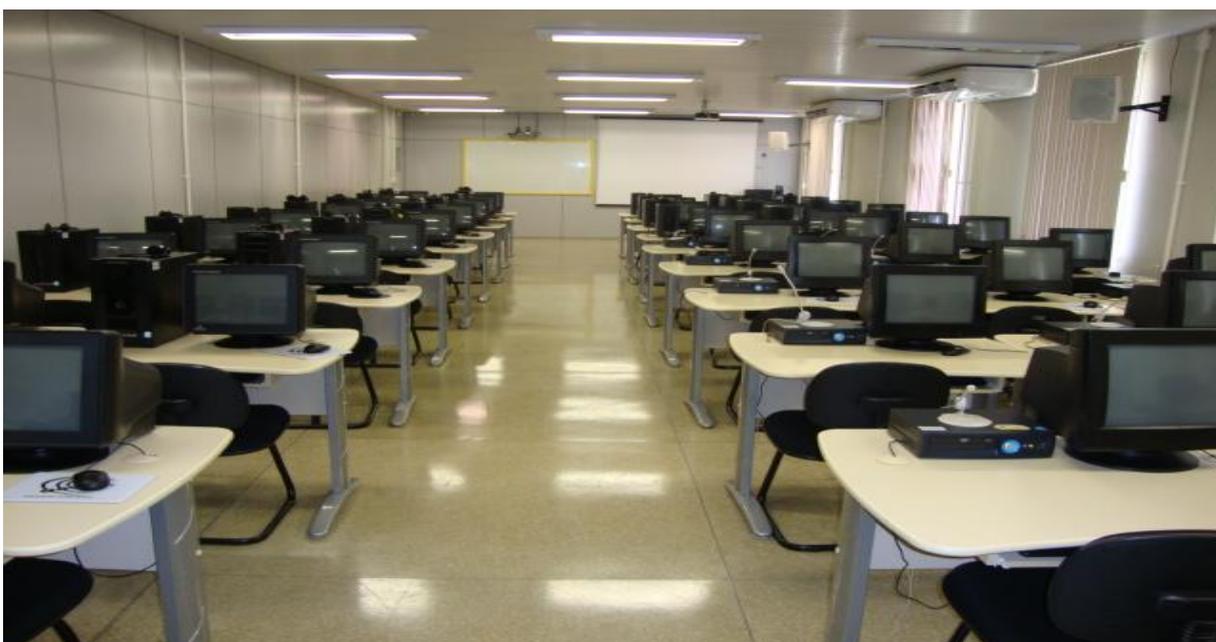
Na intenção de oferecer aos tutores, alunos e professores um espaço dinâmico para desenvolverem suas atividades acadêmicas, a solução foi configurar a sala de aula para que nela estivessem instalados vários recursos tecnológicos, sendo possível realizar desde atividades simples até uma videoconferência com conexão multiponto. Na montagem de uma sala de aula multifuncional, vários são os detalhes que precisam ser cuidadosamente planejados. A saber, o formato da sala, largura, profundidade, cor da pintura utilizada para as paredes, tipo de revestimento do piso, posicionamento das janelas, isolamento da claridade advinda do meio externo, mobiliários, iluminação interna, capacidade do link de internet, instalação do projetor multimídia, posicionamento do aparelho de videoconferência, configuração do sistema de som, climatização e tratamento acústico. Todos esses elementos são importantíssimos para a funcionalidade da sala de maneira a garantir um ambiente confortável, funcional e uma boa qualidade na imagem e no áudio processados pelo aparelho de videoconferência. A instalação destes vários equipamentos deve ser realizada de maneira definitiva, para que esteja sempre pronta ao uso, evitando atropelos de última hora e imprevistos. Destaca-se a importância de um projeto de iluminação que contemple as necessidades demandadas por exemplo, pelas lentes

---

<sup>94</sup> Trabalho de conclusão de curso. O TCC é uma atividade de pesquisa que o aluno de pós-graduação desenvolve e ao final apresenta para uma banca formada por professores do referido curso.

do aparelho de videoconferência, pois a ausência desse planejamento ocasiona a transmissão de uma imagem escurecida dificultando a visualização do rosto do aluno por parte do professor que se encontra do outro lado da conexão. Para auxiliar no projeto de construção de uma sala de aula acrescida das tecnologias de comunicação, aconselha-se a consultar algumas técnicas utilizadas nos estúdios de TV.

Figura 12. Laboratório de Informática do Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 17 de outubro de 2011.

O laboratório de informática é outro ambiente importantíssimo que deve estar a disposição de todos os alunos para que realizem suas pesquisas e atividades. Assim como para as salas de aula, a construção desse ambiente também deve ser diretamente proporcional ao número de alunos atendidos no Polo.

Buscando também configurar este espaço visando sua utilização em situações diversas e tornando-o multifuncional, este laboratório está equipado com 50 computadores ligados a internet, rede wireless, climatização silenciosa, tratamento acústico nas paredes e no teto, isolamento da claridade externa, iluminação interna calculada de acordo com a quantidade de lumens necessários ao

ambiente<sup>95</sup>, sistema de videoconferência, webconferência, projetor multimídia, sistema de som com microfone sem fio.

A partir dessa configuração o professor pode, por exemplo, dar uma aula prática para a disciplina de informática via videoconferência. Todos os cuidados citados no planejamento para o ambiente da sala de aula também são válidos para este espaço. Entretanto, dois pontos merecem ser destacados, que é a capacidade do link de internet e a manutenção constante dos computadores. Um link de internet de baixa capacidade inviabiliza a utilização simultânea das 50 máquinas, tornando a navegação na rede de internet cansativa, desmotivante e improdutivo. Computadores com sistema operacional danificado, desatualizados, mouse, teclados e monitores com mau funcionamento também provocam no aluno o sentimento de desânimo.

Figura 13. Laboratório de idiomas do Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 18 de Outubro de 2011.

O laboratório de idiomas é um espaço constituído a partir da necessidade do curso de Letras Espanhol. Nele são realizadas atividades dirigidas para pesquisa, estudos linguísticos e procedimentos avaliativos, proporcionando aos alunos, professores e tutores um espaço pedagógico para o desenvolvimento das

---

<sup>95</sup> Disponível em:

<<http://www.catep.com.br/dicas/ILUMINANCIA%20E%20CALCULO%20LUMINOTECNICO.htm>>. Acesso em 24 Outubro de 2011.

habilidades linguísticas da língua espanhola. Por exemplo, através do software skype, os alunos realizam atividades de conversação a fim de desenvolverem a oralidade e a compreensão.

O ambiente está equipado com computadores conectados a internet, projetor multimídia, webconferência, sistema de som e softwares utilizados na realização das atividades. As práticas de laboratório ocorrem de acordo com o cronograma de cada disciplina. No caso do Polo de Foz do Iguaçu, este ambiente atende à Licenciatura em Letras Espanhol, com a realização de atividades que objetivam o desenvolvimento das habilidades linguísticas necessárias ao curso.

Figura 14. Sala de tutores do Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 18 de outubro de 2011.

A sala de tutoria, por sua vez, foi planejada para ser um ambiente que possibilita aos tutores o cumprimento dos horários presenciais no Polo. O inciso V do artigo 9 da Resolução 26 FNDE de 2009 esclarece que o tutor é o profissional selecionado pelas Universidades, com formação superior e experiência no magistério. A seleção é iniciada a partir da publicação de um edital tornando o processo seletivo disponível a todos os interessados que se enquadram nos requisitos exigidos. Preferencialmente os tutores selecionados devem possuir

formação na área a qual estarão atuando, sendo que a contratação terá validade durante a duração do curso ou podendo ser rescindido a qualquer momento, com carga de trabalho é de 20 horas semanais, sendo a remuneração no valor de R\$ 765,00 mensais pelo sistema geral de bolsas da CAPES, sendo válido acrescentar que até Abril de 2011 as bolsas foram pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. A realização da carga horária varia de acordo com a necessidade de cada curso, sendo o atendimento realizado presencialmente no Polo e também em casa via email, moodle e outras ferramentas de comunicação. De acordo com a quinta reunião anual de coordenadores UAB ocorrida no final de 2011, a questão da tutoria foi um dos assuntos discutidos, pois há uma grande preocupação quanto a função realizada pelo tutor no sistema UAB. Dois pontos estão em evidência: relação entre tutores/número de alunos e modelo de contratação. De acordo com o Ofício Circular DED/CAPES 20/2011, recomenda-se uma bolsa a cada 15 horas/aula para grupo de cinquenta alunos e uma bolsa a cada 30 horas/aula para grupo de 25 alunos. Essa indicação visa corrigir possíveis desigualdades encontradas na contratação de tutores em diferentes Universidades. Outra recomendação a ser observada na seleção dos tutores estabelece que o profissional possua formação correlata à área do curso em que irá atuar e também que esteja vinculado a um programa de pós-graduação *stricto sensu* ou tenha vínculo com o serviço público. A justificativa para essa determinação está embasada na preocupação de se evitar problemas judiciais com relação a direitos trabalhistas.

De acordo com anexo I da Resolução 26 FNDE de 2009, o tutor deve auxiliar o professor da disciplina no que for necessário, colaborar na aplicação das avaliações, coordenar as videoconferências, manter a coordenação do curso sempre informada sobre o andamento das atividades discentes, acompanhar por meio do ambiente virtual de aprendizagem a produção acadêmica dos alunos sob sua responsabilidade e na medida em que se fizer necessário deve entrar em contato com o aluno para saber o motivo do seu distanciamento, oferecendo ajuda no que for possível e necessário. Outra linha de trabalho do tutor está relacionada aos momentos de estudos e leituras direcionadas a aprofundar o conhecimento sobre a modalidade de Educação a Distância, sobre os conteúdos relacionados as disciplinas em andamento e também para os momentos destinados à reflexão e planejamento sobre as ações referentes ao curso que está vinculado. Os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007) qualifica o

tutor como um sujeito que deve participar ativamente no processo pedagógico, por ser um profissional importante no processo educacional.

Figura 15. Sala coordenação do Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 18 de Outubro de 2011.

A coordenação é um espaço destinado às ações vinculadas à gestão do Polo de Apoio Presencial. Um ambiente simples, composto por armários, mesa, mural, telefone e computador ligado a internet.

O Inciso VI do artigo 9 da Resolução FNDE de 26 de 2009 estabelece que o coordenador do Polo deve ser professor da rede pública de ensino, graduado e com três anos de experiência no magistério. A carga horária indicada pelo Sistema UAB é de 40 horas semanais, sendo a bolsa recebida ao final do mês no valor de 1.100 reais. De acordo com o anexo 1 da Resolução citada as atribuições do coordenador estão relacionadas ao acompanhamento das atividades docentes, discentes e administrativas; na articulação junto ao proponente, com a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, manutenção e modernização da estrutura física e tecnológica; do planejamento e logística de ocupação dos espaços do Polo para que os vários cursos ofertados possam desenvolver suas atividades; na colaboração durante a construção do orçamento anual destinado a suprir os

gastos realizados no Polo e também no planejamento dos cursos a serem ofertados para a comunidade, mediante pesquisas de demanda realizadas junto a Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Estadual de Educação. Para os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007) o Coordenador do Polo destaca-se como um agente fundamental no sentido de garantir o funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos realizados no Polo de Apoio Presencial.

Figura 16. Secretaria acadêmica do Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 19 de outubro de 2011.

A secretaria apresenta-se como um importante recurso a serviço dos procedimentos administrativos do Polo e ao aluno, caracterizando-se como uma extensão da secretaria acadêmica da universidade na qual seu curso está vinculado. Por meio desse departamento o aluno pode requerer através de formulário específico, validação de disciplinas cursadas em outro curso superior, segunda chamada, protocolar atestado médico, enviar e receber documentos emitidos pela Universidade, entre outros.

Com relação aos trâmites administrativos do Polo a Secretaria também se apresenta como um importante setor para os serviços relacionados ao correio,

impressão de provas, confecção das listas de presença, controle de materiais didáticos entregues aos alunos, atualização das informações expostas no mural, arquivamento de documentos, atualização do site, atendimento ao telefone, controle do material de expediente e de consumo, controle do livro ponto dos profissionais que atuam no Polo, agendamento das visitas dos professores ao Polo, controle da agenda de ocupação dos espaços do Polo, entre outros. Destaca-se o controle digital e físico dos dados e documentos referentes aos cursos desde o seu início até a sua conclusão. Fisicamente todos os documentos relativos a cada curso são arquivados em armários e pastas separadas por assunto, curso, turma e Universidade. Digitalmente todas as informações são guardadas por meio de uma estrutura montada num servidor de dados, sendo que ao final de cada curso é possível visualizar um histórico completo e detalhado de todo trajeto percorrido em cada turma, possibilitando tomar conhecimento de como foi o processo de seleção, matrícula, desistentes, reprovados, transferidos, pendentes, trancados e concluintes. As atividades são realizadas por dois profissionais que de segunda a sábado dividem entre si as tarefas e o atendimento ao público.

Figura 17. Biblioteca utilizada pelo Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 20 de outubro de 2011.

A biblioteca constitui-se num importante espaço destinado a contribuir na formação acadêmica dos alunos. É um ambiente que deve estar inserido no contexto do Polo de Apoio Presencial como um recurso pedagógico necessário na construção do conhecimento. O embasamento teórico é fonte riquíssima e necessária para o processo de ensino e aprendizagem possibilitando o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, por isso a biblioteca deve estar equipada com todos os recursos necessários à exploração e investigação teórica, documental e bibliográfica.

Sempre que um novo curso é iniciado, há um esforço por parte da coordenação do Polo por meio do mantenedor, para que investimentos sejam efetuados na aquisição da bibliografia básica. Além do material que está a disposição para consulta na biblioteca, os alunos têm a disposição os textos e artigos digitalizados no sistema moodle além dos livros didáticos de uso pessoal. De maneira geral os alunos das graduações recebem gratuitamente livros para cada disciplina, custeados pelo Ministério da Educação. Para os alunos de pós-graduação esse recurso pedagógico somente é disponibilizado em alguns casos, a exemplo para as especializações do Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP.

De acordo com os registros de empréstimos controlados pelo sistema digital de gerenciamento do acervo bibliográfico, a frequência dos alunos é de maneira moderada e ocorre sempre que há necessidade de pesquisa complementar aos textos fornecidos pelo professor da disciplina.

A biblioteca utilizada pelo Polo de Apoio Presencial é de uso compartilhado a todos os habitantes<sup>96</sup> do Parque Tecnológico Itaipu, reunindo num só lugar o acervo bibliográfico da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA, Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI e Universidade Aberta do Brasil - UAB. Ao todo são mais de trinta e sete mil exemplares que estão a disposição dos alunos, somente o Polo da UAB tem em seu acervo quase três mil e quatrocentos volumes. O compartilhamento dos livros é um fator positivo, pois um aluno vinculado a uma Instituição pode utilizar o livro de outra e vice-versa. Além do acervo bibliográfico impresso, os alunos também

---

<sup>96</sup> Termo utilizado pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu para se referir às pessoas que transitam diariamente naquele local.

têm acesso a rede wireless e computadores instalados de uso coletivo para serem utilizados nas pesquisas por meio da rede mundial de internet e na biblioteca digital.

Nominada de Biblioteca Paulo Freire, está instalada numa área de aproximadamente 700 metros quadrados, sendo 300 metros quadrados destinados ao acervo bibliográfico, 300 metros quadrados para salas de estudo, pesquisa e leitura, 30 metros quadrados destinados à equipe administrativa da biblioteca e 70 metros destinados à recepção dos alunos e guarda volumes.

Todo o acervo está organizado de acordo com as normas vigentes para catalogação bibliotecária<sup>97</sup> e o controle de empréstimo e devolução é feito via sistema Gnuteca 3.2, software desenvolvido pela empresa Solis<sup>98</sup>, possibilitando o gerenciamento dos processos de trabalho administrativo de uma biblioteca.

Figura 18. Auditório utilizado pelo Polo UAB de Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo fotográfico do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR. Acesso em 20 de outubro de 2011.

<sup>97</sup> Disponível em: <<http://www.aacr2.org/>>. Acesso em 24 Outubro 2011.

<sup>98</sup> Maiores informações disponíveis em: <[solis.coop.br/gnuteca](http://solis.coop.br/gnuteca)>. Acesso em 24 de Outubro de 2011.

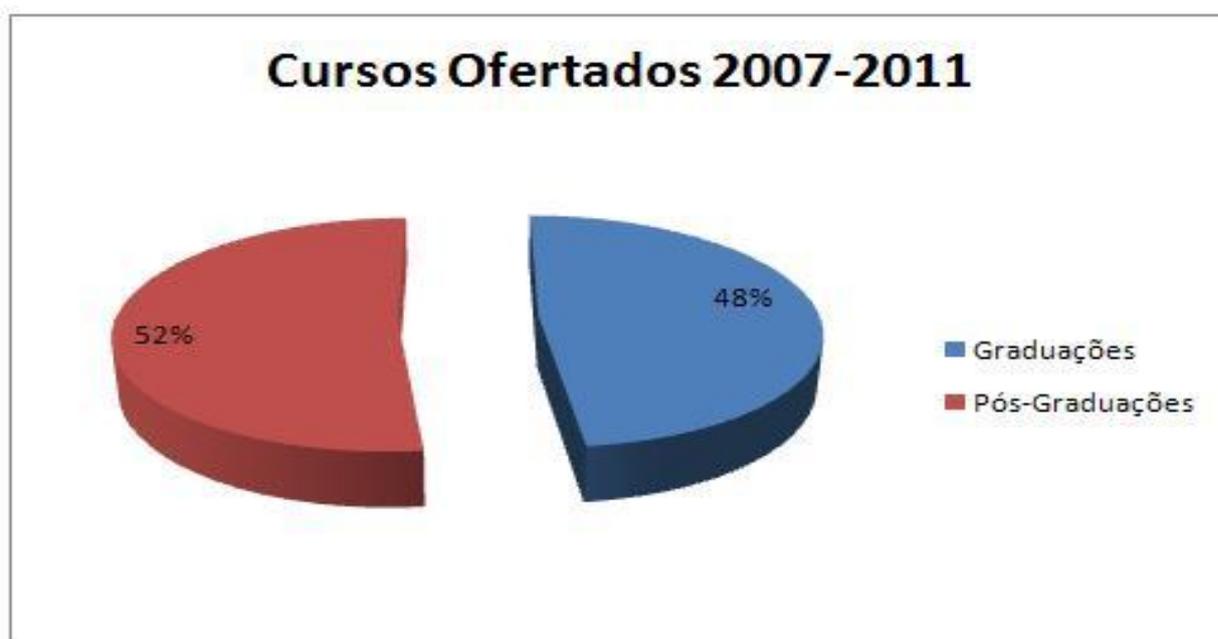
O auditório é outro espaço de uso compartilhado a todos os habitantes do Parque Tecnológico de Itaipu. Sua utilização é possível por sistema de agendamento. Por ser uma estrutura de alto valor para ser construída e de utilização pontual, ambientes compartilhados é uma opção racional, funcional e econômica, tendo em vista sua disponibilidade a todos os que necessitam utilizá-la.

O auditório Cesar Lattes está instalado numa área de 300 metros quadrados com capacidade para 220 pessoas sentadas, elevador de acesso ao palco para cadeirantes, cadeiras estofadas, sistema de som, projeto multimídia, climatização, wi-fi e todo suporte tecnológico para filmagem e transmissão de videoconferência e ou webconferência. Sua importância para o Polo UAB se manifesta durante sua utilização em eventos acadêmicos, seminários e nas cerimônias de colação de grau das graduações.

Os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos neste Polo estão diretamente ligados as áreas de formação de administradores e professores, ministrados por seis Universidades e um Instituto Federal. No primeiro ano de atividade, em 2007, foram 5 cursos: a Universidade Federal de Santa Catarina com uma Licenciatura em Letras Espanhol; o Instituto Federal de Santa Catarina com um Tecnólogo Superior em Gestão Pública; a Universidade Federal do Paraná com uma pós-graduação em Saúde para professores e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná com duas pós-graduações: Gestão Ambiental em Municípios e Métodos e Técnicas de Ensino, totalizando 333 vagas oferecidas. Em 2008, o Instituto Federal de Santa Catarina e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná reofertaram o curso de Tecnólogo em Gestão Pública e as pós-graduações em Gestão Ambiental e Métodos e Técnicas de Ensino, totalizando mais 250 vagas. Em 2009, a Universidade Federal de Santa Catarina trouxe um novo curso de pós-graduação para o Ensino de Matemática, a Universidade Federal de Santa Maria passou a ser a quinta Instituição vinculada ao Polo de Foz do Iguaçu oferecendo uma Licenciatura em Sociologia, a Universidade Federal do Paraná trouxe uma nova pós-graduação em Educação para o Campo e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná reofertou as pós-graduações em Gestão Ambiental, Métodos e Técnicas de Ensino e inseriu uma nova pós-graduação para o Ensino de Ciências, somando mais 290 vagas. Em 2010, a Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto Federal de Santa Catarina reofertaram a Licenciatura de Letras Espanhol e o Tecnólogo em Gestão Pública, a Universidade Federal de Santa Maria iniciou uma

nova Licenciatura em Educação Especial, a Universidade Federal do Paraná passou a ofertar um Bacharelado em Administração Pública e três pós-graduações: Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde e por fim a Universidade Tecnológica Federal do Paraná também reofertou as três pós-graduações: Gestão Ambiental, Ensino de Ciências e Métodos e Técnicas de Ensino, encerrando o ano com mais 440 vagas. Em 2011 o Instituto Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná realizaram a reoferta dos cursos de Tecnólogo em Gestão Pública, pós-graduação em Saúde para professores, Gestão Ambiental, Ensino de Ciências e Métodos e Técnicas de Ensino. Também temos a inserção de mais duas Instituições: a Universidade Federal de Itajubá oferecendo uma pós-graduação em Design Instrucional e a Universidade Estadual de Maringá com uma Licenciatura em Pedagogia, encerrando o ano com a oferta de mais 867 vagas. Em síntese foram ofertadas desde 2007 até 2011 o quantitativo de 2180 vagas, sendo 1037 para os cursos de graduação e 1143 para as pós-graduações.

Gráfico 04. Síntese cursos ofertados no Polo de Foz do Iguaçu de 2007 - 2011.



Fonte: Arquivos do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR.

É possível perceber que há um equilíbrio na oferta dos cursos de graduação e pós-graduação. O tempo de duração de um curso de pós-graduação é menor, por isso a quantidade numérica de ofertas e reofertas são maiores. No caso das

graduações o curso de maior impacto do ponto de vista quantitativo é a Licenciatura em Pedagogia, pois são aproximadamente 537 vagas numa única turma iniciada no segundo semestre de 2011 e com término previsto para o final de 2012. Essa grande demanda está ligada a uma situação conhecida como “caso Vizivali”, que afetou aproximadamente 35 mil pessoas no Estado do Paraná que cursaram o Normal Superior oferecido pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizivali em 2003, e que ao final do referido curso, por uma série de irregularidades, não conseguiram receber seus diplomas. Após vários anos de indefinições, a solução encontrada foi oferecer uma complementação de mil trezentos e vinte seis horas para aproximadamente 14 mil professores, ofertada por meio das Universidades Estaduais: Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Estadual do Centro-Oeste, no sistema Universidade Aberta do Brasil.

Gráfico 05. Distribuição dos cursos ofertados no Polo de Foz do Iguaçu, por área de formação de 2007 - 2011.



Fonte: Arquivos do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR.

A partir do gráfico acima é possível constatar que quase dois terços de todos os cursos oferecidos em nível de graduação e pós-graduação estão direcionados à formação pedagógica dos professores da educação básica. Essa característica está de acordo com a orientação estabelecida pelo Decreto Federal 5800 de 2006 que é

de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores com prioridade para a formação inicial e continuada dos professores.

Em pesquisa pública realizada pelo Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu em 2010 via formulário eletrônico disponibilizado em seu site<sup>99</sup>, foi possível perceber o interesse da comunidade para os cursos de graduação na seguinte ordem: 19% Pedagogia, 9,8% Filosofia, 6,9 % História, 8% Artes, 7,6% Administração, 6,1% Matemática, 5% Letras, 3,5% Geografia, 3,4% Sociologia e 3,2% Física, sendo que esses dados são levados em consideração no planejamento dos cursos a serem ofertados neste município.

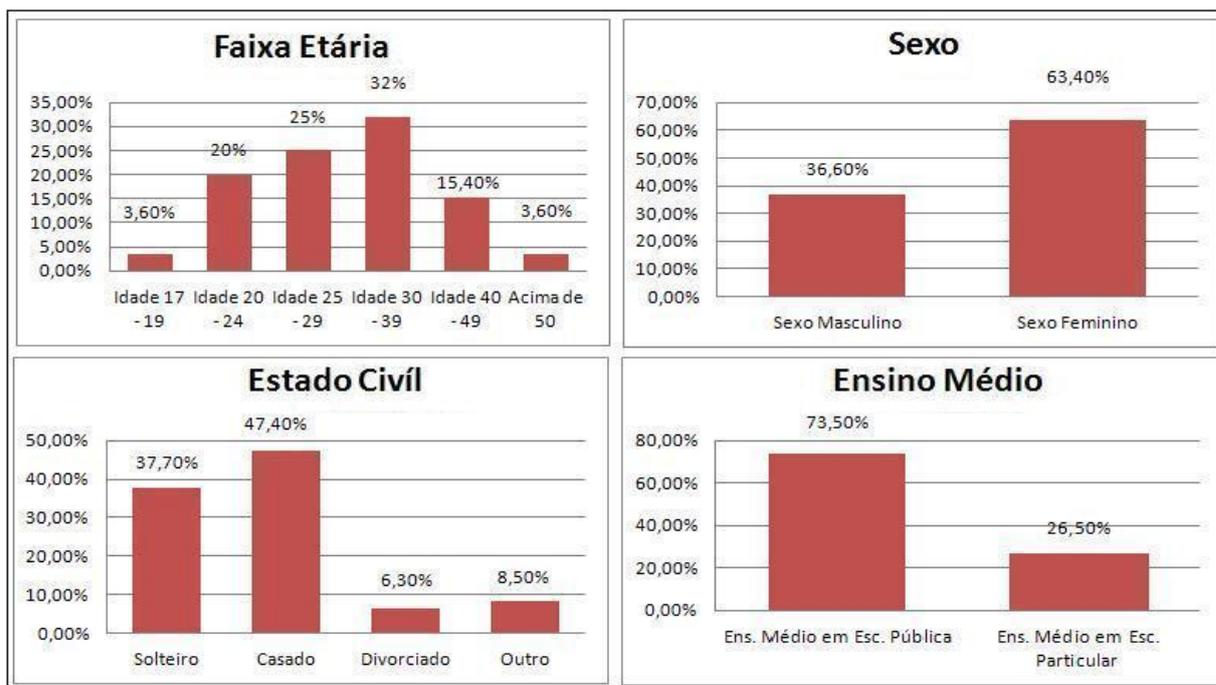
O processo de seleção dos alunos é de responsabilidade de cada Universidade, sendo o vestibular o método utilizado em todos os cursos de graduação oferecidos neste Polo, com exceção da Pedagogia ofertada pela Universidade Estadual de Maringá (caso Vizivali), por se tratar de um caso singular e para as pós-graduações a seleção é realizada através da análise curricular. As provas do vestibular são aplicadas no próprio município, dispensando o candidato de locomover-se para a cidade sede da Universidade. Em alguns casos a Universidade realiza um vestibular específico para os cursos oferecidos na modalidade EaD e em outros as provas são realizadas juntamente com os oferecidos na modalidade presencial. Durante os cinco anos de atividades no Polo, nenhuma Universidade presente no Polo utilizou o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como forma de ingresso. A divulgação do vestibular é realizada no município por meio do rádio, mídia eletrônica, televisão e jornal impresso, resultando numa considerável procura por parte dos interessados. Geralmente a relação entre a oferta e a procura é de seis candidatos por vaga. Cita-se como exemplo o vestibular realizado em 2011 para o curso superior em Gestão Pública, na qual aproximadamente 310 candidatos disputaram as 50 vagas oferecidas.

No início de cada curso o Polo realiza a coleta de dados com todos os alunos buscando conhecer as características de cada turma e conseqüentemente o perfil discente atendido no Polo. Com base nas informações coletadas no banco de dados do Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu, tendo como referência o período de 2007 a 2011, foi possível mensurar as seguintes informações:

---

<sup>99</sup> Disponível em: <[www.uab.pti.org.br](http://www.uab.pti.org.br)>

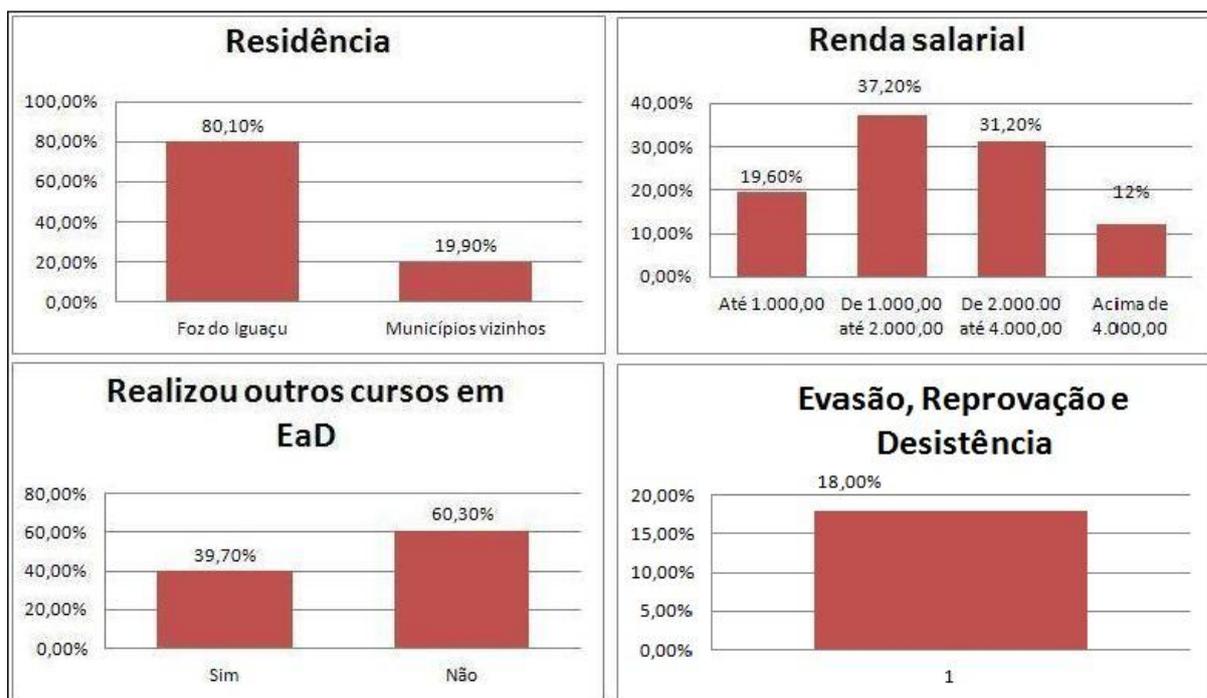
Gráfico 06. Perfil dos alunos vinculados ao Polo UAB Foz do Iguaçu de 2007 - 2011.



Fonte: Arquivos do Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR.

A partir da análise dos gráficos acima representados é possível concluir que os alunos vinculados ao Polo no município de Foz do Iguaçu constituem-se num público essencialmente adulto e em fase economicamente ativa, pois 51% têm mais de 30 anos de idade, 47,5% são casados e predominância feminina. A dificuldade destes em realizarem cursos com frequência regular, explica em partes esse perfil, pois não é tarefa fácil conciliar as atividades que envolvem o trabalho, a família, os filhos, a vida pessoal e a vida acadêmica. Para os que estão buscando o curso superior pela primeira vez, a justificativa apresentada está na necessidade da formação, frente às exigências do mercado de trabalho. Já aos que procuram a pós-graduação ou a segunda formação em nível superior, entendem que a continuidade no processo formativo é imprescindível num mundo em que o conhecimento sofre atualização rápida. É comum, os alunos da faixa etária acima dos 30 anos e que por sua vez estão muito tempo fora do contexto escolar, relatarem dificuldades na aprendizagem devido ao acúmulo de atividades profissionais, pessoais e familiares, além da ausência de hábitos de leitura e estudos. Nos cursos relacionados a área da administração a maioria dos alunos é do sexo masculino, entretanto, nos cursos direcionados para a formação pedagógica o fato se inverte pois a maioria dos professores do ensino básico é formada por profissionais do sexo feminino.

Gráfico 07. Perfil dos alunos vinculados ao Polo UAB Foz do Iguaçu de 2007 - 2011.



Fonte: Arquivos Polo UAB de Foz do Iguaçu - PR.

Com relação aos dados socioeconômicos 56,8% possuem a renda salarial de até dois mil reais, revelando o atendimento a um público de baixa renda que provavelmente teriam sérias dificuldades se tivessem que pagar pelo ensino na rede privada. O fato de a maioria residir no município é justificado em parte pela necessidade do aluno frequentar o Polo para fins de grupos de estudos, videoconferência, encontros presenciais com o professor da disciplina e avaliações. Nas graduações os encontros presenciais são mais frequentes, fato que demanda uma aproximação geográfica do aluno como o Polo, mas no caso das pós-graduações o fato se inverte, pois o calendário prevê encontros presenciais mais distanciados, facilitando os que residem em municípios mais afastados.

Com base nos dados apresentados na tabela anterior, o número de desligamentos de alunos por evasão, reprovação e desistência é no total geral de 18% e de acordo com os registros do Polo as principais causas gerais são: a não adaptação à metodologia utilizada pela Educação a Distância, haja vista que 60,3% nunca realizaram curso nessa modalidade, acúmulo de atividades profissionais, pessoais, problemas familiares e problemas de saúde. Com relação às graduações, a evasão indica o quantitativo total de 16,5%, havendo expressivo distanciamento

entre o maior e o menor índice, 68% e 8%, respectivamente. Nas pós-graduações os números mostram o percentual total de 20%, com variação de 8% até 50%.

As causas de âmbito geral já foram expostas no parágrafo anterior, entretanto percebem-se substanciais diferenças numéricas entre graduações e também nas especializações. Um estudo aprofundado e direcionado se faz necessário para que seja investigado de maneira mais específica os principais fatores ligados ao número de evadidos e reprovados.

O primeiro desafio do Polo de Foz do Iguaçu e que também é comum aos outros Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil está relacionado à institucionalização dos procedimentos administrativos e pedagógicos realizados diariamente. De acordo com o artigo 2 do Decreto 5622/2005, o Polo é o braço operacional à serviço da Universidade. Se do ponto de vista anatômico o braço é a extensão do corpo, então o Polo pode ser entendido como a extensão da Universidade. Essa caracterização relega ao Polo o compromisso de atuar também em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas Instituições de ensino superior.

Contemplar os direcionamentos da DED/CAPEES, e das várias Universidades requer um plano de gestão que planeje e avalie constantemente todas as ações realizadas diariamente, garantindo a formalização de um padrão de atendimento a ser seguido pela secretaria, biblioteca, coordenação, tutores, limpeza, manutenção, laboratoristas e outros. Tomando como exemplo a secretaria do Polo, esta deve estar entrosada com a secretaria acadêmica da Instituição para poder atender e informar aos alunos sobre requerimentos, calendários, prazos, declarações, etc. Um plano de gestão é um documento de caráter administrativo que por sua vez deve contemplar e direcionar as ações e atividades desenvolvidas no polo. A construção do documento deve ser provocada pela coordenação do Polo e pelo seu caráter colaborativo, se faz necessário a participação de todos os profissionais inseridos no contexto de trabalho, devendo ser reavaliado sempre que houver necessidade.

O segundo desafio está relacionado à construção da identidade do Polo frente aos alunos e a comunidade como um espaço acadêmico que desperte e promova o interesse à pesquisa, ao estudo e a leitura. Essa intenção somente será conquistada se houver planejamento, procedimentos auto-avaliativos e postura pedagógica madura e coerente de todas as pessoas inseridas no contexto do Polo. Tomando como exemplo os tutores, é preciso que estes planejem suas atividades

presenciais, estejam comprometidos com o curso ao qual estão vinculados, tenham hábitos de estudos, leitura e pesquisa. A competência pedagógica no Polo está diretamente ligada a qualificação do trabalho desenvolvido e para que se alcance tal objetivo, investimentos na formação dos profissionais se fazem necessários. Nesse sentido, geralmente cada Universidade desenvolve um cronograma de formação anual na qual os integrantes do sistema UAB participam via grupos de estudos, encontros presenciais, leituras e seminários com temáticas específicas.

O terceiro desafio está relacionado com a sustentabilidade financeira, pois esse é um problema que põe em risco a qualidade dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância. É uma situação séria e preocupante, pois afeta a maioria dos Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil, sendo comum os relatos que denunciam a falta de material de expediente, link de internet insuficiente ou inativo, falta de recursos humanos, entre outros. Em alguns casos os coordenadores de Polo revelam que o proponente demonstra claramente o desinteresse pelo projeto, em outros casos a limitação financeira é o grande fator que dificulta a ação do proponente. No caso do Município de Foz do Iguaçu, em virtude da ação da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, os recursos financeiros não se configuram como “problema” ao Polo, pois desde o início a Fundação demonstrou grande interesse e disposição para equipar, estruturar, planejar e financiar as despesas relativas aos gastos com material de expediente, de consumo, participação em semanas acadêmicas, congressos e seminários. Reitera-se que parcerias dessa natureza configuram-se como ação válida para o sistema UAB, entretanto revela uma face preocupante em primeiro lugar por indicar que o custo com a implantação, estruturação e manutenção é de valor elevado, fato que pode se apresentar como dificuldade para alguns municípios tendo em vista a carga de responsabilidades direcionadas à saúde, habitação, saneamento, segurança, educação infantil, ensino fundamental, entre outros, e em segundo lugar por não haver tantas Fundações disponíveis e interessadas em apoiar o projeto. Parcerias colaborativas sempre são válidas, mas é preciso que a DED/CAPES esteja sensível ao fato de muitos municípios apresentarem insuficiência orçamentária até para cumprirem com suas obrigações fundamentais com saúde, educação, moradia, segurança, assistência social, folha de pagamento com funcionalismo público, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação é um direito que assiste a toda pessoa, uma riqueza social que faz parte da história da humanidade e garantida pela Constituição Federal. O ato educativo é necessário para a formação do sujeito, fato observado desde as civilizações antigas.

No século XXI a Educação escolar tem como principal missão formar o indivíduo nos aspectos afetivos, físicos, cognitivos e profissionais para que ele esteja preparado a enfrentar os desafios que a vida apresenta, sendo sujeito consciente de sua própria história, por isso, almeja-se um sistema educativo estruturado, planejado, consistente e livre das intenções e interferências de grupos dominantes que detêm o poder econômico e político.

Nesse contexto, a Educação a Distância é uma modalidade que somada a modalidade presencial, tem potencial para colaborar nessa tarefa e encontra espaço para atuar a partir do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, desde as mais antigas até as mais recentes.

Ao se projetar um sistema educativo comprometido com as necessidades da comunidade é preciso estar atento ao contexto político, pois são pensadas, planejadas e executadas por pessoas que não são neutras e de uma maneira ou de outra defendem posicionamentos que podem ser pessoais ou representativos dos interesses de grupos específicos.

Realizar uma releitura dos aspectos históricos com ênfase na Educação a Distância, se mostrou necessário para perceber que a Educação sempre apresentou um quadro clínico instável e pouco saudável. Falta de recursos financeiros, estrutura insuficiente, carência na formação dos recursos humanos e exclusão são fatos que perseguem o sistema educativo desde o início da história desse país. Também foi possível perceber que a Educação sempre foi planejada a partir dos interesses da classe dominante e das necessidades do mercado de trabalho, pois desde a “[...] revolução Industrial, a educação era voltada para o trabalho. Homens e máquinas estavam diante de um novo paradigma de produção e o conhecimento do artesão já não atendia às necessidades desse novo modelo produtivo” (ALMEIDA, 2008, p.109).

Outro momento de grande aprendizagem e que auxiliou muito para que o objetivo desse trabalho fosse alcançado foi tomar ciência das principais

regulamentações direcionadas para a modalidade de Educação a Distância. Muito antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 validar essa modalidade, a EaD já vinha sendo utilizada há várias décadas como ferramenta de formação não formal, voltada para a profissionalização e alfabetização, por isso, conhecer as legislações em vigor se faz necessário para que saibamos os limites e os direcionamentos pela qual esta modalidade veio sendo submetida.

No Brasil, vários foram os projetos desenvolvidos a partir da metodologia de Educação a Distância ao longo dos anos. A ideia de uma Universidade a Distância não é nova e vem sendo discutida desde a década de 1970, entretanto, em 2005, começa a ganhar forma e corpo a partir do Fórum das Estatais pela Educação, ocorrido no ano anterior. O que chama a atenção é que este Fórum discutiu questões educacionais com instituições que não atuam no ramo. É evidente que as Estatais também podem colaborar, haja vista que o assunto é do interesse de todos, mas as Universidades, responsáveis diretos pelo tema, num primeiro momento, estavam com representação mínima. No contexto do ensino superior, a partir de 2007, a Universidade Aberta do Brasil destaca-se como um programa do Governo Federal ampliando a oferta de vagas e atuando preferencialmente na formação de professores para o ensino básico. Por isso o objetivo desse trabalho foi o de entender o sistema UAB a partir de um elemento local: o Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu.

A Universidade Aberta do Brasil é de certa forma um sistema complexo, pela variedade de atores que a executam e pela abrangência em nível nacional, haja vista a diversidade de cada região. Ao mesmo tempo em que se verifica um rol de atitudes e características que são comuns a todo sistema e que podem ser padronizados, existem procedimentos, tanto pedagógicos quanto administrativos, que devem ser analisados, avaliados e executados de maneira singular, respeitando as características e necessidades de cada localidade. Essa particularidade também pode ser considerada como uma riqueza do sistema.

Em 2012 são 94 Instituições públicas de ensino superior e 644 Polos de apoio presencial espalhados pelo país, sendo o Polo de Apoio Presencial em Foz do Iguaçu uma célula do sistema. Está localizado na região Oeste do Estado do Paraná e possui características singulares por receber apoio da Fundação Parque Tecnológico Itaipu via convênio estabelecido com o proponente municipal. Pode-se afirmar que é uma situação privilegiada, tendo em vista que a deficiência estrutural e

tecnológica é um dos grandes entraves presente na maioria dos Polos. O termo “privilégio” não deve ser interpretado como uma situação de “conforto e excedente”, mas sim no sentido de “necessário e suficiente”, contrastando a diferença entre um Polo que possui todas as ferramentas materiais necessárias para que as Universidades possam desenvolver as atividades pedagógicas, com aqueles que, em muitos casos, não possuem nem o mínimo necessário, como por exemplo, link de internet insuficiente e ou inexistente.

Localizado nas dependências do Parque Tecnológico, por meio do convênio, vários investimentos foram e continuam sendo realizados na infraestrutura predial, tecnológica e na subvenção nas despesas com material de expediente. Todo esse investimento representa para o município uma facilidade, pois a carência de recursos financeiros públicos, provavelmente, resultaria numa estrutura deficiente e semelhante a encontrada em vários Polos. A intenção não é a de desqualificar a prefeitura municipal pelo não cumprimento de suas obrigações, mas a de perceber que se os recursos destinados ainda são insuficientes para cumprir com todas as obrigações na educação infantil e no ensino fundamental, provavelmente a educação superior, por meio do Polo, também sofreria com a insuficiência de investimentos.

Reiterando o que já foi exposto no capítulo anterior, durante esse trabalho foi possível estabelecer três pontos que são cruciais para a institucionalização do Polo de Apoio Presencial e que por sua vez são comuns aos outros Polos do sistema: destinação, por meio de procedimentos oficiais, de verbas suficientes para as necessidades com manutenção, ampliação e atualização predial e tecnológica; amadurecimento de um plano de gestão capaz de gerir profissionalmente todos os aspectos administrativos e pedagógicos; e a consolidação frente à comunidade como um espaço acadêmico de excelência e de representatividade das Universidades inseridas. Esses pontos ainda são desafios que devem ser enfrentados a partir de um plano de ação promovido pela Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES.

Este trabalho não tem a intenção de tratar das questões pedagógicas, mas de acordo com os registros encontrados no Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu, foi possível perceber algumas informações que merecem ser destacadas. Verificou-se que grande parte dos alunos ingressavam nos cursos com a imagem de que a modalidade de Educação a Distância era uma metodologia que exigia pouco esforço

e dedicação. A ideia de que não era preciso frequentar o Polo e de que as horas de estudos semanais eram mínimas faziam parte do equivocado conceito destinado a EaD. Após o tempo necessário à adaptação, muitos respondiam às exigências do curso e outros acabavam por desistir. Também foi possível diagnosticar que projetos pedagógicos que privilegiavam em demasia a autonomia pedagógica do aluno não eram muito aceitos, pois os alunos manifestavam a necessidade de interagirem entre si e também com os professores, estabelecendo vínculo afetivo e social entre o grupo.

A ideia não é se aproximar do modelo presencial, mas sim, o de garantir interação frequente com o professor, pois caracteriza-se numa ação necessária no processo de construção do conhecimento e as tecnologias de comunicação, por sua vez, se constituem em ferramentas importantes para que ocorra esta aproximação entre os docentes e discentes. O contrário também foi percebido, pois cursos que promoviam muitos encontros presenciais para fins de grupos de estudos e ou videoconferências, provocaram descontentamentos devido a dificuldade de o aluno estar no Polo constantemente. Portanto, é possível concluir que o modelo pedagógico que mais atende as necessidades dos alunos é o que estabelece o equilíbrio entre não ser muito presencial e nem muito a distância. Para exemplificar o exposto, os registros encontrados no Polo de Apoio Presencial de Foz do Iguaçu, revelam que cursos que não contemplam em seu cronograma a visita de professores ao Polo, ausência do uso de tecnologias de comunicação por meio de videoconferência ou webconferência, não realização de grupos de estudos, apresentam evasão significativamente superior aos cursos que realizam encontros regulares com interação síncrona por meio da Videoconferência, incentivo a grupos de estudos adicionais, visita do professor da disciplina ao Polo, canal de ligação constante do aluno com o corpo docente via ambiente virtual de aprendizagem, e incentivo à participação em eventos acadêmicos.

Cada turma, curso e Instituição possuem características singulares, por isso não se pretende simplificar a análise e atribuir juízo de valor que desqualifique este ou aquele modelo pedagógico, todavia, nos modelos menos interativos a evasão apresentou índices altos e preocupantes o que, por sua vez, deve ser objeto de reflexão para a maturidade da metodologia utilizada pela Educação a Distância.

Para finalizar convém refletir um pouco sobre a popularização dos computadores e do acesso a rede de internet. Na primeira década deste século

(2001-2010) foi possível perceber que o número de pessoas familiarizadas com esse tipo de tecnologia cresceu exponencialmente. Segundo reportagem publicada pela Agência Brasil<sup>100</sup> o número de computadores no Brasil duplicou nos últimos três anos, chegando ao número de 85 milhões de aparelhos em 2011. Entretanto, em que medida a presença cada vez mais efetiva dessa ferramenta de comunicação no cotidiano das pessoas tem favorecido a modalidade de Educação a Distância ? De acordo com a Google Zeitgeist<sup>101</sup>, os principais assuntos preferidos pelos brasileiros em 2011 estavam relacionados ao Facebook, Big Brother Brasil, jogos, novelas, futebol e Enem. A pesquisa alerta para a necessidade de discutirmos a utilização pedagógica do computador na vida das pessoas, a exemplo, como mecanismo de apoio ao processo educacional.

A partir das reflexões pretendeu-se avaliar a implementação do sistema UAB no Polo de Foz do Iguaçu - PR, ficando visível que os desafios são vários. Sem a pretensão de esgotar o assunto e reconhecendo sua dinamicidade, destaca-se a necessidade da continuação de pesquisas, pois o processo é contínuo, dinâmico e extenso.

---

<sup>100</sup> Dados disponíveis em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-19/pesquisa-mostra-que-brasil-tem-85-milhoes-de-computadores-em-uso>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2012.

<sup>101</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.googlezeitgeist.com/pt-BR/#/en/top-lists/br/fastest-rising-searches>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUFAL. **A Des-construção do caráter público da Educação Superior no Brasil.** 2007. Disponível em: <[www.adufal.org.br/SGN/Arquivos/Encarte%20Jornal%205.pdf](http://www.adufal.org.br/SGN/Arquivos/Encarte%20Jornal%205.pdf)>. Acesso em 19 de Jul. 2011.

ALMEIDA, Marcos Pires de. **Educação a distância e Autonomia universitária: Políticas Públicas e Aspectos Legais.** Dissertação Mestrado. UEM, Maringá, 2008.

ALONSO, Kátia M. A Educação a Distância no Brasil: a busca da identidade. In PRETI, Oreste (Org). **Educação a Distância: Inícios e indícios de um percurso.** Cuiabá: EdUFMT, 1996. p. 57-74.

ALVES, Maria Helena Moreira. **O Estado e Oposição no Brasil (1964–1984).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ALVES, Márcio M. **Beabá dos MEC/USAID.** Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ALVES, João Roberto Moreira. **A Educação a Distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas.** RJ: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

ANDRADE, Arnon A. M. de. Política e Afeto na Produção de Identidades e Instituições: a experiência potiguar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 30, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300011)> Acesso em: 02 Mai. 2011.

ANDRADE, Amanda Ferreira Aboud. **Análise da Evasão no curso de Administração a Distância – Projeto-Piloto UAB: Um enfoque sobre a gestão.** Dissertação de Mestrado, UnB Brasília, 2010.

ANDRE, Marli E.D.A, CANDAU, Vera Maria. **O projeto LOGOS II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: Um estudo avaliativo.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/567.pdf>>. Acesso em: 09 Mar. 2011.

ANPED. **Carta e encerramento da 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação realizada no ano 2000**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/carta.htm>> Acesso em 12 de Junho de 2011.

ANTUNES, Neuza Maria Barbosa. **Políticas para a Educação a Distância: O Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Unioeste, Cascavel, 2011.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO JUNIOR, Isaías Luís. **Gestão Legal da Educação a Distância no Brasil**. Dissertação de Mestrado. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2009.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira**. Brasília: UNB e Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BARRETO, Sandra Lina. Educação a distância: Perspectiva Histórica. **Revista Estudos**, Brasília, nº 26, 2006. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos26.pdf>>. Acesso em: 15 Nov. 2010.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, volume 23. nº 78, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200008)>. Acesso em: 09 Mar. 2011.

BIELSCHOWSKY, Carlos. **EAD e sua Institucionalização: uma análise do sistema de educação a distância no Brasil nos últimos anos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/esud2010/>>. Acesso em 18 de Jul.2011

CALDEIRA, Jorge (Org) et all. **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, nº 11, 2006. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE11.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE11.pdf)> Acesso em: 16 Jun. 2007.

CASTRO, Marcia Prado. **O projeto Minerva e o desafio de ensinar Matemática via rádio**. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2007.

CASTRO, Rubens de. **Educação a Distância contribui para a precarização do trabalho docente**. Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, nº04, 2006. Disponível em: <[http://www.apufpr.org.br/boletim\\_impreso/boletim\\_04.pdf](http://www.apufpr.org.br/boletim_impreso/boletim_04.pdf)>. Acesso em 18 de Jul. 2011.

CATAPAN, Araci Hack (Org) et all. **Introdução a Educação a Distância**. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008.

CORRÊA, Arlindo Lopes. (Ed.). **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

COSTA, Maria Luisa Furlan. **Políticas Públicas para o Ensino Superior a Distância e a Implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná**. Tese de Doutorado, UNESP, Araraquara, 2010.

COSTA, Celso José da. Modelos de Educação Superior a Distância e Implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. Rio de Janeiro, Volume 15, nº 2, 2007. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/63/53>>. Acesso em: 05 Out. 2011.

\_\_\_\_\_, Celso José da. **I Encontro Internacional da Universidade Aberta do Brasil**. 2009. Disponível em: <[http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=774&Itemid=28](http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=774&Itemid=28)>. Acesso em: 18 de Jun. 2011.

COSTA, Celso José da; PIMENTEL, Nara Maria. O sistema Universidade Aberta do Brasil na Consolidação da Oferta de Cursos Superiores a Distância no Brasil. **Revista Educação Temática Digital**, volume 10, nº 2, 2009. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2030/1847>>. Acesso em: 06 Out. 2011.

CRUZ, Telma Maria da, **Universidade Aberta do Brasil: Implementação e Previsões**. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. Educação a Distância: Uma história, uma legislação, uma realidade. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. Juiz de Fora, 2º semestre, 2007. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/index.php?centro=resultado&curso=pe&num=6>> Acesso em: 10 Mai. 2011.

ESCOBAR, Floriano José Prado. **A Fundação MOBRAL e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba-SP**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Sorocaba, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

FÁVERO, Osmar. **MEB – Movimento de Educação de Base**. Primeiros tempos 1961-1966. 2004. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/files/meb\\_historico.pdf](http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf)>. Acesso em: 11 de Jan. 2012.

FORMIGA Manuel Marcos Maciel; LITTO Fredric Michael (orgs). **Educação a Distância: O Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GADOTTI, Moacir. **Os compromissos de Jomtien**: Estado e Sociedade Civil. 1999. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Os\\_compromissos\\_2000.pdf](http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Os_compromissos_2000.pdf) > Acesso em: 16 Abr. 2011.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

KRAWCZYK, Nora. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: KRAWCZYK, Nora, CAMPOS, Maria Malta, HADDAD, Sérgio (orgs). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Ensino a Distância, Organismos Internacionais e mercantilização da educação superior**. 2009. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/79-33-ensino-a-distancia-agosto-de-2009/2422-ensino-a-distancia-organismos-internacionais-e-mercantilizacao-da-educacao-superior>> Acesso em: 18 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Organismos Internacionais e Política de Educação Superior na Periferia do Capitalismo**. 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/katiareginadesouzalima.doc>> Acesso em: 18 Abr. 2011.

MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues. **A Educação a Distância na Universidade de Brasília**. Uma trajetória de Janeiro de 1979 a Junho de 2006. Tese de Doutorado, UnB, Brasília, 2006.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leonardo Konder. 9 ed. Petrópolis:Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Guacira Quirino. **MEC/UAB - Programa Universidade Aberta do Brasil**. Uberlândia, 2009. V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Públicas no tempo presente. Disponível em: <[www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC28.pdf](http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC28.pdf)>. Acesso em: 19 Jul. 2011.

MONTEIRO, Claudia Guerra. **O papel educativo dos meios de comunicação**. 2011. Disponível em: <[http://www.ipv.pt/forumedia/3/3\\_fi3.htm](http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fi3.htm)>. Acesso em: 04 Abr. 2011.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**, 12ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

MOTA, Ronaldo; CHAVES FILHO, Hélio; CASSIANO, Weber. Universidade Aberta do Brasil: democratizando o acesso à educação superior pela rede pública de educação. In: **Desafios da educação a Distância na formação de professores**. Secretaria de Educação a Distância, Brasília: MEC, 2006.

MOTA, Ronaldo. **Jornal da ciência**. A capes do B. 2006. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=41690>>. Acesso em 09 Fev. 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

\_\_\_\_\_. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PENTERICH, Eduardo. **Competências Organizacionais para a oferta da Educação a Distância no Ensino Superior**: Um descritivo-exploratório de IES brasileiras credenciadas pelo MEC. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2009.

PERES, Claudio Afonso. **O Público e o privado no ensino superior brasileiro: do regime militar (1964-1984) ao governo FHC (1995-2002)**. Dissertação de Mestrado, UNIOESTE, Cascavel, 2009.

PERONI, V. **Política Educacional e Papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTEL, Nara Maria. Educação Aberta e a Distância. **Análise das políticas públicas e da implementação da educação a distância no ensino superior no Brasil a partir das experiências da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Aberta de Portugal**. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 12 ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992.

ROCHA, Gládis. **PAS x MOBREAL**. convergências e especificidades. GT. Educação de Jovens e Adultos. Nº 18. UFMG. 2005. MG Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt18/gt18733int.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt18/gt18733int.rtf)>. Acesso em: 01 Mai. 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital**: interfaces com a educação a distância. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2008.

SARAIVA, Terezinha. **Avaliação da Educação a Distância**. Sucessos, dificuldades e exemplos. Boletim Técnico do SENAC. V. 21, 1995. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/213/2103032045.pdf>> Acesso em: 01 Mai. 2011.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SINGER, Paul. **Repartição da renda**: pobres e ricos sob o regime militar. RJ, Jorge Zahar Editor, 1986.

SOARES, Darlene. **Rádio e Educação**. 2004. Disponível em: <<http://wiki.dcc.ufba.br/GEC/PolíticasPublicas>>. Acesso em: 11 Out. 2010.

SODRE, Nelson W. **Formação histórica do Brasil**. 8ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**. 2ª ed. São Paulo: Harbra, 1999.

TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.

UNIVERSIA. **UAB começa a funcionar em Junho**. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/02/21/447707/uab-comea-funcionar-em-junho.html>>. Acesso em: 02 Set. 2011.

WEREBE, Maria José Garcia. Educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro M. De (Orgs). **História geral da civilização brasileira**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985. t. II, v.4.

XAVIER, Libânia Nacif, FREIRE, Américo. **Educação e Política na Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930)**. 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0484.pdf>>. Acesso em: 10 de Jan. de 2012.

ZAMLUTTI, Maria Esmeralda Mineu. **Uma análise do surgimento da educação a distância no contexto sócio-político brasileiro do final da década de 30 e início da década de 40.** Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2006.

## LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS

CAPES. **História e Missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em 06 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/organograma>>. Acesso em 06 Set.2011.

### BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 12 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 15 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em: 15 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 19 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em: 22 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 06 Mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 1917**, de 27 de Maio de 1996. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, 1996b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d1917.pdf>>. Acesso em: 24 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 2494**, de 10 de Fevereiro de 1998. Regulamenta o Artigo 80 da LDB 9394. Publicado no Diário Oficial da União, 1998b. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2494\\_98.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2494_98.htm)>. Acesso em: 24 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 6094**, de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas compromisso Todos pela Educação. Pulicado no Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm)>. Acesso em 19 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 2561**, de 27 de Abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11e 12 do Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei 9.394. Publicado no Diário Oficial 1998c. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2561\\_98.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2561_98.htm)>. Acesso em: 24 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 5622**, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9394. Publicado no Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 24 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 5800**, de 8 de Junho de 2006. Institui o Sistema UAB. Publicado no Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 19 Mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 6320**, de 20 de Dezembro de 2007. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação e outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm)>. Acesso em: 24 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 6316**, de 20 de Dezembro de 2007. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6316.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6316.htm)>. Acesso em: 24 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 6755**, de 29 de Janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da união, 2009c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm)>. Acesso em: 11 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 7480**, de 16 de Maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Publicado no Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027791/decreto-7480-11>>. Acesso em: 15 Ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal 29741**, de 11 de Julho de 1951. Institui a comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Publicado no Diário Oficial da União, 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Edital de seleção 01/2005 - SEED/MEC**. Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior a Distância para o Sistema UAB. Publicado no Diário Oficial da União, 2005c. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/editais/editaluab1.pdf>>. Acesso em: 15 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Edital de seleção 01/2006 - SEED/MEC**. Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições de Ensino Superior a Distância para o Sistema UAB. Publicado no Diário Oficial da União, 2006b. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/editais/editaluab2.pdf>>. Acesso em: 16 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Fórum das Estatais pela Educação**. Diálogo para a Cidadania e Inclusão. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>>. Acesso em: 14 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 4024**, de 20 de Dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. Disponível em:  
<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm)>. Acesso em: 19 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 5692**, de 11 de Agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1971. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm)>. Acesso em: 22 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 9394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 07 Mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 5379**, de 15 de Dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. 1967b. Disponível em:  
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865>>. Acesso em: 01 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - 1932**. Disponível em:  
<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 15 Out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Parecer Conselho Nacional de Educação**, de 11 de Novembro de 2010. Consolidação do credenciamento das Instituições Públicas de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância e dos Polos de atividades presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil implantados e em processo de implantação. Publicado no Diário Oficial da União, 2010h. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=7147&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7147&Itemid=>)>. Acesso em: 17 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2000. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portarias 802 e 803**, de 18 de Agosto de 2009. Implanta Polos de Apoio Presencial e Instituições de Ensino Superior para a oferta de cursos no Sistema Universidade Aberta do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União nº 158, 2009. Disponível em:  
<[http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/portarias802\\_uab.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/portarias802_uab.pdf)>. Acesso em: 17 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 40**, de 22 de Janeiro de 2010. Implanta Polos de Apoio Presencial e Instituições de Ensino Superior para a oferta de cursos no Sistema Universidade Aberta do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União nº 15, 2010. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/portaria\\_40\\_21012010.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/portaria_40_21012010.pdf)>. Acesso em: 17 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portarias 370 e 371**, de 29 de Março de 2010. Implanta Polos de Apoio Presencial para o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União nº 60, 2010. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria\\_370\\_371\\_UAB\\_Mar2010.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria_370_371_UAB_Mar2010.pdf)>. Acesso em: 17 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 1369**, 07 de Dezembro de 2010. Credencia Polos de Apoio Presencial e Instituições Públicas de Ensino Superior para o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União nº 234, 2010. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria1369\\_07dez10\\_CredenciarIESePolosUAB.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria1369_07dez10_CredenciarIESePolosUAB.pdf)>. Acesso em 17 de Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 75**, de 19 de Abril de 2010. Cria o Grupo Assessor para o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Publicada no Diário Oficial da União, 2010b. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_075\\_GrupoAssessorUab.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_075_GrupoAssessorUab.pdf)>. Acesso em: 09 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 77**, de Abril de 2010. Cria o banco de consultores para acompanhamento e avaliação do sistema UAB. Publicada no Diário Oficial da União, 2010c. Disponível em: <[http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria\\_077\\_BancoDeConsultoresUAB.pdf](http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria_077_BancoDeConsultoresUAB.pdf)>. Acesso em: 09 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 78**, de Abril de 2010. Cria os Fóruns de Área do sistema UAB. Publicada no Diário Oficial da União, 2010d. Disponível em: <[http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria\\_078\\_ForunsDeAreaUAB.pdf](http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria_078_ForunsDeAreaUAB.pdf)>. Acesso em: 09 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 79**, de Abril de 2010. Cria o Fórum Nacional de Coordenadores do sistema UAB. Publicada no Diário Oficial da União, 2010e. Disponível em: <[http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria\\_079\\_ForumNacRegUAB.pdf](http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Portaria_079_ForumNacRegUAB.pdf)>. Acesso em: 11 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 318**, de Abril de 2009. Cria os Fóruns de Área do sistema UAB. Publicada no Diário Oficial da União, 2009b. Disponível em: <[http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/02.04.09/n318\\_02.04.09.pdf](http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/02.04.09/n318_02.04.09.pdf)>. Acesso em: 09 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 2**, de Janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Publicada no Diário Oficial da União, 2007c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria\\_n\\_2-07\\_polo.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria_n_2-07_polo.pdf)>. Acesso em: 05 Out.2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria 883**, de 16 de Setembro de 2009. Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port883.pdf>>. Acesso em 19 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Projeto: Universidade Aberta do Brasil**. Brasília, 2005b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/universidade.pdf>>. Acesso em: 15 Jul.2011.

\_\_\_\_\_. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 05 Out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução FNDE**, 26 de 05 de Junho de 2009. Estabelece as diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo para profissionais inseridos no Sistema Universidade Aberta do Brasil. Publicada no Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: <<http://ead.ufsc.br/files/2007/12/resolucao-no-26-5-de-junho-09.pdf>>. Acesso em: 14 Out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resultado do Edital de seleção 01/2005 – SEED/MEC**. Torna público o resultado da avaliação do Processo Seletivo de Pólos de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior para o Sistema universidade Aberta do Brasil – UAB. Publicado no Diário Oficial da União nº 209, 2006. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/editais/resedital1.pdf>>. Acesso em: 17 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resultado do Edital de Seleção 01/2006 – SEED/MEC.** torna público o resultado do Processo Seletivo de Pólos de Apoio Presencial e de Cursos para o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Publicado no Diário Oficial da União nº 95, 2008. Disponível em:

<[http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/editais/republicacao-uab2\\_pag-16-20.pdf](http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/editais/republicacao-uab2_pag-16-20.pdf)>. Acesso em: 18 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resumo Técnico da Educação Superior de 2004.** Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio\\_tecnico.htm](http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm)>. Acesso em: 14 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resumo Técnico da Educação Superior 2009.** Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo\\_tecnico2009.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf)>. Acesso em: 03 Mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Sinopse da Educação Básica de 2004.** Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/download/estatisticas/sinopse\\_estatistica\\_2004/Parte-2.pdf](http://www.inep.gov.br/download/estatisticas/sinopse_estatistica_2004/Parte-2.pdf)>. Acesso em: 14 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Sinopse da Educação Básica 2009.** Disponível em:

<<http://inep.gov.br/web/guest/home>> Acesso em: 19 Mai. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Dados socioeconômicos 2011.**

Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=116>>.

Acesso em: 10 Out. 2011.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Polos.** Disponível em:

<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=1](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=1)>.

Acesso em: 17 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em:

<[http://uab.capes.gov.br/sisuab/Login\\_input.action](http://uab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action)>. Acesso em: 2011.

\_\_\_\_\_. **Apresentação.** Disponível em:

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/apresentao.pdf>>.

Acesso em: 09 Set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Como funciona.** Disponível em:

<[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=19](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=19)>. Acesso em: 20 Set. 2011

\_\_\_\_\_. **Projeto arquitetônico padrão Polos UAB.** Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/atuab/file.php/5/PROJETO\\_ARQUITETONICO\\_PADRAO\\_-\\_POLOS\\_UAB\\_14102010\\_Projeto\\_Arquitetonico\\_Padrao/Apresentacao/UAB\\_APRESENTACAO.pdf](http://uab.capes.gov.br/atuab/file.php/5/PROJETO_ARQUITETONICO_PADRAO_-_POLOS_UAB_14102010_Projeto_Arquitetonico_Padrao/Apresentacao/UAB_APRESENTACAO.pdf)>. Acesso em: 19 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Cursos.** Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=12](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12)>. Acesso em: 17 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Universidades participantes do projeto piloto UAB.** Disponível em: <<http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/cursopiloto.php>>. Acesso em 01 de Setembro de 2011

\_\_\_\_\_. **Modelo de Polo de Apoio Presencial.** Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=31](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=31)>. Acesso em: 17 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Video de abertura do curso piloto.** Disponível em: <<http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/cursopiloto.php>>. Acesso em 03 Set. 2011

\_\_\_\_\_. **Ambiente de Trabalho da Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/atuab/login/index.php>>. Acesso em 2011.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 18 Abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre o Ensino Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 17 Abr. 2011.